



<http://militaryreview.army.mil>

PB-100-16-01/02
Headquarters, Department of the Army
PIN: 105801-000

Approved for public release; distribution is unlimited

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

JANEIRO-FEVEREIRO 2016

Guerra Irregular p3

Gen Bda Roberto Escoto, Exército Brasileiro

Operacionalidade nas Missões de Paz p29

Maj José Roberto Pinho de Andrade Lima, Exército Brasileiro

Combatendo a Ameaça dos Sistemas Aéreos Não Tripulados p47

Cel Matthew T. Tedesco, Exército dos EUA

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

3 Guerra Irregular

A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro na Pacificação de Favelas do Rio de Janeiro

Gen Bda Roberto Escoto, Exército Brasileiro

Este artigo analisa as fases de planejamento, preparo e emprego da Bda Inf Pqdt na pacificação do complexo de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e apresenta as principais lições aprendidas e os resultados da operação. Examina, ainda, seus reflexos para a organização, o equipamento e a doutrina de emprego das Brigadas de Infantaria do Exército Brasileiro, destacando a importância do preparo para operações contra forças irregulares em ambiente urbano e rural.

15 A Abordagem da OTAN em Relação à Guerra Irregular

Como Proteger o Calcanhar de Aquiles

Ten Cel Christian Jeppson, Forças Especiais da Suécia; Cap Samps Heilala, Forças Especiais da Finlândia; *Cap Jan Weuts, Forças Especiais da Bélgica; S Ten Giovanni Santo Arrigo, Forças Especiais da Itália

Este artigo propõe que o emprego prudente das Forças de Operações Especiais para promover o desenvolvimento da governança de baixo para cima oferece o meio mais lógico e efetivo de considerar e sintetizar abordagens com respeito às várias complexidades e desafios relacionados ao cumprimento do objetivo geral de estabelecer a legitimidade governamental em meio a uma população nos ambientes operacionais de guerra irregular.



Foto da Capa: Integrantes das F Op Esp da coalizão se reúnem com representantes da polícia local afegã e do Exército Nacional Afegão em 19 Abr 12 para discutir a estabilização de aldeias, no Distrito de Khakrez, Província de Kandahar, Afeganistão. As três forças trabalham juntas regularmente no monitoramento das aldeias locais, para averiguar a existência de atividades insurgentes e garantir a segurança da população.

(Marinha dos EUA, 3º Sgt Gregory N. Juday)

29 “Saúde Única” e Operacionalidade nas Missões de Paz

O Papel Estratégico do Veterinário Militar

Maj José Roberto Pinho de Andrade Lima, Exército Brasileiro

Este trabalho apresenta os principais riscos biológicos relacionados ao meio ambiente das missões de paz onde os cerca de 45.000 militares brasileiros foram desdobrados nos últimos 58 anos. Baseado na experiência recente de participação de oficiais veterinários junto aos contingentes no Haiti, delineou-se as principais missões desempenhadas na proteção da operacionalidade da tropa, em especial nas áreas de segurança de alimentos, gestão ambiental e controle de zoonoses e vetores.

38 O Indivíduo Urbano

A Fonte de Poder Inexpugnável nos Conflitos Armados do Século XXI

Ten Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica

Este artigo propõe que a fonte de poder nos futuros conflitos armados é o potencial de protesto dos indivíduos urbanos. Portanto, privar o inimigo de poder requer isolá-lo de simpatizantes urbanos no início das operações. Para isso, faz-se necessário um novo entendimento do primeiro alicerce das operações terrestres unificadas: a iniciativa.

47 Combatendo a Ameaça dos Sistemas Aéreos Não Tripulados

Cel Matthew T. Tedesco, Exército dos EUA

Os Estados Unidos da América foram líderes ao revolucionarem o emprego ofensivo dos sistemas aéreos não tripulados em apoio ao poder terrestre durante suas campanhas no Iraque e no Afeganistão. O país precisa, agora mostrar essa mesma liderança com a alocação de recursos para se defender contra a crescente ameaça representada por esses sistemas. Este artigo apresenta seis recomendações para que os EUA assumam esse papel de liderança mediante a adoção de uma abordagem conjunta com respeito à implementação de operações contra os sistemas aéreos não tripulados.

54 Seis Semanas em 1914

A Execução de Campanhas e a Incerteza da Guerra — Lições Históricas para o Militar Profissional

John J. McGrath

A assim chamada Primeira Batalha do Marne ainda é relevante para as operações militares atuais. O militar profissional moderno pode tirar proveito de muitas lições das primeiras seis semanas da guerra, particularmente na forma como elas podem ser aplicadas na análise e no emprego do conceito de Comando de Missão.

Foto: Egípcios comemoram a notícia da renúncia do Presidente Hosni Mubarak em 11 Fev 11, Praça Tahrir, no Cairo, Egito. As manifestações antigoverno da “Primavera Árabe” se espalharam pelo Oriente Médio em 2011, levando à remoção de vários ditadores na região.

(Tara Todras-Whitehill, Associated Press)

Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Janeiro-Fevereiro 2016 Tomo 71 Número 1
Professional Bulletin 100-16-01/02
Authentication no. 1532010

Comandante, Centro de Armas Combinadas: General Robert B. Brown
Editora-Chefe da Military Review: Coronel Anna R. Friederich-Maggard
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo
Gerente de Produção: Major Steven Miller
Administração: Linda Darnell

Edições Ibero-Americanas

Assistente de Tradução: Emilio Meneses
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

Edição Hispano-Americana

Tradutora/Editora: Albis Thompson
Tradutor/Editor: Ronald Williford

Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Luiz Henrique Pedroza Mendes
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Jorge León Gould

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, bimestralmente em português, espanhol e inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil.

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

69 Como Equilibrar a Defesa Antiaérea para Melhor Apoiar às Manobras

**Cap Vincent R. Wiggins Jr.,
Exército dos EUA**

A estratégia da Defesa Antiaérea (DAAe) do Exército enfatiza o desenvolvimento dos meios e formações de DAAe fixa, mas a solução para preencher a crescente lacuna entre a exposição às ameaças aéreas e a defesa aérea para as forças de manobras é modernizar, ampliar e integrar os meios de DAAe móvel, como o Avenger, à brigada de combate.

79 A Leve e a Pesada Como Adaptar a Arma de Cavalaria para as Exigências da Força 2025 e Além

**1º Ten Matthew J. McGoffin,
Exército dos EUA**

Como o ambiente de segurança se transformou, o requisito principal do regimento de Cavalaria também se modificou: de destruição em massa dos meios tradicionais de reconhecimento do inimigo, para o fornecimento eficaz de reconhecimento, observação e seleção de alvos. Isso proporciona ao comandante superior das forças terrestres uma melhor oportunidade para: avaliar os ambientes culturais, as ameaças e as oportunidades; complementar as forças de operações especiais; e neutralizar o inimigo.



Patrulhamento motorizado nas ruas do Complexo da Maré.

Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro

Guerra Irregular

A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro na Pacificação de Favelas do Rio de Janeiro

Gen Bda Roberto Escoto, Exército Brasileiro

“Although differences between gangs and insurgents regarding motives and modes of operations exist, this linkage infers that third generation gangs (3G2) are mutated forms of urban insurgency¹”

—Max G. Manwaring (Ph.D. in Political Science),
U.S. Army War College

A Brigada de Infantaria Paraquedista – Bda Inf Pqdt e a 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel – 12ª Bda Inf L (Amv) são as Brigadas de Infantaria do Exército Brasileiro que, além de integrarem as Forças de Atuação Estratégicas (FAE), também constituem as Forças de Ação Rápida

Estratégicas (FAR-E), pois possuem capacidade de pronta resposta e de projeção de força em qualquer parte do território brasileiro e no entorno estratégico do país. É por estas mesmas razões que, nos melhores exércitos do mundo, tropas paraquedistas e aeromóveis são as primeiras a serem empregadas como forças expedicionárias.

Nos conflitos irregulares assimétricos do século XXI, o emprego de forças de operações especiais (FOpEsp) e de forças convencionais (F Convl) paraquedistas e aeromóveis aptas a intervir, com rapidez e eficácia, como forças de contingência em situações de crise e de conflito, tem sido cada vez mais frequente. A *82nd Airborne Division*, a *101st Airborne Division* e a *173rd Airborne Brigade*, dos EUA, e a *16th Air Assault Brigade*, do Reino Unido, tiveram papel preponderante nas operações de combate a grupos de violência extremista no Afeganistão e no Iraque, assim como a *11e Brigade Parachutiste*, da França, no Afeganistão e no Mali.

A violência extremista é o resultado de crenças e ações de indivíduos ou grupos que empregam a violência para a consecução de objetivos de natureza política, ideológica, social, étnica ou religiosa. Inclui a insurgência, a subversão, o terrorismo e outras formas de violência comum². As forças irregulares constituem o braço armado desses grupos que recorrem à guerra irregular para alcançar seus objetivos.

O mesmo papel preponderante coube às tropas paraquedistas quando o Exército Brasileiro foi empregado no combate à violência extremista nos anos 60 e 70 e nas situações de crise na segurança pública em diversos Estados da federação, provocadas por inexistência, insuficiência ou indisponibilidade dos órgãos de segurança pública estaduais. Historicamente, a Bda Inf Pqdt tem sido a primeira tropa a ser empregada para cumprir estas missões previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

Em 94 e 95, a Bda Inf Pqdt, reforçada por batalhões de infantaria do Exército e da Força Aérea, foi empregada na Operação Rio, devido ao aumento da violência nos morros e sua extensão para outros bairros da cidade, que criou um clima de insegurança implantado pelos narcotraficantes e as diversas gangues frequentadoras de bailes funk, consumidoras de drogas e promotoras de arrastões.

De novembro de 2010 a fevereiro de 2011, diante de mais uma crise de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, que sediaria uma sucessão de grandes

eventos de repercussão internacional, a Bda Inf Pqdt foi a primeira tropa a ser empregada na Operação Arcanjo, nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, numa operação de pacificação (Op Pac) que duraria 583 dias.

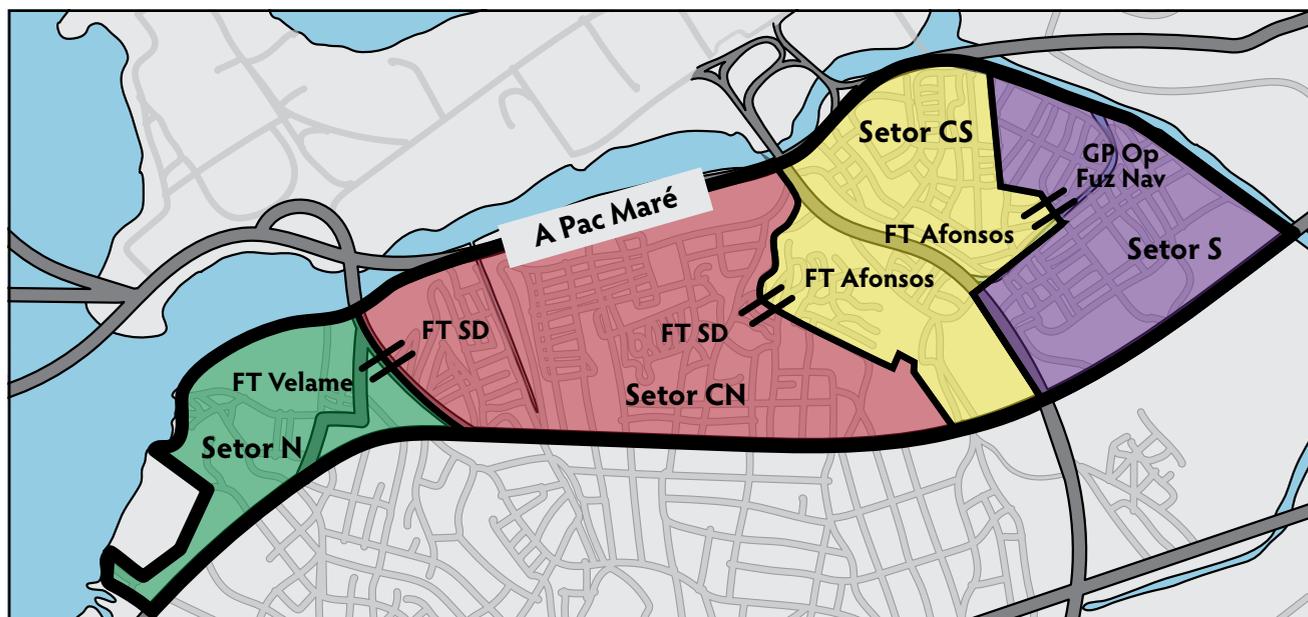
Em abril de 2014, após diversos ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que causaram inúmeras mortes de policiais militares e danos às suas instalações, material e viaturas, uma vez mais a tropa paraquedista foi a primeira a ser empregada na difícil missão de pacificar o maior complexo de favelas do RJ, com 15 comunidades e uma população de cerca de 140.000 habitantes, equivalente a uma cidade brasileira de médio porte, aterrorizada pela ação violenta de **três facções criminosas rivais que utilizam táticas, técnicas e procedimentos de grupos de violência extremista** — o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e as milícias.

A raiz histórica disso é a origem do Comando Vermelho, organização criminosa que descende da Falange Vermelha, criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, em Angra dos Reis. No início dos anos 80, após anos de convivência com terroristas, os presos foragidos da Ilha Grande começaram a realizar numerosos assaltos a bancos, empresas e joalherias, colocando em prática os ensinamentos do *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, do terrorista Carlos Marighella.

Ainda no início da década de 90, o Comando Vermelho influenciou a criação do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, organização criminosa cujo envolvimento com o grupo terrorista Hezbollah desde 2006, na região da tríplice fronteira Brasil – Argentina – Paraguai, tem ficado cada dia mais evidente após novas investigações da Polícia Federal³.

Outro forte indício da associação do crime organizado e do narcotráfico com grupos de violência extremista é que, em abril de 2001, o traficante Luiz Fernando da Costa, mais conhecido como Fernandinho Beira-Mar, líder do Comando Vermelho, foi preso na Colômbia onde, segundo investigações, negociava a troca de armas por cocaína com guerrilheiros das FARC⁴.

Este artigo analisa as fases de planejamento, preparo e emprego da Bda Inf Pqdt na pacificação do complexo de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e apresenta as principais lições aprendidas e os resultados da operação. Examina, ainda, seus reflexos para a organização, o equipamento e a doutrina de emprego



Área de Operações Maré

das Brigadas de Infantaria do Exército Brasileiro, destacando a importância do preparo para operações contra forças irregulares em ambiente urbano e rural.

Planejamento da Operação

A pacificação do complexo da Maré foi planejada e executada como uma operação no amplo espectro, dentro de um ambiente operacional bastante complexo, instável e incerto. O planejamento deu ênfase às operações de inteligência, às operações especiais, às operações de informação, às operações interagências e às operações contra forças irregulares em ambiente urbano.

A missão da Força de Pacificação (F Pac) MARÉ foi, a partir de 05 Abr 14, realizar a interdição e o investimento a pé, motorizado e mecanizado sobre toda área de operações Maré (A Op MARÉ); substituir as tropas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) que estavam operando na área; e conduzir operações para pacificar a A Op MARÉ, em conjunto com os Órgãos de Segurança e Ordem Pública (OSOP) e outras agências civis (governamentais e não governamentais). Para isso, proteger a população; impedir e reprimir as ações das facções criminosas; prender seus integrantes; e apreender armamento, munição, drogas e outros materiais ilícitos⁵.

A intenção do Comandante da Brigada era explorar ao máximo a inteligência, as operações especiais, as operações de informação; a ofensiva, a surpresa e a

massa; estabelecer pontos fortes; realizar operações de saturação de patrulhamento a pé, motorizado e mecanizado; vasculhamento; busca e apreensão; e conquistar o apoio da população da área – centro de gravidade da operação – num esforço integrado, coordenado e sincronizado de operações interagências. Tudo com a finalidade de suprimir ou reduzir a liberdade de ação das facções criminosas e estabelecer e manter um ambiente seguro e estável para a população da área⁶.

O estado final desejado (EFD) era a conquista do apoio ativo da população e a desarticulação das facções criminosas no interior da A Op. Isto contribuiria para assegurar um ambiente seguro e estável (objetivo estratégico) e para criar as condições adequadas para a instalação de UPPs na A Op MARÉ (objetivo político).

A escolha do apoio da população como centro de gravidade significa que a F Pac enfatizou as operações centradas na população (population-centric operations), nas quais há preponderância do estudo e aproveitamento do terreno humano sobre o terreno físico. Dentre os fatores da decisão, as considerações civis tiveram altíssima prioridade. Além disso, as operações de inteligência não se limitaram ao levantamento de informações sobre as forças oponentes, como ocorre em conflitos convencionais entre atores estatais. A inteligência também priorizou a coleta e a busca de informações sobre a população – centro de gravidade dos conflitos irregulares assimétricos do século XXI. De

acordo com o Gen. Stanley McChrystal, Comandante da International Security Assistance Force (ISAF) no Afeganistão, de 2009 a 2010, “protecting the people is the mission. The conflict will be won by persuading the population, not by destroying the enemy”⁷.

Preparo da Tropa

Há que se destacar que os primeiros cursos operacionais do Exército Brasileiro – precursor paraquedista, operações especiais e ações de comandos – nasceram na Bda Inf Pqdt nas décadas de 50 e 60. Além disso, em 1964, foi criado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e, em 1967, a Seção de Instrução Especial (SIEsp) da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ambos com a participação de oficiais paraquedistas como instrutores. Diante disso, a Bda Inf Pqdt pode ser considerada pioneira das operações especiais no Exército Brasileiro, particularmente das táticas, técnicas e procedimentos (TTP) das operações contraguerrilha que foram difundidas para o restante da Força Terrestre (F Ter).

O novo manual de operações de pacificação do Exército Brasileiro (EB20-MC-10.217) estabelece três fases para o emprego da F Ter nas Op Pac: a intervenção, a estabilização e a normalização (*clear, hold and build phases*⁸). A fase de intervenção tem foco principal nas ações coercitivas, em ambiente urbano ou rural. Na fase de estabilização existe um equilíbrio de ações coercitivas e construtivas, enquanto que na fase de normalização predominam as ações construtivas para o desenvolvimento de um ambiente favorável à retomada do controle do Estado sobre a área de pacificação⁹.

Para conduzir ações coercitivas com a aplicação do poder de combate terrestre, normalmente em ações conjuntas para neutralizar as forças oponentes, é imperioso que a F Pac esteja apta a planejar e executar operações contra forças irregulares em ambiente urbano e rural.

As operações contra forças irregulares (Op C F Irreg) incluem: operações de interdição de apoio externo; operações de controle da população e dos recursos locais; operações tipo polícia; operações de recuperação das infraestruturas básicas e de assistência humanitária; e operações de combate – contraguerrilha, antiterrorismo (ações defensivas de caráter preventivo) e contraterrorismo (ações ofensivas de caráter repressivo realizadas exclusivamente por FOpEsp).

Não se pode ignorar o fato de que grupos de violência extrema associados a organizações criminosas, tais como as FARC, o Sendero Luminoso, o Exército do Povo Paraguai (EPP) e o Hezbollah atuam em países fronteiriços e constituem uma ameaça à paz e à segurança nacional por meio da violação de nossas fronteiras para o contrabando e o tráfico de armas, drogas e pessoas ou, na pior das hipóteses, por meio da execução de ações terroristas no interior do território brasileiro. A conjuntura atual ressalta a importância do preparo das Brigadas de Infantaria para Op C F Irreg.

As operações no amplo espectro, especialmente as Op C F Irreg, com maior foco na contraguerrilha e no antiterrorismo, têm recebido grande ênfase no adestramento da tropa paraquedista brasileira. Nos anos de 2012, 2013 e 2014, a Operação Saci, tradicional exercício do programa de adestramento avançado, foi planejada e executada com tropa, dentro de um quadro de conflito irregular assimétrico extrarregional, no qual a Bda fazia parte da força militar de uma coalizão multinacional e iniciava seu desdobramento estratégico por meio de uma incursão aeroterrestre na A Op.

Emprego da Tropa

a. Inteligência

Um acurado e eficaz sistema de inteligência é condição imprescindível para o êxito das Op Pac. Para isso, foi estabelecida uma central de inteligência, chefiada pelo oficial de inteligência (D/2) e constituída pelo pessoal da Seção de Inteligência da Bda Inf Pqdt e reforçada por elementos de inteligência e contra-inteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Foi fundamental a realização de reuniões periódicas do comando da F Pac com representantes dos órgãos de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RJ, da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar, a fim de estabelecer laços pessoais de confiança mútua e canais técnicos para o compartilhamento, análise e difusão de informações.

O planejamento e a condução das operações da F Pac MARÉ foram bastante facilitados, tendo em vista o levantamento estratégico de área elaborado e atualizado em anos anteriores diante da hipótese de emprego da Bda Inf Pqdt naquela A Op. Entretanto, a falta de um estudo prévio do terreno humano, em virtude da cultura do combate convencional da inteligência focada no inimigo (*enemy-centric intelligence*),

teve que ser compensada, após o início das operações, pelas operações de reconhecimento especial da Força Tarefa de Operações Especiais (FTOpEsp) e pelo trabalho do Destacamento de Operações de Apoio à Informação (DOAI), da Célula de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e das Seções de Inteligência da F Pac, das Forças-Tarefa Batalhão de Infantaria Paraquedista (FT BIPqdt) e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Avulta de importância a necessidade de contar com equipes de terreno humano, integradas por especialistas civis e subordinadas à Célula de Operações de Informação.

Em 2011, após o início da Op Pac dos complexos de favelas do Alemão e da Penha, o CIE incluiu na preparação dos contingentes as orientações para a constituição e o funcionamento de Células de Inteligência de Companhia (*Company-Level Intelligence Cells*)¹⁰, explorando lições aprendidas do Exército e dos Fuzileiros

Navais dos EUA na guerra do Afeganistão¹¹.

Aproveitando a experiência brasileira em Op Pac da Operação Arcanjo, a Bda Inf Pqdt determinou o emprego dessas células em todas as companhias operacionais da F Pac Maré, pois são as pequenas frações que, imersas no terreno humano, têm melhores condições para a obtenção de dados.

À Célula de Inteligência, constituída pelo Subcomandante de Companhia (SCmt Cia) e os sargentos da seção de comando, cabia coordenar os esforços de coleta de dados por parte dos pelotões e grupos de combate, realizando briefings na partida e no retorno das patrulhas à base da Cia, ficando em condições de apresentar regularmente ao Cmt Cia e ao S/2 uma atualização sucinta do cenário de inteligência no seu subsetor¹².

Diferentemente das operações de combate convencional, nas Op Pac não existe uma dependência muito



Imagem termal identificando 1 fuzil e 2 pistolas empregados por forças oponentes.

Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro



Soldado do Exército realizando revista de pessoas e veículos.

Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro

grande das agências de inteligência dos escalões superiores da Força Terrestre. A F Pac recebia cerca de 90% da inteligência válida dos escalões subordinados, dos dados obtidos pelas Células de Inteligência das Cia. Outra fonte importante eram os informantes, que se comunicavam por contatos pessoais, pelo aplicativo *WhatsApp* ou pelo disque-pacificação implantado pela F Pac.

A inteligência de imagens (IMINT) foi obtida por meio de imagens satelitais, por meio da vigilância por helicópteros e por um sistema de aeronave remotamente pilotada (SARP) do GptOpFuzNav, o CARCARÁ II, de fabricação brasileira. A inteligência de sinais (SIGINT) foi obtida por meio da interceptação de sinais pela Célula de Guerra Eletrônica da F Pac e pelas patrulhas que apreendiam equipamentos rádio dos “olheiros”¹³ e monitoravam as comunicações das facções, permitindo o levantamento de valiosas informações, tais como: suas posições, rotinas, intenções, formas de atuação e sinais de alerta sobre a aproximação da tropa.

A utilização do sistema olho da águia (FLIR), da Aviação do Exército (Av Ex), possibilitou monitorar em tempo real, na base de operações da F Pac, diversas operações executadas pela tropa, garantindo consciência situacional e facilitando a tomada de decisões do comando da F Pac. A capacidade de gerar imagens térmicas das aeronaves HS-1 *Seahawk*, da Marinha, e HA-1 Esquilo, do Exército, permitiu identificar nitidamente indivíduos armados de fuzil e pistola em deslocamento noturno no interior da A Op.

Embora a IMINT e a SIGINT tenham sido muito importantes, nada substitui a inteligência humana (HUMINT) obtida no contato diário com a população local. Para isso, foi preciso que a população da Maré se sentisse segura o bastante para fornecer informações, sem medo de represálias do tráfico ou das milícias. O ponto chave para isso consistia em tratar a população local com dignidade e respeito, dentro dos preceitos da lei e dos direitos humanos, com a finalidade de atenuar as reações negativas resultantes

das operações de vasculhamento (ação exploratória) e de busca e apreensão (ação direcionada).

b. Manobra

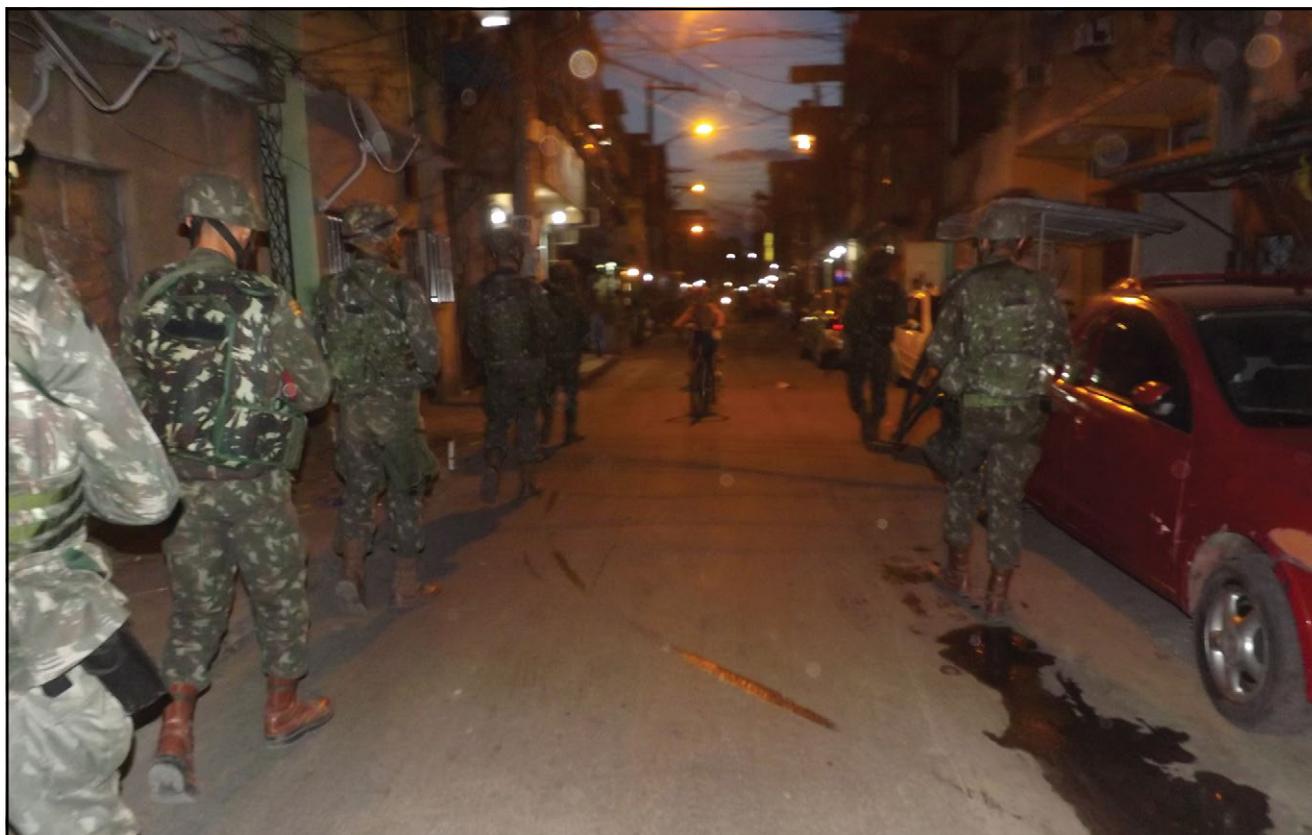
Nas Op C F Irreg, um dos objetivos principais consiste em proporcionar segurança à população para separá-la das forças oponentes e assegurar um ambiente livre da violência e do terror. As pessoas não são o meio de conquistar o objetivo – elas são o objetivo.

Esse tipo de operação emprega grandes efetivos de tropa. Embora as necessidades variem de acordo com o ambiente operacional e as circunstâncias, uma regra empírica, fundamentada na média de militares desdobrados no primeiro ano de oito operações robustas de imposição da paz¹⁴, diz que, para ser bem-sucedida, a operação precisa de 13 integrantes das forças de segurança (forças armadas, polícia e outras instituições semelhantes) para cada 1.000 habitantes¹⁵. O manual do Exército Norte-americano de operações de contrainsurgência, também baseado em dados históricos, estabelece o efetivo de 20 a 25 combatentes para cada 1.000 hab¹⁶. A F Pac Maré empregou 18 militares para cada 1.000 hab — um efetivo compatível para a natureza da missão.

A operação iniciou com a interdição de todas as vias de acesso no perímetro da A Op pela instalação de pontos de bloqueio; seguida do investimento com o restante da tropa percorrendo, a pé e com viaturas, todas as ruas, becos e vielas; a substituição dos efetivos da PMERJ e a efetiva ocupação da A Op pela F Pac.

A fim de explorar a surpresa, a ofensiva e a dissuasão — características peculiares das tropas paraquedistas —, estava planejada uma ação preliminar noturna com a infiltração aeroterrestre, por salto livre operacional (HALO), de uma equipe de precursoros no interior da favela da Maré, mas não houve condições para sua execução.

Uma força militar não pode ser obrigada a deslocar-se diariamente para a área sob sua proteção — ao contrário, ela deve viver inserida na população a quem deve defender. Para isso, a situação ideal seria o desdobramento das bases de operações das companhias dentro dos seus subsetores. Devido à dificuldade de obterem-se instalações apropriadas cujos proprietários não tivessem medo de represálias, a F Pac conseguiu desdobrar apenas uma companhia



Patrulhamento a pé noturno dentro da área de operação.

Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro

de fuzileiros dentro do seu subsetor. No entanto, a existência de quartéis do Exército e da Força Aérea no interior e nas proximidades da A Op facilitaram a ocupação de bases com segurança e relativo conforto para a tropa.

A partir da ocupação de seus setores de responsabilidade, cada peça de manobra desencadeou um intenso patrulhamento diurno e noturno a pé, motorizado e mecanizado; a instalação de pontos fortes em locais estratégicos e de checkpoints para a revista de pessoas e veículos. A alteração constante dos itinerários e horários das patrulhas e a combinação com outras ações táticas visavam evitar o estabelecimento de rotinas e obter a iniciativa e a surpresa.

No limite leste da A Op, a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista (1ª Cia E Cmb Pqdt) e a FTOpEsp, utilizando botes pneumáticos, mantiveram permanente vigilância e patrulhamento marítimo do canal que dá acesso à Baía da Guanabara, com a finalidade de reprimir a entrada de armas e drogas.

A presença constante e a atitude dissuasória da tropa nas ruas, com predominância do patrulhamento a pé, além de reduzir a liberdade de ação das facções, contribuíram para a conquista do apoio da população e, conseqüentemente, para a obtenção de informes. Para atenuar a desconfiança e o descontentamento inicial da população local com a presença da tropa foram realizadas várias ações cívico-sociais (ACISO).

Em diversas operações de vasculhamento foram utilizados cães farejadores da Bda Inf Pqdt ou do Batalhão de Ações com Cães da PMERJ, a fim de localizar cachês de armamento e de drogas. Cães de ataque também foram empregados para obter efeito dissuasório em operações de controle de distúrbios.

O emprego do 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista (1º Esqd C Pqdt), reserva da F Pac, no patrulhamento de toda a A Op, manteve a reserva apta a atuar em todos os setores com adequado conhecimento dos terrenos físico e humano e alta capacidade de pronta resposta. A utilização de motocicletas trail, guarnecidas por motorista e atirador



Tropa realizando patrulhamento em botes pneumáticos protegidos por coletes balísticos.

Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro

equipados com câmeras táticas tipo Go Pro, aumentou significativamente a mobilidade e a capacidade de reconhecimento num ambiente urbano com predominância de becos e vielas.

Baseado no êxito das ações do Destacamento de Operações Especiais em Missões de Paz (DOPaz) do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) no Haiti, pela primeira vez, empregou-se uma FTOPesp constituindo uma F Pac, o que somente confirmou o adequado preparo técnico-profissional e o efeito multiplicador de força desses especialistas em guerra irregular. Comandada pelo próprio Comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais (1º BFEsp) e integrada por operadores de forças especiais, comandos, caçadores (*snipers*), especialistas em operações de apoio à informação e precursores paraquedistas (*pathfinders*), a FTOPesp realizou ações diretas e indiretas para cumprir sua missão.

Um exemplo de ação direta muito bem-sucedida foi a operação interagências de busca e apreensão para a captura de um dos mais procurados líderes de facção. Obtida sua localização precisa por meio de um informante, a F Pac, numa ação rápida e cirúrgica, empregou o Esqd C Mec para cercar uma área de prédios, enquanto uma equipe tática da FTOPesp, reforçada por policiais federais do Comando de Operações Táticas (COT), invadiu o apartamento e efetuou a prisão de dois criminosos armados, sem causar danos colaterais às duas menores que os acompanhavam. À semelhança do emprego heterodoxo do *Team Tank* — um esquadrão de carros de combate M1 Abrams que apoiou as ações de FOPesp norte-americanas no oeste do Iraque em 2003¹⁷ —, o apoio do Esqd C Mec à FTOPesp demonstrou a perfeita integração, coordenação e sincronização que devem existir entre F Convl e FOPesp.

Há que ser ressaltada a importância das ações indiretas — típicas dos operadores de FEsp — na conquista do apoio ativo da população. Entre essas ações, destaca-se o assessoramento do Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp) e do DOAI ao Comando da F Pac e aos comandantes de setor na ligação com as diversas agências civis e na realização de reuniões de comando de área. Os líderes locais sabem quem está no comando e se sentiriam desprestigiados se um comandante habitualmente mandasse subordinados conversarem com eles. Pelo contato pessoal, os comandantes puderam compreender melhor os

costumes, as tendências, as aspirações e o comportamento da população e, assim, prever suas ações. Frequentemente, esses contatos também forneciam valiosos informes.

Outra ação indireta muito eficaz foi a atuação do DOAI na disseminação de mensagens por alto-falantes (AF) e por panfletos. Durante a missão, a viatura leve AF teve que ser substituída por uma viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP) porque estava sendo alvo frequente de disparos das facções.

Segundo Mark Moyar (Ph.D. em História), da Joint Special Operations University (JSOU), “*in achieving stability, Village Stability Operations (VSO) demonstrated convincingly the value of the indirect approach as a necessary complement to direct action.*”

Um dos grandes desafios são as operações interagências, que embora exijam unidade de esforços não podem prescindir da unidade de comando dentro da A Op, onde as forças de segurança estão subordinadas a uma única autoridade militar — o Comandante da F Pac.

O terreno informacional é tão importante quanto os terrenos físico e humano. A percepção que a população tem da realidade é de suma importância. Controlar a narrativa é não apenas comunicar bem, mas comunicar primeiro¹⁹. Diante disso, os comandantes devem ser proativos e não podem ser restringidos no seu contato com a mídia, cuja presença constante e capacidade de difusão imediata influenciam marcadamente as operações militares contemporâneas. Na visão do Cel Mansoor, Cmt Bda *Ready First* no Iraque, “solicitar aprovação para toda e qualquer mensagem, fazendo-a percorrer a cadeia de comando para cima e para baixo é receita certa para o fracasso”²⁰. O Comandante da F Pac, o oficial de operações de informação e o oficial de comunicação social participavam semanalmente num programa de uma rádio comunitária local, no qual interagiam ao vivo com os ouvintes, respondendo a perguntas e informando sobre as atividades da F Pac, a fim de conquistar a confiança e o apoio da população local e da opinião pública. A conquista dos corações e mentes é absolutamente fundamental nas Op Pac.

Resultados da Operação

Em Op C F Irreg, os resultados não são medidos pela quantidade de insurgentes mortos ou capturados.

O mesmo se aplica às Op Pac, nas quais a quantidade de prisões e apreensões de armas, drogas e veículos roubados são apenas indicadores das ações realizadas.

O resultado mais importante na pacificação do complexo da Maré era alcançar o estado final desejado — a conquista do apoio ativo da população e a desarticulação das facções criminosas — e os objetivos estratégico e político da operação — assegurar um ambiente seguro e estável e criar as condições adequadas para a instalação de UPPs.

Após dois meses de atuação da F Pac MARÉ e diante da comparação com a situação no início da operação, é possível afirmar que o estado final desejado foi parcialmente atingido e o ambiente tornou-se relativamente seguro e estável. Em consequência disso, já existiam as condições mínimas de segurança para a instalação de UPPs pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Reflexos da Operação

a. Organização

Além de suas unidades e subunidades orgânicas, a estrutura modular de uma Brigada de Infantaria empregada como F Pac deve incluir infantaria e/ou cavalaria embarcada em viaturas blindadas de rodas e/ou de lagartas; uma FTOpEsp com destacamentos de FEsp, de comandos, de caçadores, de operações de apoio à informação e de precursores paraquedistas; uma seção de inteligência ampliada, com um grupo de operações de inteligência orgânico, com significativa capacidade analítica e estruturada especialmente em torno de fontes humanas e de sinais; uma companhia de polícia do exército; um destacamento de apoio administrativo com uma seção de aquisições, licitações e contratos reforçada; uma companhia ou batalhão de polícia militar sob controle operacional; células de especialistas em assuntos civis, de operações de informação, de comunicação social, de cooperação civil-militar, de assessoria jurídica, de guerra eletrônica e de guerra cibernética; equipes de especialistas civis no terreno humano específico da missão; e meios de inteligência, vigilância e reconhecimento, particularmente helicópteros equipados com sistema olho da águia, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas, câmeras táticas para o combatente individual e sensores terrestres, todos com capacidade de detecção e visão noturna.

b. Equipamento

O emprego de VBTP de lagartas M113 e de modernas VBTP 6x6 GUARANI, de fabricação brasileira, em

acréscimo às VBTP URUTU foi uma grande evolução. Nesse ambiente operacional de favelas há severa vulnerabilidade a atiradores de tocaia, dada a existência de muitas lajes sobre as edificações. Além disso, viaturas equipadas com GPS veicular facilitam a orientação e aumentam a consciência situacional.

O incremento do grau de precisão do atirador equipado com miras holográficas, lunetas e óculos de visão noturna, além da utilização de armamento calibre 5,56 mm, como o novo fuzil de assalto IMBEL IA2, de fabricação brasileira, aumentaram o poder de combate das tropas e reduziram os riscos de indesejáveis danos colaterais à população.

A utilização de espingardas calibre 12 e de lançadores de granadas 38.1 mm proporcionaram flexibilidade na utilização de munições não letais, particularmente em operações de controle de distúrbios, que ocorriam frequentemente quando se efetuavam prisões na presença da população.

c. Doutrina de emprego

Na atualidade, na qual o conflito irregular assimétrico é a maior ameaça à paz e à segurança internacionais, aumenta de importância a revisão e atualização de manuais de campanha que orientam a organização, o preparo e o emprego das Bda Inf em Op C F Irreg e que aproveitam a bem-sucedida experiência brasileira nessas operações, pois, nas décadas de 60 e 70, o Exército Brasileiro combateu e derrotou a subversão e o terrorismo urbano e rural sem a presença de tropas ou de assessores estrangeiros em seu território. Destacam-se como outras fontes de consulta os manuais do Exército Norte-americano FM 3-24 *Counterinsurgency*, FM 3-24.2 *Tactics in Counterinsurgency* e FM 3-06 *Urban Operations*, que reúnem lições aprendidas e aspectos doutrinários valiosos e atuais sobre esse tipo de operação.

Considerações Finais

No Brasil, hoje, a participação protagonista, e não mais coadjuvante, das Forças Armadas, principalmente do Exército Brasileiro, na sempre muito bem-sucedida pacificação de favelas completamente dominadas pelo narcotráfico, demonstra, inequivocamente, que este problema deixou de ser de segurança e ordem pública e passou a ser de segurança nacional²¹.

Por outro lado, é preciso evitar a banalização do emprego do Exército Brasileiro em operações tipo polícia de garantia da lei e da ordem (GLO), desvirtuando-o



Tropa patrulhando o terreno urbano da favela.

Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro

de sua competência essencial como Força Armada — executar operações de combate. **É a capacidade de conduzir operações contra forças irregulares que diferencia o Exército das polícias e que garante o êxito das operações de pacificação.**

É possível questionar doutrinariamente se as facções criminosas brasileiras — que aparentemente não possuem motivações político-ideológicas — podem ser consideradas forças irregulares, mas é impossível negar que elas atuam com as mesmas táticas, técnicas e procedimentos de guerrilheiros e terroristas. Diante disso, quando a F Ter for empregada em Op Pac, é necessário enfrentá-las e vencê-las executando operações de combate contra F Irreg.

Atuando em ambiente operacional complexo e hostil, a tropa paraquedista do Exército Brasileiro cumpriu muito bem a missão recebida. Seus combatentes

profissionais impuseram e mantiveram a lei e a ordem, conquistaram o apoio da população local e desarticularam facções criminosas fortemente armadas, criando um ambiente seguro e estável que permitia a livre circulação e atuação de pessoas e agências civis.

O êxito da operação de pacificação da favela da Maré, conduzida pela Bda Inf Pqdt em abril e maio de 2014, foi consequência da audácia, coragem, determinação e agressividade do Soldado Paraquedista; da iniciativa e liderança dos comandantes em todos os níveis; e da coesão e adestramento dessa tropa que, desde as bem-sucedidas operações contra a subversão e o terrorismo rural e urbano nas décadas de 60 e 70, foi consagrada como *a elite do combate contra forças irregulares*.

BRASIL ACIMA DE TUDO! — Lema da tropa paraquedista do Exército Brasileiro. ■

O General de Brigada Roberto Escoto serve atualmente no Estado-Maior do Exército. Graduou-se como oficial de infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1982. Possui os cursos de paraquedista, mestre salto, salto livre, comandos, forças especiais e o mestrado em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Foi assessor de operações especiais no Paraguai, observador militar da missão de paz no Equador e Peru (MOMEP), oficial de operações do contingente brasileiro da missão de paz no Haiti (MINUSTAH), chefe da Comissão do Exército Brasileiro em Washington e oficial de ligação no DPKO da ONU, em Nova York. Comandou o 6º Batalhão de Infantaria Leve Aeromóvel (2003-2004) e a Brigada de Infantaria Paraquedista (2012-2014). (escoto@uol.com.br).

Referências

1. MANWARING, Max G. *Street gangs: the new urban insurgency*. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, March 2005.
2. PINHEIRO, Gen Bda Alvaro de Souza. *As ambiguidades estratégicas da violência extremista e do conflito irregular assimétrico do século 21*. Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em revista. 3.ed., Jul a Set 2013. p. 45.
3. LEALI, Francisco. *Conexão Líbano-Brasil: traficantes ligados ao Hezbollah se associaram à facção que atua em presídios paulistas*. O Globo, Rio de Janeiro, Domingo 09 Nov, 2014. p. 3.
4. PINHEIRO, Gen Bda Alvaro de Souza. *Irregular Warfare: Brazil's fight against criminal urban guerrillas*. Joint Special Operations University (JSOU) Report 09-8, September 2009. p. 17.
5. Ibid.
6. Ibid.
7. WEST, Bing. *The wrong war: grit, strategy and the way out of Afghanistan*. Random House, Inc., New York, 2011. p. 110.
8. U.S. Department of the Army. Field Manual 3-24.2. *Tactics in Counterinsurgency*. Washington, D.C., 2009. p. 3-17.
9. BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB20-MC-10.217. *Operações de Pacificação*. 1.ed., 2015. p. 2-10, 2-11 e 5-19.
10. Denominação utilizada pelos Fuzileiros Navais norte-americanos. O Exército dos EUA usa o nome de Company Intelligence Support Teams.
11. FLYNN, Michael T. et al. *Fixing Intel: a blueprint for making intelligence relevant in Afghanistan*. Center for a New American Security. Jan 2010.
12. FERREIRA, Cap Inf Alexandre da Silva. *O emprego da Célula de Inteligência da SU durante as operações da Força de Pacificação Maré*. Trabalho premiado no concurso literário do Simpósio de Operações Aeroterrestres da Bda Inf Pqdt. 2014. p. 3.
13. Olheiros são os informantes das facções criminosas, normalmente menores de idade pagos pelo narcotráfico para transmitir informações por rádio e telefones celulares.
14. As oito operações de imposição da paz foram: Japão (1945), Somália (1992), Haiti (1994), Bósnia (1995), Eslovênia Oriental (1996), Timor Leste (1999), Kosovo (2000) e Iraque (2003).
15. DOBBINS, James et al. *The beginner's guide to nation-building*. RAND Corporation, 2007. p. 41.
16. U.S. Department of the Army. Field Manual 3-24. *Counterinsurgency*. Washington, D.C., 2006. p. 1-13.
17. JONES, Robert W. *Team Tank Armor in support of Special Operations*. Veritas: Journal of Army Special Forces History, Winter 2005. p. 69-73. In: GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. *Iraque: um conflito polêmico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 446.
18. MOYAR, Mark. Joint Special Operations University (JSOU) Report 14-7. *Village Stability Operations and the Afghan Police*. October 2014. p. 86.
19. BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB20-MC-10.213. *Operações de Informação*. 1.ed., 2014. p. 2-6, par. 2.3.4.
20. MANSOOR, Peter R. *Bagdá ao alvorecer: a guerra de um comandante no Iraque*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. p. 392.
21. PINHEIRO, Gen Bda Alvaro de Souza. *As ambiguidades estratégicas da violência extremista e do conflito irregular assimétrico do século 21*. Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em revista. 3.ed., Jul a Set 2013. p. 46.



Integrantes das F Op Esp da coalizão se reúnem com representantes da polícia local afegã e do Exército Nacional Afegão em 19 Abr 12, para discutir a estabilização de aldeias, no Distrito de Khakrez, Província de Kandahar, Afeganistão. As três forças trabalham juntas regularmente no monitoramento das aldeias locais, para averiguar a existência de atividades insurgentes e garantir a segurança da população.

(Marinha dos EUA, 3º Sgt Gregory N. Juday)

A Abordagem da OTAN em Relação à Guerra Irregular Como Proteger o Calcanhar de Aquiles

Ten Cel Christian Jeppson, Forças Especiais da Suécia

Cap Sampsa Heilala, Forças Especiais da Finlândia

*Cap Jan Weuts, Forças Especiais da Bélgica

S Ten Giovanni Santo Arrigo, Forças Especiais da Itália

A presença sem valor é vista como uma ocupação.

—Alm Esq (Res) Eric Olson

O calcanhar de aquiles do envolvimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) nos conflitos de guerra irregular (GI) do século XXI tem sido, invariavelmente, o fato de não promover, de maneira efetiva, o estabelecimento de uma autoridade de governança considerada legítima pela população de um país dentro de um prazo razoável. Este artigo propõe uma mudança de paradigma na abordagem da OTAN quanto ao estabelecimento da legitimidade da governança. Para conquistar e manter o apoio da população em conflitos de GI, a OTAN deve empregar uma abordagem de baixo para cima — e não de cima para baixo — para estabelecer a legitimidade. Além disso, para implementar essa abordagem do modo mais efetivo, a OTAN deve mudar a forma pela qual emprega suas Forças de Operações Especiais (F Op Esp).

Evolução da Mudança na Estratégia

A OTAN adotou, em 2010, uma estratégia de *abordagem abrangente*, que enfatiza a resolução de conflitos mediante a promoção do desenvolvimento da legítima governança¹. A estratégia baseia-se, em parte, na premissa de que a resolução da maioria dos conflitos modernos exigirá iniciativas que vão além do emprego de medidas puramente militares. Em consequência, para unificar qualquer futura ação combinada, os potenciais parceiros

da OTAN em uma abordagem abrangente devem buscar um entendimento comum sobre como diversas medidas não militares podem ser operacionalizadas, já que há um consenso de que a concepção e execução de planos de campanha com tal abordagem continuam sendo algo complexo e desafiador².

Este artigo propõe que o emprego prudente das F Op Esp para promover o desenvolvimento da governança de baixo para cima oferece o meio mais lógico e efetivo de considerar e sintetizar abordagens com respeito às várias complexidades e desafios relacionados ao cumprimento do objetivo geral de estabelecer a legitimidade governamental em meio a uma população nos ambientes operacionais de GI.

O Velho Paradigma: Abordagem Centrada em Estados

Infelizmente, a maioria das atuais estratégias de GI identifica, formula e trata de problemas com base no arcabouço teórico tradicional do modelo estatal westfaliano³. Segundo esse modelo, os Estados são soberanos, e o poder sobre um Estado é projetado de cima para baixo, pelo governo sobre a população, a fim de controlar a ordem sociopolítica. Portanto, segundo a teoria centrada em Estados, em circunstâncias em que o Estado detenha o monopólio sobre a violência organizada voltada à manutenção da soberania, as estratégias formuladas para contestar ou modificar a ordem sociopolítica geral de alguma forma devem fazê-lo, primordialmente, por meio de mudanças na camada superior da autoridade governante. Essa abordagem origina-se e é a continuação do antigo pensamento centrado em Estados, inculcado na cultura eurocêntrica da OTAN. Um resultado é que os planejadores da OTAN costumam operar com base na premissa geral de que fatores políticos centrados em Estados também têm primazia em GI, exatamente da mesma forma que em conflitos convencionais entre Estados políticos autônomos e estabelecidos.

Em consequência da abordagem centrada em Estados westfaliana, característica da guerra convencional, as atuais estratégias de GI tendem a identificar, formular e tratar de problemas com base no arcabouço teórico fornecido por Carl von Clausewitz, o general e filósofo prussiano, em sua influente obra, *Da Guerra*. Clausewitz denominou as forças que definem a guerra como uma “trindade paradoxal”, que ele descreve

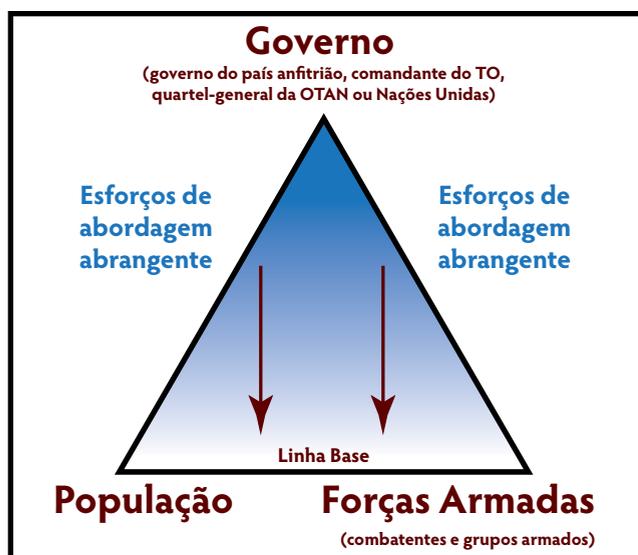


Figura 1 – Modelo Modificado da Trindade Clausewitziana

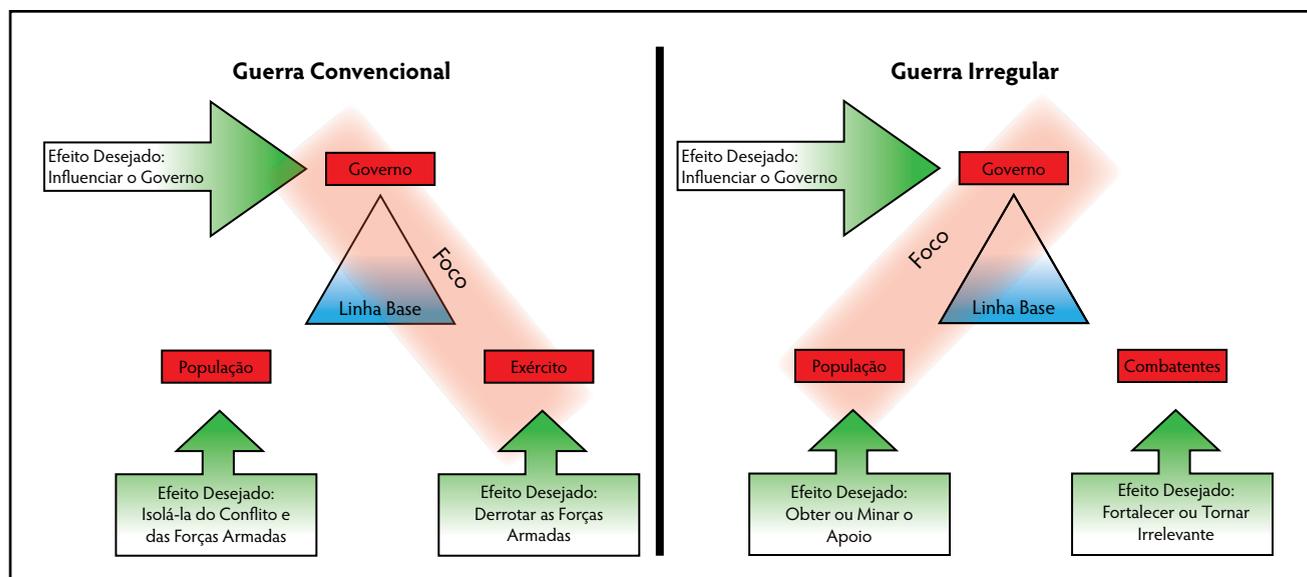


Figura 2 – Comparação entre Guerra Convencional e Guerra Irregular

como um fenômeno composto de três elementos: razão, ódio e acaso⁴. Esses elementos abstratos são, comumente, equiparados com “o governo, o povo e as Forças Armadas”, respectivamente. Assim, a influência do pensamento centrado em Estados westfaliano e da trindade clausewitziana sobre a OTAN resulta em esforços para estabelecer a governança em um ambiente operacional de GI nos quais a liderança, a coordenação e a eliminação de conflitos ocorrem a partir do topo, primordialmente por, com e mediante o que é identificado como o governo existente de um país anfitrião⁵. A figura 1 ilustra a atual abordagem abrangente da OTAN em relação a conflitos de GI com base em um modelo modificado da trindade clausewitziana.

A mentalidade centrada em Estados também se reflete na figura 2, extraída da publicação do Departamento de Defesa dos EUA *Irregular Warfare (IW) Joint Operating Concept (JOC)* (“Conceito Operacional Conjunto de Guerra Irregular”, em tradução livre)⁶. Os modelos apresentados na figura do Departamento de Defesa ilustram, supostamente, a diferença entre guerra convencional e guerra irregular. Contudo, o que eles realmente ilustram é a mentalidade predominante e extremamente enganosa, centrada em Estados, daqueles que criaram as figuras, que representam, equivocadamente, a principal dinâmica do esforço de GI como uma linha entre o governo central e a população.

Ao contrário das premissas subjacentes oriundas do pensamento centrado em Estados, o reconhecimento

de uma autoridade estatal central como legítima por uma determinada população em um ambiente de GI é, com frequência, algo ilusório. Isso levanta a questão: “Como a OTAN deve proceder, então, caso venha a envolver-se em GI em áreas onde não haja um amplo reconhecimento de nenhuma autoridade estatal central pelo povo?” Nessas circunstâncias, as consequências de falsas premissas seriam contraproducentes, porque uma mentalidade centrada em Estados entre planejadores estratégicos de guerras convencionais teria o efeito de obscurecer um entendimento das diferenças entre guerra convencional e GI. Assim, uma perspectiva centrada em Estados e de cima para baixo, que distorça o processo decisório da aliança na GI, tem um impacto negativo sobre o planejamento e as operações no nível estratégico, como também no tático.

Entre outras falhas do pensamento centrado em Estados que se refletem na figura 2, está o fato de que a relação entre a população e os combatentes, na suposta trindade da GI (à direita), não equivale à relação entre a população e os militares na parte correspondente à guerra convencional na figura (à esquerda), desenvolvida a partir das ideias de Clausewitz. Ao contrário da entidade militar descrita por Clausewitz, os combatentes de GI não constituem uma força armada estatal separada (isto é, um grupo social distinto da população civil dentro do conceito). Em vez disso, é provável que constituam uma entidade misturada com a população e, de modo geral, indistinguível dela.

A Linha Base e o Calcanhar de Aquiles

Portanto, uma versão reformulada da trindade clausewitziana, apresentada na figura 3, representa, de maneira mais correta, a principal dinâmica dos conflitos de GI como sendo a que existe entre uma população e os que seriam mais bem descritos como combatentes, ou grupos armados, com seus simpatizantes.

Para os fins deste artigo, a linha que conecta esses dois grupos é definida como “linha base”, ou “fator preponderante”, em virtude da sua importância para a mudança de paradigma proposta, apresentada no modelo. Entretanto, a relação indicada por tal linha de conexão não se destina a representar, de maneira exata, algum valor absoluto. Trata-se apenas de uma caracterização geral da natureza dos ambientes complexos em circunstâncias instáveis, em que se pode

presumir que estejam ocorrendo esforços concorrentes entre muitas “prototrindades” construtivas e destrutivas.

Neste artigo, entende-se por *prototrindades* as entidades novas e politicamente imaturas, desenvolvidas em âmbito local ou nacional, que competem entre si para estabelecer relacionamentos entre a população e os combatentes, em busca de obter a primazia da governança sobre a população. Assim, consistem em movimentos incipientes e ambiciosos, que podem obter, posteriormente, um grau suficiente de sofisticação para alcançar a hegemonia dentro de um Estado em formação, adquirindo, por fim, uma identidade local, nacional ou, possivelmente, regional. Em consequência, os elementos relativamente dispersos das prototrindades assumirão, com o crescimento e a maturidade, o caráter de “protogovernos”.

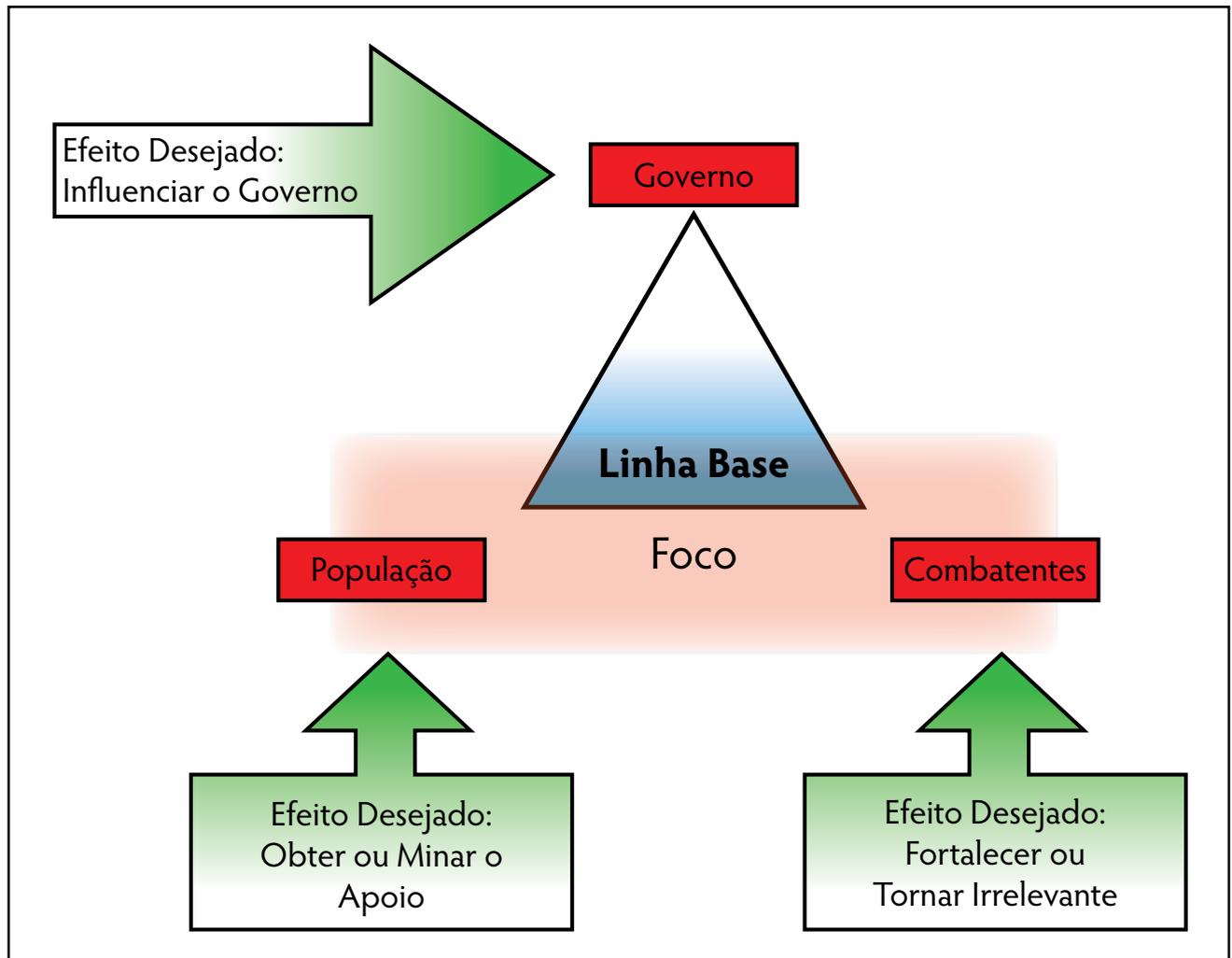


Figura 3 – Trindade Clausewitziana (Reformulada)

Para os fins deste artigo, um *protogoverno* consiste em uma forma fraca e nova de governo, com o potencial de se fortalecer e despontar como um governo legítimo amplamente aceito ou de entrar totalmente em colapso. A preocupação central comum a protogovernos concorrentes é encontrar formas de aumentar sua legitimidade, autoridade e capacidade.

Do ponto de vista de uma entidade externa como a OTAN, há dois tipos de prototrindade que evoluem para protogovernos: *desejáveis* ou *indesejáveis*. Ambos os tipos têm o potencial para se estabelecerem como a entidade governamental vigente. Independentemente disso, ambas precisam ser cultivadas para se tornarem completas e hegemônicas.

Este trabalho considera a *governança desejável* como uma forma de administração civil que seja favorável aos objetivos da coalizão das Nações Unidas ou da OTAN, que conte com a legitimidade local ou nacional e que tenha suficiente capacidade para prover segurança e serviços. Além disso, uma governança desejável está, de modo geral, alinhada aos objetivos da política dos governos de países que contribuam tropas como parte da coalizão ou aliança e que tenham decidido intervir em um conflito de GI.

Em contrapartida, a *governança indesejável* é uma forma de administração civil desfavorável aos objetivos da coalizão das Nações Unidas ou da OTAN e oposta aos seus interesses. Um bom exemplo de uma prototrindade ou protogoverno *indesejável* emergente é o Estado Islâmico (EI) do Iraque e da Síria, que tenta se estabelecer, atualmente, como um Estado reconhecido, com fronteiras territoriais. Cabe ressaltar que o EI usa o terror para impor sua autoridade, em vez de buscar a aprovação popular por meios não violentos, e seus aparentes objetivos principais são potencialmente ameaçadores aos interesses da OTAN.

Contudo, tal governança indesejável também pode contar com a legitimidade local ou até mesmo nacional, como no caso do Hamas, em Gaza, que subiu ao poder com a aprovação popular. Vale observar, porém, que, do ponto de vista da OTAN, ela também é considerada indesejável porque seus objetivos políticos lhe são contrários.

Por outro lado, uma forma local desejável de prototrindade consiste nos projetos de governança local fomentados por operações de estabilização de aldeias no Afeganistão, onde líderes investigados e aprovados

no âmbito local, tribal ou de aldeia foram politicamente fortalecidos, controlaram suas forças locais e receberam o respeito e apoio de seu povo.

Com isso em mente, cabe ressaltar que a linha base nos modelos de trindade apresentados nas figuras 1, 2 e 3 ilustra, na verdade, o que representa uma relação bem mais íntima e próxima entre a “população” e os “combatentes” — uma distância metaforicamente *menor* entre eles — que a dos grupos correspondentes observados no modelo de guerra convencional, no qual a população e as Forças Armadas são concebidas como entidades que são, de modo geral, separadas, distintas e até antagônicas. Por exemplo, o governo central congolês poderia estar, por uma série de razões, física, psicológica ou culturalmente afastado tanto da população quanto de suas próprias Forças Armadas em uma região de distúrbios dentro de suas fronteiras físicas, como na região de Kivu⁷. Além disso, ações adversas das Forças Armadas congolêsas que afetem a população local aumentam a distância entre elas.

Em tais circunstâncias de GI, os combatentes não são, necessariamente, integrantes de grupos armados formalmente organizados, e os grupos armados não são, necessariamente, aliados entre si. Portanto, ao contrário da versão de prototrindade da guerra convencional, centrada em Estados, os combatentes envolvidos na GI muitas vezes combatem de modo intermitente contra os que considerem ser seus inimigos e de maneira assistemática, continuando a pertencer ao grupo teoricamente identificado como a “população”.

Em consequência, os esforços voltados a engajar a população também afetarão, direta e indiretamente, os combatentes e os grupos armados, porque há uma filiação simultânea a ambos os grupos. O oposto também se aplica: os esforços dirigidos aos combatentes afetarão a população direta e indiretamente. Portanto, o modelo apresentado na figura 3 ajuda a explicar por que os grupos insurgentes ou de guerrilha de uma GI priorizam, com frequência, o estabelecimento de um governo paralelo, que visa a suplantá-lo, nas mentes da população, a legitimidade do governo central, contra o qual eles lutam.

Assim, quando se compara a figura 2 com a figura 3, a área decisiva em GI e o alvo mais importante para o esforço principal é a conexão denominada “linha base” nas figuras, que liga a população e os combatentes. A figura 4 elucidada, em mais detalhe, por que essa área do

modelo é a mais essencial para a concentração de esforços, em ambientes operacionais de GI, pois demonstra que a interface dos fatores que geram a maior fricção entre as prototrindades que disputam a hegemonia sobre uma população é essa mesma linha base. Por conseguinte, como indicam esses modelos, uma característica importante, que distingue a GI da guerra convencional é que, de modo geral, ela pode ser efetivamente definida não como uma luta entre uma população e um governo central, mas como uma infinidade de lutas locais pelo domínio da linha base, que conecta os combatentes e a população. Esta é a interface principal entre trindades opostas que disputam o controle.

O uso desse modelo para analisar as atividades em GI ajuda a esclarecer por que ações historicamente desacertadas da coalizão ou do país anfitrião prejudicaram, tantas vezes, tentativas de promover a legitimidade do governo central. Ações degradantes e de caráter hostil — bem-intencionadas, mas não suficientemente consideradas — contra os combatentes são, por necessidade, normalmente desempenhadas em meio às populações representadas ao longo da linha base. Por isso, essas ações podem prejudicar tanto a população em geral quanto os combatentes contra os quais as

ações tenham sido dirigidas. Além disso, ações culturalmente impróprias ou inábeis por atores externos como a OTAN apresentam um grande risco de gerar o antagonismo da população como um todo e de exacerbar a fragmentação religiosa, étnica ou tribal — o que ocorreu várias vezes. Portanto, tais ações não apenas geram um distanciamento entre um governo central que esteja buscando estabelecer a legitimidade e a população em geral, como também entre os grupos dentro de tal população.

Tempo: o Fator Decisivo

Além do risco de ações bélicas imprudentes que afetem a população e gerem o antagonismo dos combatentes dentro dela, existe o desafio generalizado do pouco tempo disponível. Na melhor das circunstâncias, desenvolver, efetivamente, uma governança adequada de cima para baixo, característica dos métodos convencionais centrados em Estados, é algo demorado, que requer, muitas vezes, anos ou até mesmo décadas. Entretanto, em GI, não existe o luxo do tempo. As tentativas de gerar a legitimidade de cima para baixo e uma governança central efetiva serão, inevitavelmente, dificultadas e retardadas por todos os tipos de fricção,

sem mencionar a forte resistência e oposição de forças adversárias.

Portanto, pode-se argumentar que a gestão do tempo representa o fator mais importante em GI. Isso se deve ao fato de que uma população inquieta, em um ambiente sociopolítico instável, provavelmente não terá a paciência ou tolerância para esperar durante anos até que os benefícios de uma governança de cima para baixo surtam efeito⁸. Em consequência, uma dinâmica essencial do calcanhar de aquiles das atuais abordagens da OTAN em relação à GI é a incapacidade de reconhecer a primazia do tempo. O limite da paciência e as expectativas de uma população determinam uma necessidade essencial de acelerar o estabelecimento de algum senso de governança efetiva rapidamente, nos âmbitos local e regional⁹.

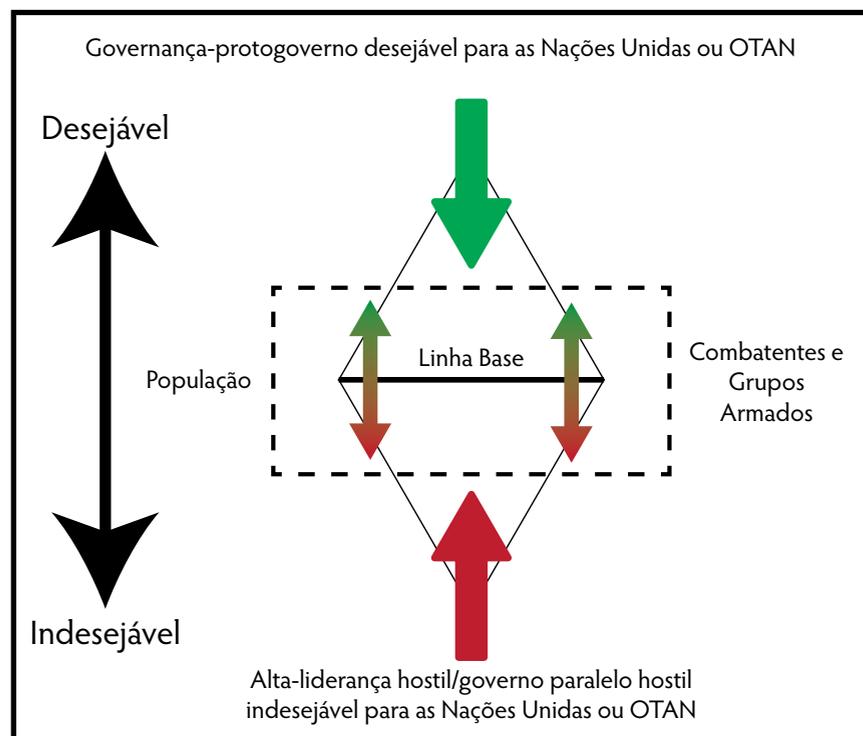


Figura 4 – Dinâmicas Concorrentes entre Prototrindades

Portanto, para lidar com o calcanhar de aquiles, este artigo propõe um conceito estratégico que leva em consideração o caráter implacável do tempo e enfatiza a importância de tomar medidas oportunas e rápidas ao longo da linha base antes dos adversários, a fim de influenciar o desenrolar dos acontecimentos na interface entre prototrindades concorrentes. O conceito propõe acelerar o estabelecimento de uma governança de nível *suficientemente bom* no âmbito local como uma medida corretiva. Isso oferece melhores perspectivas para uma rápida obtenção da estabilidade sociopolítica local. Essa estabilidade, se devidamente cultivada no longo prazo, pode tornar-se a base de uma ação posterior mais sofisticada, destinada a ampliar a autoridade do governo central (dentro dos moldes democráticos, espera-se). Por mais imperfeita que seja, essa abordagem de baixo para cima criará as condições para a posterior expansão da autoridade do governo central em face dos desafios apresentados por outras entidades concorrentes de maneira mais efetiva que a demorada abordagem convencional de cima para baixo favorecida atualmente pela OTAN.

O Novo Paradigma: O Conceito de Linha Base

O objetivo principal do conceito de linha base está inserido no objetivo global de estabelecer uma governança nacional legítima e estável. Esse deve ser o principal objetivo de longo prazo de todo esforço de abordagem abrangente em GI no âmbito do teatro de operações (TO). Entretanto, o conceito proposto visa a obtê-la, primeiro, pela capacitação e fortalecimento da governança local, em vez de se concentrar em iniciativas demoradas que se destinem a construir um Estado-nação artificial e, então, a buscar impor uma governança central de cima para baixo.

Dentro do conceito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito natural (*Lex Naturalis*) e o direito regional consuetudinário (aliado ao senso comum) são aplicados dentro dos parâmetros da cultura e costumes locais¹⁰. O objetivo é o de identificar, cultivar e ajudar a capacitar a liderança local desejável antes que uma liderança indesejável se estabeleça para disputar o controle local.

Além disso, no conceito de linha base, as forças mais bem preparadas para tomar a frente como facilitadoras e mentoras são as F Op Esp. Dentro dos Exércitos da

OTAN, há tropas experientes especializadas em Op Esp, com o necessário treinamento linguístico e cultural, assim como experiência em áreas de operações, para organizar e liderar ou facilitar, efetivamente, os esforços locais para estabelecer a governança.

Por Que as Forças de Operações Especiais?

De todas as forças disponíveis, apenas as F Op Esp são especificamente adestradas para desempenhar as missões de engajamento local necessárias. Assim, são a escolha lógica, pelas razões apresentadas a seguir:

- ◆ Uma presença persistente e leve é uma característica das F Op Esp. Essa é uma vantagem porque existe uma relação inversa entre o número de militares estrangeiros enviados a uma determinada área e sua eficiência em missões de construção nacional. Quanto maior a quantidade de combatentes estrangeiros no terreno, maior a probabilidade de que surja uma “resposta autoimune” da população no ambiente local, que se manifesta por um crescente ressentimento em relação aos estrangeiros e o desejo expresso de expulsá-los.
- ◆ As F Op Esp contam com conjuntos de habilidades extremamente bem praticadas ao longo de todo o espectro de operações civis-militares.
- ◆ As F Op Esp têm conhecimentos especializados culturais e linguísticos. Como é de se esperar, tornaram-se experientes em operar em ambientes do domínio humano diferentes dos seus.
- ◆ As F Op Esp contam com grande proficiência tática e sofisticadas habilidades de combate, conforme o necessário.
- ◆ As F Op Esp praticam uma abordagem baseada em redes na busca e operações de informações, que é mais bem adaptada a um ambiente de GI. Possibilita melhor consciência situacional em comparação aos processos de obtenção de dados menos voltados à Inteligência humana, empregados por unidades convencionais.

Flexibilidade no Emprego das F Op Esp

Além disso, há uma grande probabilidade de que as entidades de F Op Esp da OTAN empregadas nessas missões já tenham adquirido experiência e conhecimentos especializados regionais antes de seu envio para áreas de operações específicas. Nessas circunstâncias,

em alguns casos, operadores individuais extremamente experientes e culturalmente perspicazes podem até ser capazes de desempenhar as tarefas necessárias sozinhos. Esses indivíduos viveriam e estabeleceriam contatos na “linha base”, buscando influenciar a situação de maneira positiva e, ao mesmo tempo, fornecendo aos comandos superiores informações sobre a “situação verdadeira” e consciência situacional a partir dessas áreas instáveis.

Além disso, depois de um conflito, talvez seja necessário que operadores permaneçam em áreas críticas durante anos, para servirem como um elemento catalisador na promoção da continuidade das operações de estabilização, algo para o qual a maioria das forças não convencionais seria, por sua natureza, inadequada e mal preparada¹¹. Não obstante, ter a flexibilidade para proporcionar essa presença prolongada pode ser estrategicamente essencial para demonstrar à população de uma área a boa vontade da comunidade internacional e o compromisso sincero de lidar com a situação *até o fim*.

Portanto, a combinação de um foco claro da OTAN ou da coalizão, em termos dos objetivos acordados, com as competências das F Op Esp tem uma grande probabilidade de gerar a estabilidade local em situações de GI em um prazo bem mais curto que o visto em outros contextos. Isso decorre do rápido estabelecimento, logo de início, de uma “boa” autoridade governante interina, ao contrário da atual abordagem, que força uma população a passar por um longo período de falta de governança em meio à turbulência e incerteza latentes que normalmente existem, hoje em dia, quando os habitantes locais são obrigados a aguardar o desenvolvimento mais demorado de uma autoridade nacional formal diante de ameaças inimigas. As experiências iniciais de rejeição popular durante as tentativas da coalizão de impor uma governança central às populações tanto do Iraque quanto do Afeganistão destacam os problemas com a abordagem de cima para baixo.

Além disso, no longo prazo, a abordagem recomendada, de baixo para cima, fornecerá uma base mais firme que a metodologia atualmente praticada no que diz respeito a esforços complementares posteriores, destinados a ampliar a influência da governança centralizada e a promover a democratização em âmbito nacional. A abordagem de baixo para cima sugerida utilizaria a hierarquia de necessidades de Maslow para acelerar a criação de uma governança local respeitada e desejável, que também promova a legitimidade do governo civil em geral e a confiança nele¹².

Eliminação de Conflitos

A abordagem convencional para fomentar a governança nacional e a implementação do uso proposto das F Op Esp para promover soluções locais de governança talvez estejam em conflito e terão de ser estreitamente sincronizadas. Durante os estágios iniciais de esforços anteriores voltados a fomentar a governança local, não havia, necessariamente, uma ligação entre as iniciativas de “baixo para cima” das F Op Esp e as de “cima para baixo” das forças convencionais para estabelecer a soberania nacional. A menos que os conflitos entre elas fossem cuidadosamente eliminados, essas iniciativas chegavam, na verdade, a buscar objetivos opostos.

Tendo em mente as experiências passadas, as circunstâncias instáveis em situações de GI do futuro talvez tornem uma conexão inicial entre os dois esforços impossível ou até mesmo indesejável. Fatores conflitantes podem incluir abordagens convencionais que enfatizem uma pressa excessiva em estabelecer uma estabilidade imediata, resultando no imprudente fornecimento de apoio a governos frágeis ou corruptos, que já tenham perdido a confiança da população supostamente sob sua liderança. Essa perda de legitimidade de um governo central aos olhos da população pode decorrer de uma conduta ilegítima, contraproducente ou corrupta por parte de órgãos, exércitos e forças policiais nacionais. Também pode resultar da incapacidade física de um governo central nominal para exercer a soberania, prover segurança ou prestar serviços, em virtude de fatores como a falta de recursos, a inexistência de suficiente infraestrutura de transporte interno ou a precariedade da rede nacional de comunicações.

Portanto, uma pressa imprudente em fornecer apoio a regimes impopulares pode prejudicar a confiança da população no governo e nas intenções da OTAN, uma vez que, aos olhos da população, as tropas da organização podem parecer atuar como cúmplices de um governo central ineficaz ou até mesmo opressor.

Em consequência, a eliminação de conflitos e a sincronização entre as atividades convencionais de “cima para baixo” em âmbito nacional e os esforços em rede das F Op Esp sendo empregados na linha base são essenciais. Essa coordenação seria mais bem desempenhada no âmbito do TO por meio do Comando Componente de Operações Especiais ou por uma estrutura comparável. O papel do Comando Componente de Operações Especiais nesse processo deve envolver as ações a seguir:

- ◆ Empenhar-se em esclarecer os objetivos estratégicos e marcos gerais.
- ◆ Sincronizar e eliminar conflitos entre as iniciativas executadas na linha base e as iniciativas de âmbito nacional, a fim de cumprir os objetivos estratégicos gerais.
- ◆ Reforçar entidades que lidem com iniciativas da linha base com o apoio de TO ou de especialistas.
- ◆ Coordenar o intercâmbio e a disseminação de Inteligência, assim como informações sobre a atitude da população, para assegurar a consciência situacional de cima para baixo, lateral e de baixo para cima.
- ◆ Integrar esforços — avaliar cuidadosamente e vincular os esforços de estabelecimento de um governo baseados em uma estrutura piramidal, de cima para baixo, com as iniciativas locais em rede das F Op Esp, destinadas a influenciar a governança sendo formada na linha base.

Ao efetuar essa eliminação de conflitos, o comando do TO deve considerar, em detalhe, os efeitos de segunda e terceira ordem antes de executar as operações. A preparação deve incluir a negociação de possíveis esforços de baixo para cima, laterais e de cima para baixo. Esse processo é crucial, sendo a paciência e a diplomacia de extrema importância. Conforme observado, abordagens mal informadas ou mal concebidas de cima para baixo ignoraram, com frequência, os efeitos contraproducentes de tentar reforçar o que a população enxerga como um regime político ilegítimo.

Em contrapartida, a abordagem de F Op Esp recomendada funciona com base na premissa de que a governança local não requer, inicialmente, a mesma infraestrutura ou mecanismos de controle que a governança nacional. Em consequência, as F Op Esp voltariam seus esforços, simultaneamente, a conciliar os vértices inferiores do triângulo, conectados pela linha base, ou seja, a população e os combatentes. Assim, o conceito opera com base na importante premissa de que os esforços das F Op Esp devem ser uma abordagem simbiótica da *comunidade como um todo*, que permaneça aberta a ajustes, à flexibilidade e a concessões. Dessa forma, os esforços podem permanecer equilibrados, promovendo uma governança local construtiva, que incorpore as perspectivas, as preocupações e a participação da população local ao mesmo tempo que coopta — ou neutraliza completamente — a influência de combatentes dentro de tal população.

Assim, os elementos do modelo da trindade ilustrado nas figuras 2, 3 e 4 são, por fim, conciliados, reequilibrados e estabilizados. Além disso, esse *modus operandi* das F Op Esp comunica, de uma maneira transparente, à população local a intenção amigável e construtiva da presença das tropas da OTAN, atuando, elas próprias, como uma ação promocional de operação de informações.

Operações em Rede para a Exploração de Oportunidades

Considerando que talvez não haja nenhum outro ator de abordagem abrangente em um ambiente operacional de GI para o qual F Op Esp tenham sido enviadas, seus elementos têm a capacidade de adotar uma mentalidade de exploração de oportunidades. Essa abordagem pode exigir uma combinação de ações construtivas e destrutivas, guiadas por abordagens diretas e indiretas em um ambiente sujeito a recursos bastante limitados.

As operações em rede para a exploração de oportunidades conduzidas pelas F Op Esp nesses ambientes empregam a conectividade e sincronização entre linhas de esforço locais nos âmbitos social, político e econômico, reforçadas pelo apoio externo adicional. Aproveitando o treinamento cultural e linguístico e a experiência em engajamento pessoal das F Op Esp, as ações necessárias identificadas nas linhas de esforço são efetuadas, primordialmente, por meio de uma de suas habilidades especializadas: as interações interpessoais diretas. Entretanto, ao executar tais missões de engajamento, as F Op Esp podem precisar, também, do apoio de forças militares mais pesadas, assim como de todas as formas disponíveis de comunicação e meios virtuais, incluindo o apoio a distância de especialistas e o fornecimento de vários recursos que possam ser explorados para o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais.

As operações em rede para a exploração de oportunidades podem ser definidas, assim, como uma forma de operações de F Op Esp fortemente baseada em redes, que combina ações construtivas e destrutivas. Essas ações são determinadas equilibrando-se o pensamento sobre ações diretas e indiretas, dentro de uma mentalidade de abordagem abrangente. Elementos das operações em rede para a exploração de oportunidades são descritos em mais detalhes a seguir:

- ◆ As operações destrutivas de ação direta implicam o uso ou a ameaça de usar armas. O objetivo justifica esse uso.

- ◆ As operações construtivas de ação indireta pertencem, tradicionalmente, ao campo das forças “brandas”, como as operações civis-militares, as operações psicológicas, as operações de informações e as missões humanitárias militares. Nas operações construtivas, o objetivo impede o uso de armas.

- ◆ As operações diretas são desempenhadas pela entidade de ação direta das F Op Esp propriamente dita.

- ◆ As operações indiretas são desempenhadas por entidades das F Op Esp aplicando efeitos e influência “por, com e mediante” outros.

A superimposição de opções diretas, indiretas, destrutivas e construtivas em um gráfico resulta em quatro quadrantes, cada um deles contendo um conjunto de opções. Esses conjuntos de opções são apresentados na figura 5, o Quadro de Opções das Forças de Operações Especiais. São relacionados, a seguir, exemplos de atividades de cada quadrante.

Q-1 (Direta-destrutiva). Uma entidade de F Op Esp poderia conduzir uma missão de ação direta contra um alvo para destruir um grupo indesejável de combatentes ou uma operação de detenção deliberada para prender um criminoso de guerra procurado.

Q-2 (Direta-construtiva). Uma entidade de F Op Esp poderia conduzir reuniões com os principais líderes locais ou programas de serviços médicos.

Q-3 (Indireta-destrutiva). Uma entidade de F Op Esp poderia adestrar e equipar as forças armadas locais, de modo que estas se tornassem capazes de combater os insurgentes sem assistência.

Q-4 (Indireta-construtiva). Uma entidade de F Op Esp poderia usar sua influência para resolver problemas de governança local ou uma questão de cunho humanitário junto a uma organização não governamental.

Para cumprir a missão de promover a governança local, as F Op Esp projetarão e transplantarão sua rede existente para onde for necessário, para conectá-la às redes locais e, então, ampliá-la. Essa abordagem adota e modifica o que é comumente denominado estratégia de “*ink spot*” (“mancha de tinta”), que busca estabelecer uma série de pequenas áreas seguras, espalhadas em uma determinada região de instabilidade, para, em seguida, ampliar sua influência. O emprego das F Op Esp

na linha base proporciona áreas de estabilidade local — as “manchas de tinta” — em uma vasta região geográfica, desenvolvidas com uma ênfase na governança local. Em seguida, essa estratégia expande a governança local a partir de cada área, possibilitando o estabelecimento do controle governamental local, aliado à segurança organizada localmente, com o intuito de estabelecer a estabilidade. O objetivo final da estratégia é unificar e pacificar vastas regiões conectando, primeiro, as áreas já estabilizadas (ou “manchas de tinta”), deixando um número cada vez menor de bolsos de resistência, a serem enfrentados individualmente, à medida que a estabilidade regional geral for sendo estabelecida. Assim, conceitualmente, o êxito dos esforços de F Op Esp na linha base possibilitam a rápida proliferação dessas áreas de estabilidade local, as quais geram certa resiliência estratégica, tornando-se especialmente importantes se os esforços de cima para baixo, de evolução lenta, forem, por alguma razão, bloqueados.

As F Op Esp Empregadas na Linha Base: Um Modelo Hipotético das Dinâmicas Concorrentes

O modelo em losango das dinâmicas concorrentes, ilustrado na figura 6, explica, em mais detalhes, os gráficos anteriores, que destacaram a necessidade de voltar o foco para a interface entre prototrindades na linha base.

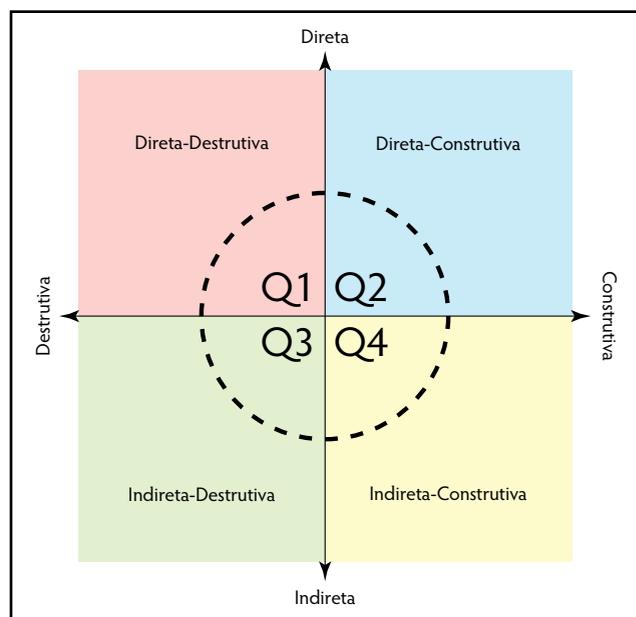


Figura 5 – Quadro de Opções das Forças de Operações Especiais

O formato de losango, ou diamante, mostra dois triângulos opostos, que espelham protogovernos, ou prototrindades, concorrentes, em disputa pela hegemonia sobre as entidades e interações na linha base, que cruza o centro da imagem horizontalmente, entre os dois triângulos. O triângulo superior da figura mostra o surgimento de uma governança desejável para as forças da OTAN e da coalizão; o triângulo (inverso) na parte inferior mostra a governança indesejável.

As entidades e relações dentro de cada triângulo disputam o controle sobre o todo com as do outro triângulo. O conceito proposto neste artigo sugere que as F Op Esp atuem na interface de *ambos* os triângulos de uma forma simbiótica e equilibrada, que lide, simultaneamente com os combatentes e com a população na linha base.

A linha à direita do losango representa o tempo e o esforço. Essa linha é fundamental para o conceito. Um triângulo pequeno dentro de cada triângulo grande indica uma forma local de governança (desejável ou indesejável), com o número 9 inserido no ângulo do vértice (topo). O caráter local do protogoverno representado pelo triângulo pequeno significa que essa forma de governança pode ser estabelecida de maneira rápida e relativamente fácil. A linha de tempo e esforço ilustra que as F Op Esp empregadas na linha base podem, portanto, obter a estabilidade local e a governança local *desejável* relativamente rápida, em uma questão de meses.

Os triângulos maiores que refletem a governança nacional desejável ou indesejável levariam, normalmente, muito mais tempo (de anos a décadas). Conforme observado anteriormente, com o tempo, os elementos relativamente dispersos das prototrindades são redefinidos, na figura, como protogovernos. A figura 6 ilustra, de maneira sucinta, a dinâmica que pode ocorrer no modelo em losango em situações de GI. Assim, esse modelo pode ser visto como uma ferramenta analítica para descrever uma dada situação.

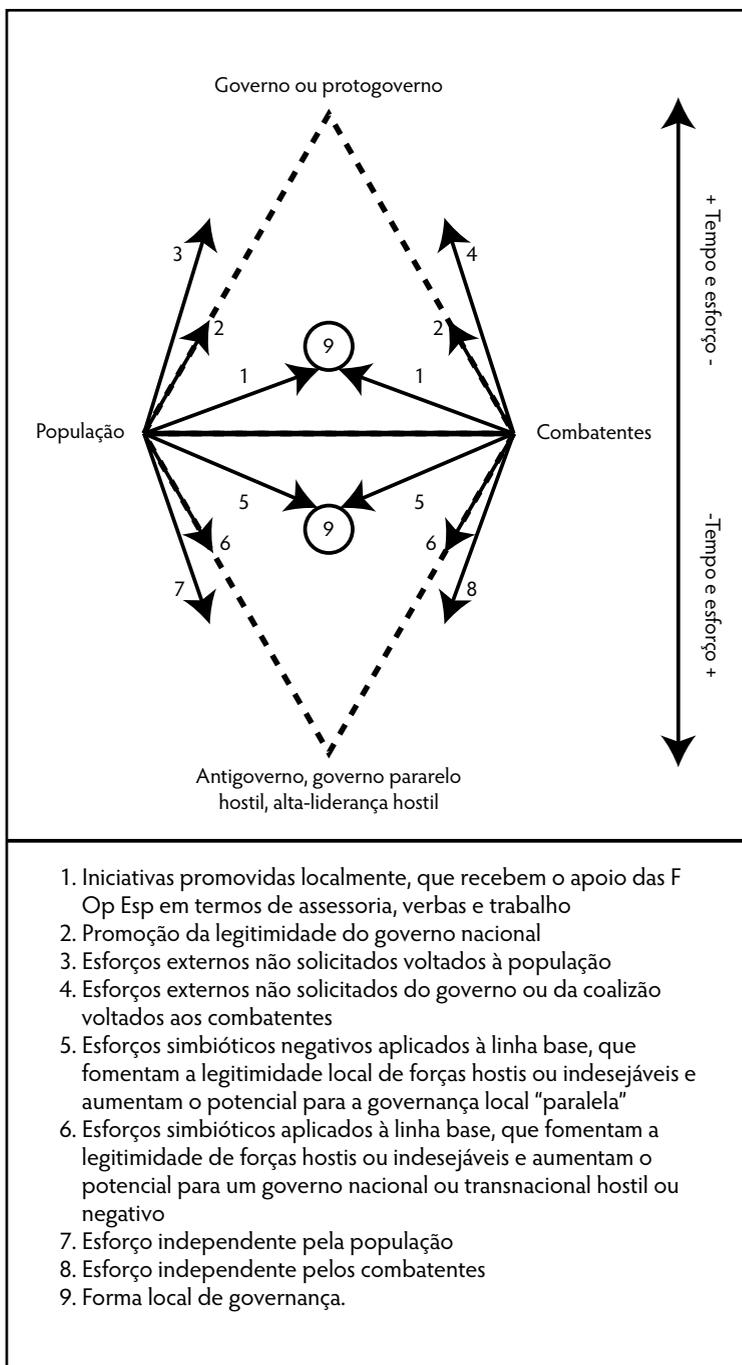


Figura 6 – Modelo em Losango das Dinâmicas Concorrentes

Os números se referem a locais no gráfico que descrevem as diferentes dinâmicas que podem ocorrer simultaneamente. Alguns também descrevem quais linhas de esforço para as F Op Esp devem ser relacionadas às linhas de esforço convencionais.

1. Iniciativas promovidas localmente, que recebem o apoio das F Op Esp em termos de assessoria,

verbas e trabalho. Esses são esforços civis-militares integrados aplicados na linha base, que fomentam a legitimidade e criam o potencial para a governança local. Têm um potencial considerável para um rápido êxito. Por exemplo, em busca de melhores condições de higiene, implanta-se um programa de construção de latrinas, com o consentimento e o apoio da população e dos combatentes. Os meios locais são suficientes para esses projetos. Em consequência, a população e alguns combatentes ficam mais propensos a “aderir” ao projeto, por se sentirem responsáveis por ele.

2. Promoção da legitimidade do governo nacional. Este item se refere a esforços integrados aplicados na linha base, destinados, especificamente, a promover a legitimidade nacional e a aumentar o potencial para a aceitação do governo nacional na linha base. Normalmente, exigem bastante tempo e esforço. Por exemplo, em busca de melhores condições de higiene, constrói-se um sistema de esgoto, com o apoio nacional e com o consentimento da população e dos combatentes. Os êxitos nessa área geram a possibilidade de efeitos em um prazo mais longo, à medida que a crescente aceitação do envolvimento do governo central nos assuntos locais for superando até os focos mais arraigados de resistência.

3. Esforços externos não solicitados voltados à população. Ainda que potencialmente efetivos, os esforços não solicitados para ajudar a população não levam, necessariamente, à sua legitimidade. Tampouco aumentam o potencial para a governança local ou nacional. O esforço não solicitado tem o potencial para ser efetivo, mas não é eficiente. Por exemplo, uma organização não governamental vacina o gado sem o consentimento dos líderes ou dos donos. Embora seja efetiva — um número menor de animais ficará doente ou morrerá — essa medida não contribui para a legitimidade da governança local.

4. Esforços externos não solicitados do governo ou da coalizão voltados aos combatentes. Embora potencialmente efetivos no curto prazo, os esforços não solicitados em ajudar os combatentes podem não levar, necessariamente, à legitimidade do esforço aos olhos da população local. Tampouco aumentam o potencial para a governança local ou nacional. Por exemplo, uma unidade do Exército da coalizão adentra e equipa uma unidade da polícia

local sem consultar os líderes locais ou investigar os candidatos ao treinamento. Existe o risco de que a iniciativa seja ineficiente caso os candidatos errados sejam selecionados, e isso pode ser contraproducente se a nova força policial usar, indevidamente, as capacidades recém-adquiridas para favorecer um grupo ou praticar a corrupção, apoiando-se em suas novas armas e sistemas de policiamento. Tal circunstância prejudica a legitimidade do governo central e estimula o ressentimento, que se transforma, facilmente, em desobediência ou até mesmo em uma rebelião violenta.

5. Esforços simbióticos negativos aplicados à linha base, que fomentam a legitimidade local de forças hostis ou indesejáveis e aumentam o potencial para a governança local “paralela”. Esforços simbióticos são esforços aplicados de maneira equilibrada à população e aos combatentes. Por exemplo, senhores de guerra hostis oferecem incentivos econômicos para conquistar uma grande parcela da população. Quando aliada ao poder militar de grupos armados indesejáveis, essa legitimidade fortalecida, mas indesejável, aumenta a probabilidade de uma governança local indesejável.

6. Esforços simbióticos aplicados à linha base, que fomentam a legitimidade de forças hostis ou indesejáveis e aumentam o potencial para um governo nacional ou transnacional hostil ou negativo. Bons exemplos disso são as abordagens abrangentes bem-sucedidas e tratadas de maneira simbiótica do Hezbollah e do Hamas no Líbano e na Faixa de Gaza, respectivamente.

7. Esforços independentes pela população. Indivíduos ou pequenos grupos de pessoas, cuja intenção é apenas sobreviver, agem, às vezes, de formas (com frequência, criminosas) que são contraproducentes à formação ou estabelecimento da governança local ou nacional. Por exemplo, um pai desesperado para alimentar sua família pode recorrer ao contrabando de drogas.

8. Esforços independentes por grupos desertores de combatentes. Às vezes, pequenos grupos de combatentes deixam organizações maiores desfavoráveis ao governo ou surgem de facções separadas, para lutar pela sobrevivência sob líderes desertores. Por exemplo, os combatentes que se vejam incapazes de satisfazer as necessidades pessoais de suas

próprias famílias quando filiados a organizações antigoverno maiores podem aderir a gangues.

9. Forma local de governança. Desejável ou não, uma governança local incipiente pode ser estabelecida de maneira rápida e relativamente fácil, em virtude de seu caráter local.

Conclusão

Em GI, a incapacidade de desenvolver a legitimidade do governo rapidamente para acelerar a estabilização é, com efeito, o calcanhar de aquiles da OTAN. A estratégia de GI proposta muda o foco das F Op Esp, passando da linha governo-população para a linha população-combatentes, que foi denominada “linha base”. A mudança de paradigma proposta para as F Op Esp da OTAN se apoia na premissa de que a vitória ou derrota na GI ocorrerá na linha base que conecta a população aos combatentes ou grupos armados. O sucesso nesses conflitos dependerá do rápido estabelecimento de uma governança local efetiva reconhecida como legítima pela população local.

As F Op Esp fornecem uma capacidade única para proteger esse calcanhar de aquiles mediante

a atuação sobre a relação entre a população e os grupos armados, dentro do contexto de autoridade que o povo considere legítimo, tudo isso dentro das importantes restrições de tempo. As capacidades de F Op Esp empregadas segundo um conceito de linha base possibilitam que a OTAN lide com conflitos irregulares com uma presença militar bem menor, levando em conta, assim, a menor tolerância, por parte da liderança política e da opinião pública, ao envio de uma grande quantidade de tropas. Além disso, o conceito de linha base fornece um referencial estratégico que se vale de exemplos históricos comprovados das F Op Esp, como o confronto das Forças Especiais dos EUA com os *Montagnards*, no Vietnã, e, mais recentemente, as operações de estabilização de aldeias do Afeganistão¹³. O uso da F Op Esp para desenvolver a legitimidade do governo de baixo para cima gera um grande efeito operacional. Em alguns casos, o efeito obtido pode até mesmo gerar resultados estratégicos.

O conceito de linha base é uma verdadeira opção de política para os decisores estratégicos, devendo ser formalmente incorporado no pensamento estratégico da OTAN para o futuro. ■

Os autores foram alunos do recém-criado curso Catalyst for Change (Catalisador da Mudança), para as F Op Esp da OTAN, realizado anualmente na Escola de Operações Especiais da OTAN, localizada na Base Aérea de Chièvres, na Bélgica.

O Tenente-Coronel Christian Jeppson, das Forças Especiais da Suécia, serviu em diferentes funções, desde comandante de Esquadrão até comandante de Unidade e grupo-tarefa. Participou de várias operações internacionais junto à União Europeia e à OTAN, como Kosovo, Afeganistão e Congo.

O Capitão Sampsa Heilala serviu nas Forças Especiais do Exército da Finlândia como oficial administrativo do Batalhão de Forças Especiais. Formou-se, em 2003, pela Escola Nacional de Defesa da Finlândia. Serviu como comandante de pelotão, subcomandante e comandante da Companhia de Paraquedistas Jaeger e como oficial de estado-maior do Batalhão de Forças Especiais.

**O Capitão Jan Weuts, do Grupo de Forças Especiais da Bélgica, é o representante belga no “Centro de Conhecimentos Especializados para Operações Especiais” holandês. Serviu em várias funções como sargento e como oficial subalterno no Congo, na Somália, na Albânia e no Chade. O Capitão Weuts é o principal autor deste artigo.*

O Subtenente Giovanni Santo Arrigo integra as Forças Especiais do Exército da Itália desde 1995, tendo servido como operador diversas vezes na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão. Serve, atualmente, como adjunto da Seção de Operações do 1º Batalhão, 9º Regimento de Assalto Aéreo “Cel Moschin”.

Referências

Epígrafe. Eric Olson, discurso de abertura durante o primeiro ciclo do Curso *Catalyst for Change*, Escola das F Op Esp da OTAN, Chièvres, Bélgica, 2013.

1. NATO Summit in Lisbon, *Active Engagement, Modern Defence: Strategic Concept for the Defense and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*, 19-20 November 2010, para. 21, acesso em 9 jul. 2015, http://www.nato.int/strategic-concept/pdf/Strat_Concept_web_en.pdf.

2. Julian Lindley-French, Paul Cornish e Andrew Rathmell, *Operationalizing the Comprehensive Approach*, Allied Rapid Reaction Corps, Commander's Initiative Group (London: Chatham House, 2010), acesso em 9 jul. 2015, <http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/109288>. Este trabalho enumera algumas das dificuldades e desafios para a formulação e implantação de planos de campanha de uma abordagem abrangente. Veja também Cécile Wendling, *The Comprehensive Approach to Civil-Military Crisis Management* (Paris: Institut de Recherche Stratégique de l'Ecole Militaire [IRSEM], 2010).

3. University of South Africa, *Understanding the State*, study guide to PLC 102-S, 2002, xvi. Para ser considerado um Estado, uma entidade precisa ter autoridades soberanas (governo), uma população permanente e um território. O modelo westfaliano de um mundo centrado em Estados existe desde 1648.

4. Carl von Clausewitz, *On War*, Michael Howard and Peter Paret, ed. and trans. (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1976), 89. [Os trechos da obra *Da Guerra* foram extraídos da tradução do inglês para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret. — N. do T.]

5. N.X. Ngwenya, *Fundamentals of International Politics*, study guide to IPC 101-Y, University of South Africa, 2002, p. 11.

6. Department of Defense, *Irregular Warfare (IW) Joint Operating Concept (JOC)*, Version 1.0 (Washington, D.C.: Department of Defense, 11 September 2007), acesso em 9 jul. 2015, http://www.dtic.mil/doctrine/concepts/joint_concepts/joc_iw_v1.pdf.

7. Koen Vlassenroot e Timothy Raeymakers, *Conflict and Social Transformation in Eastern DR Congo* (Gent, Belgium: Academia Press Scientific Publishers, 2004), p. 158-159.

8. Martin van Creveld, *The Changing Face of War: Combat*

from the Marne to Iraq (New York: Ballantine, 2008), p. 229-230. O autor identifica o tempo como fator mais importante.

9. Normalmente, não se sabe qual é o tempo disponível, que depende, em grande medida, do apoio político nacional. Além disso, a mera existência de um cronograma divulgado confere uma vantagem estratégica definitiva aos elementos hostis, que podem explorá-lo em proveito próprio. Assim, a OTAN precisa de uma teoria que permita um engajamento pelo tempo que for necessário.

10. United Nations, *The Universal Declaration of Human Rights*, United Nations website, acesso em 9 jul. 2015, <http://www.un.org/en/documents/udhr>; Merriam Webster's Collegiate Dictionary 11th ed., s.v. "natural law". Define-se *Lex Naturalis* (direito natural ou direito da natureza) como o corpo de leis ou um princípio específico considerado advindo da natureza e que se impõe à sociedade humana na falta ou como acréscimo ao direito positivo.

11. Jim Gant, *A Strategy for Success in Afghanistan: One Tribe at a Time* (Los Angeles: Nine Sisters Imports, Inc., 2009), acesso em 9 jul. 2015, http://www.stevenpressfield.com/wp-content/uploads/2009/10/one_tribe_at_a_time_ed2.pdf.

12. David Ronfeldt, *In Search of How Societies Work, Tribes—The First and Forever Form*, RAND Pardee Center working paper, WR-433-RPC, Dec. 2006, acesso em 9 jul. 2015, http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2007/RAND_WR433.pdf. Este documento de trabalho oferece algumas perspectivas sobre o potencial para a governança em sociedades tribais; Ken Menkhaus, "Governance without Government in Somalia", *International Security*, 31(3) (Winter 2006-07), 77, discute "organic" governance; David Galula, *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (New York: Praeger, 1964), p. 98, discute esforços de construção de baixo para cima: "Build (or rebuild) a political machine from the population upward"; Veja também A.H. Maslow, "A Theory of Human Motivation", *Psychological Review* 50(4) (1943): p. 370-96.

13. Daniel R. Green, "Retaking a District Center", *Military Review* 95(2) (March-April 2015): p. 118; para fins de comparação, veja a discussão sobre as Forças Especiais dos EUA e os *Montagnards* do Vietnã, "The CIDG Program Under the U.S. Military Assistance Command: July 1963–May 1965", acesso em 9 jul. 2015, <http://www.history.army.mil/books/vietnam/90-23/90-233.htm>.



Aspersão de inseticida para controle dos mosquitos vetores de Malária e Dengue / BRABATT.

LTC QCO / Vet Auro César Braga

“Saúde Única” e Operacionalidade nas Missões de Paz

O Papel Estratégico do Veterinário Militar

Maj José Roberto Pinho de Andrade Lima, Exército Brasileiro

A Organização das Nações Unidas (ONU), entidade supranacional hoje composta de 192 países membros, foi criada após a II Grande Guerra para servir de instrumento de manutenção da paz e da segurança no mundo. Desde a criação da ONU o Brasil tem tido atuação importante no campo diplomático, ajudando a mediar conflitos e apoiando ações humanitárias por todo o mundo, garantindo o respeito e a dignidade de todos através de direitos fundamentais. Entretanto a participação de Missões de Paz com tropa militar iniciou-se apenas em 1957, com a UNEF I (Força de Emergência das Nações Unidas), que atuou na resolução da crise decorrente da nacionalização do Canal de Suez¹. Deste então a participação tem sido frequente, mas com contingentes modestos, situação que mudou com a liderança assumida na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004 e que até julho de 2015 envolveu a participação de mais de 30 mil militares das Forças Armadas, principalmente do Exército Brasileiro.

As doenças infecciosas tem sido um desafio permanente para os militares desdobrados em áreas de conflito. Estas enfermidades influíram decisivamente no desfecho de algumas guerras e foram responsáveis por muitas baixas temporárias e mortes de militares nos Grandes Conflitos Mundiais, por exemplo, na II Guerra Mundial foram contabilizados 124.109 casos de malária entre os soldados dos EUA desdobrados no Pacífico². Nos teatros de operações recentes tem tido especial destaque as enfermidades relacionadas com fatores de risco ambiental como gastroenterites ligadas à água e alimentos contaminados, enfermidades transmitidas por vetores e zoonoses, que se caracterizam como doenças infecciosas transmitidas de animais vertebrados para humanos e vice-versa³. Entre os cerca de 40 mil militares da França destacados em áreas endêmicas a cada ano, ocorreram 9.000 casos de malária nos últimos 15 anos, com cerca de 250 casos graves e seis mortes, em média uma morte a cada dois anos, mesmo com o emprego efetivo de medidas de prevenção⁴. Nas Forças Armadas dos EUA, entre 2000 e 2011 foram registrados cerca de 3200 casos de zoonoses e enfermidades transmitidas por vetores, principalmente: Doença de Lyme, Malária e Leishmaniose⁵. Analisando os dados de vigilância, também das Forças Armadas norte americanas, entre 1998-2009, Potter e



Veterinário realiza inspeção da qualidade da água consumida no BRABATT.

Capt QCO / Vet Alexandre Rabello C. Alves

colaboradores⁶ contabilizaram 116 mortes de militares por doenças infecciosas confirmadas, sendo 10% destas devido a zoonoses e enfermidades transmitidas por vetores como Hantavirose, malária, Erliquiose, Rickettsiose e Febre hemorrágica da Crimeia-Congo. O segundo agravo à saúde mais incidente nas tropas desdobradas, após as infecções respiratórias, tem sido as gastroenterites/diarreias, em especial aquelas provocadas pelos norovírus (NoV) que se propagam rapidamente nos acampamentos pela água e alimentos contaminados. Pesquisa com militares dos EUA que atuaram no Iraque e Afeganistão estimou que 76% da tropa desdobrada sofreu pelo menos um episódio de diarreia durante a missão e 45% teve a operacionalidade comprometida por pelo menos três dias⁷. O presente estudo buscou levantar os principais riscos biológicos relacionados ao meio ambiente a que os militares brasileiros foram submetidos durante as missões de paz da ONU desde 1956, delineando a importância do emprego dos veterinários militares como elemento de proteção da operacionalidade da tropa desdobrada.

Material e Métodos

Este é um estudo transversal descritivo retrospectivo que empregou a pesquisa bibliográfica e documental como ferramenta. Foram revisados documentos e publicações das Forças Armadas e da ONU e as publicações disponíveis sobre o tema nas bases de dados PubMed, CAB e Google Acadêmico, assim como foram analisados dados administrativos e anônimos geridos pela Unidade Médica do Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de

Paz (BRABATT), integrante da componente militar da Missão de Paz das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Resultados

Nas 62 missões de paz desencadeadas pela ONU desde 1947, já ocorreram 3298 fatalidades, 30% devido a doenças, em sua maioria enfermidades infecciosas associadas ao ambiente da missão⁸. Os principais riscos biológicos presentes no ambiente operacional e que podem provocar enfermidades e baixas são vírus, bactérias, parasitos e fungos. Estes patógenos são transmitidos aos militares pelo contato pessoa a pessoa, pelas superfícies e alimentos contaminados, pela água poluída/contaminada, pelo contato com vetores (mosquitos, carrapatos, pulgas) e pragas (roedores, baratas, moscas e percevejos), entre outros elementos presentes no meio ambiente onde os militares ficam alojados e desenvolvem as operações. Nos últimos 35 anos, a humanidade tem sido assolada por uma crescente onda de surtos provocados por novos e antigos patógenos, sendo que 65% das 215 mais relevantes enfermidades infecciosas humanas emergentes são zoonoses⁹. São exemplos

destas ameaças biológicas: HIV/AIDS, SARS, Ebola, Influenza aviária (H5N1), Antrax, Campylobacteriose, Encefalite do Nilo Ocidental e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MER-CoV), portanto conhecer e gerenciar a interface homem-animal-meio ambiente é ponto chave para a prevenção e controle das principais doenças endêmicas, emergentes e reemergentes no teatro das operações militares.

A visão holística e multidisciplinar da saúde como consequência da salubridade de homens, animais (domésticos e silvestres) e do ecossistema foi rebatizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com instituições como FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e OIE (Organização Mundial da Saúde Animal), com a denominação de “Saúde Única” / “One Health”¹⁰. Esta nova estratégia de enfrentar o problema das enfermidades infecciosas torna cada operação militar diferente das demais em relação aos riscos ambientais e destaca a importância da missão do oficial veterinário e da equipe encarregada da saúde ambiental.

A proteção da operacionalidade ou “Force Health Protection” já faz parte da doutrina das Forças



Veterinário acompanha inspeção no BRABATT da Unidade de Conformidade Ambiental da MINUSTAH.

Maj QCO / Vet José Roberto P. De Andrade Lima

Missão	Período	Nr total de militares participantes (efetivo médio por contingente)	Principais Enfermidades infecciosas registradas na área da missão (Nr de casos estimados entre militares)	Perdas de vidas confirmadas
UNEF I (Canal de Suez, Sinai, Faixa de Gaza)	1957 - 1967	6300 (600)	Diarreia, tracoma, febre amarela, tifo murino, lepra, tuberculose, verminoses e hepatites	7 (6 devido a acidentes)
UNAVEM III (Angola)	1995 - 1997	4.174 (1200)	Diarreia, malária (800), Leishmaniose, filariose, tracoma e oncocercose	4 (3 por malária)
ONUMOZ (Moçambique)	1992 - 1994	218 (48)	Diarreia, esquistossomose haematóbica (55), malária, cólera, filariose e tracoma	0
UNAMET / INTERFET / UNTAET / UNMISSET (Timor Leste)	1999-2005	1314 (70)	Diarreia, malária, SRAG e dengue	1
MINUSTAH (Haiti)	2004- presente	30.000 (1100)	Diarreia (1500), malária (400), filariose, raiva, HIV, hepatites, cólera, dengue e chikungunya	26 (23 por acidentes, 80% no terremoto de 2010)
UNIFIL (Libano)	2011-presente	2400 (260)	Diarreia, leishmaniose, malária, tifo, brucelose, hepatites, raiva, febre Q e rickettsioses	0

Tabela 1 – Perfil de riscos biológicos, morbidade e mortalidade das tropas brasileiras em missões de paz da ONU, 1957 a 2015

Armadas dos países mais desenvolvidos¹¹ e consiste em procedimentos como: levantamento dos riscos biológicos presentes no local de desdobramento da tropa; planejamento das ações de educação em saúde e gestão ambiental na área de estacionamento da tropa; escolha das medidas de proteção coletiva e individual, por exemplo, vacinas, repelentes, uniformes e mosquiteiros impregnados com inseticidas; estratégia de tratamento da água e segurança de alimentos; controle químico de vetores, entre outras. Enfim, as medidas de proteção da operacionalidade da tropa e medicina preventiva devem ser foco de especialistas na interface homem-animal-meio ambiente antes, durante e após o retorno da missão, evitando que os militares retornem com

enfermidades, como já foi registrado em outros países e mesmo com tropa do Brasil. Investigando a ocorrência de malária nas tropas brasileiras que retornaram da Missão no Haiti, entre dezembro de 2004 a junho de 2006, Mascheretti e colaboradores¹² estimaram em 4,5 % a incidência do parasito entre os 1.720 militares estudados, sendo que 62,3% dos casos positivos estavam assintomáticos.

A participação brasileira em Missões da ONU tem evoluído nas últimas décadas, especialmente com o maior desdobramento de tropas em outros continentes. O Brasil participou de algumas dezenas de missões, mas desdobrou maiores contingentes no Oriente Médio, África e Caribe. A Tabela 1, sumariza os principais

dados disponíveis sobre risco, morbidade e mortalidade por doenças infecciosas nestas missões.

Os veterinários militares começaram a participar das missões de paz em Angola, integrando equipe que investigou o surto de malária que provocou três mortes, onde se concluiu que a ineficiência das medidas preventivas, como uso de repelentes e mosquiteiros, quimioprofilaxia (consumo semanal de medicação para combate ao parasito), combate ao vetor com pulverização de inseticidas nas áreas das bases militares, foram os fatores determinantes para as centenas de casos e três mortes¹³.

A segunda participação de um veterinário militar foi na missão no Haiti, ainda em 2005, quando um oficial veterinário integrou equipe do Comando Logístico do Exército (COLOG), avaliando durante uma semana as condições ambientais e higiênicas das tropas brasileiras atuando na MINUSTAH, sendo apontadas várias recomendações preventivas, a mais importante

delas - dotar o contingente de um veterinário militar atuando permanentemente com a tropa. O contingente brasileiro desdobrado no exterior passou a contar com oficiais veterinários, efetivamente, apenas em 2009, no BRABATT/11 - MINUSTAH, experiência que evidenciou os diversos riscos biológicos a que a tropa estava submetida e delineou a doutrina de atuação deste especialista¹⁴. A Figura 1, a seguir, sumariza os totais de casos das principais doenças infecciosas que atingiram a tropa do Brasil no Haiti entre 2004 e 2011.

Atualmente o Batalhão Brasileiro (BRABATT) na MINUSATH conta com um veterinário em todos os contingentes, tendo participado da missão entre 2009 e 2015 cerca de doze oficiais veterinários. Os pontos chave da atuação veterinária junto a tropa nas Missões de Paz tem sido: a) inspeção do recebimento e preparo dos alimentos; b) vigilância da higiene e qualidade da água consumida; c) gestão ambiental da base, com foco na gestão de resíduos; d) controle de vetores nas áreas

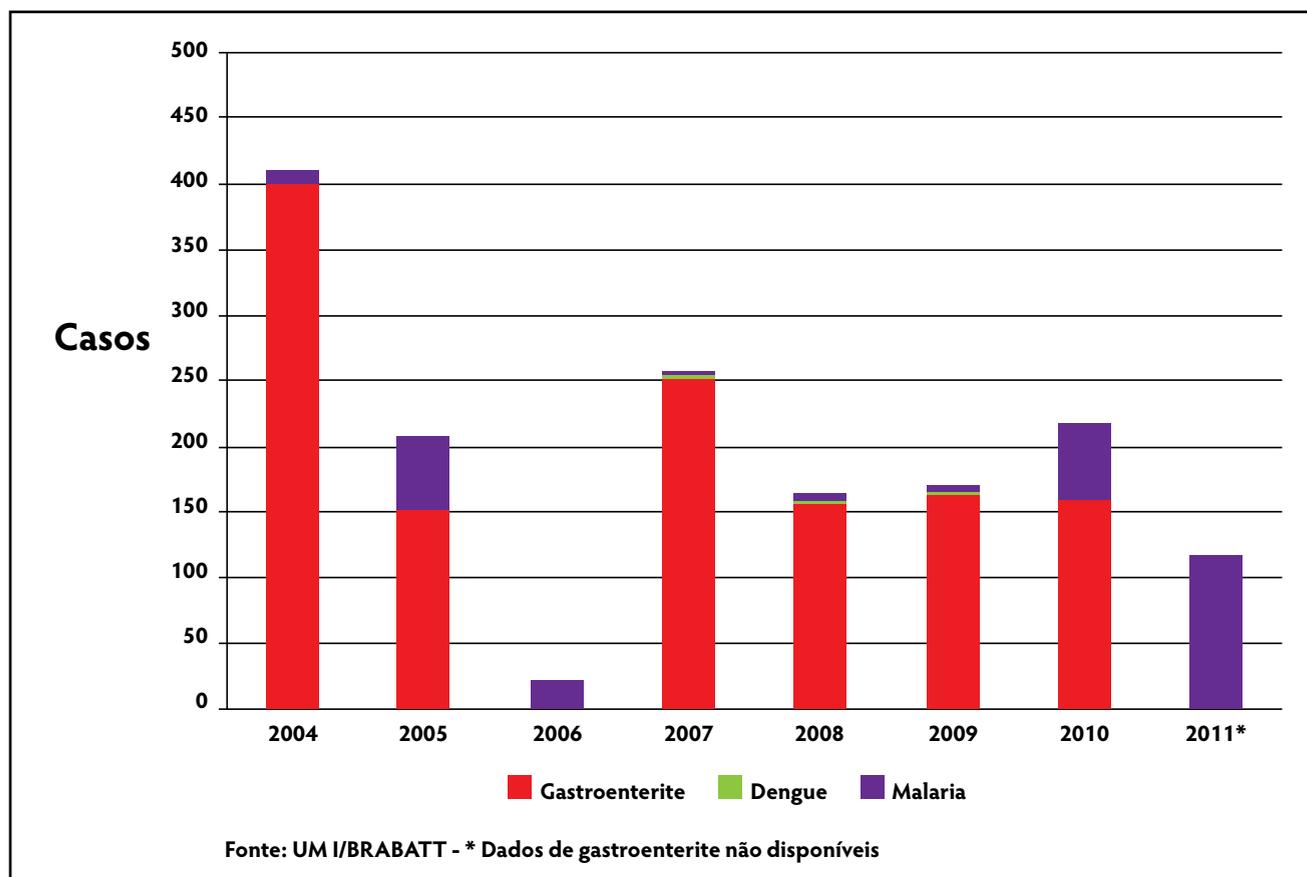


Figura 1 – Distribuição dos casos de gastroenterite, malária e dengue registrados na tropa brasileira desdobrada no Haiti entre junho de 2004 e julho de 2011



Figura 2 - Veterinário realiza visita de inspeção na cozinha do BRABATT.

LTC QCO / Vet Auro César Braga



Figura 3 - Veterinário realiza inspeção ambiental na Base do BRABATT / Campo Charlie.

Maj QCO / Vet José Roberto P. De Andrade Lima

internas e periféricas das bases; e) vigilância epidemiológica de zoonoses e gastroenterites em conjunto com a Unidade Médica; e f) educação em saúde da tropa. As Figuras 2 e 3 ilustram algumas destas atividades veterinárias desenvolvidas na Missão de Paz no Haiti.

A Figura 4 ilustra as quatro áreas chave da atuação do veterinário nas missões de paz, para garantir a operacionalidade através da proteção da saúde da tropa.

Discussão

Os dados atuais de saúde dos militares em operações indicam que a principal causa de adoecimento e morte são os acidentes não ligados aos conflitos⁸. Entretanto as doenças infecciosas são importantes elementos de baixa da operacionalidade das tropas, provocando incapacidade temporária para o combate. Os resultados mostrados na Tabela 1 e na Figura 1 indicam a gravidade e importância das doenças infecciosas no contexto da saúde das tropas brasileiras desdobradas em missões de paz, em especial as gastroenterites e a malária. Entretanto os dados mostrados evidenciam apenas a “ponta do iceberg,” pois representam apenas os casos mais graves que necessitaram atendimento na Unidade Médica e, portanto foram registrados. O real impacto na operacionalidade, na plena condição de saúde dos militares, pode ser até dez vezes maior que os números aqui mostrados, pois a maioria dos casos de diarreia são brandos e não geram atendimento médico, assim como muitos casos de malária, dengue, hepatite, chikungunya, filariose e outros cursam assintomáticos ou com sintomatologia genérica e leve.

Muitas das enfermidades que acometem militares desdobrados em outros continentes podem ser “transportadas” pelas tropas para seus países de origem ou para a nação hospedeira da missão, com graves consequências para a população civil. A dispersão de enfermidades por militares em missão pode ser ilustrada pelo episódio devastador da introdução da cólera no Haiti a partir de militares do contingente do Nepal na MINUSTAH portadores do patógeno, que chegaram ao Caribe no período da rodizio da tropa, ao final de 2010. Naquela situação, a bactéria foi introduzida no ambiente haitiano na região do Rio Artibonite pelo despejo de esgoto não tratado¹⁵ e em cinco anos já provocou a doença em 750 mil haitianos, com 9 mil mortes¹⁶. O Brasil viveu risco semelhante em junho de 2014, quando militares do BRABATT em retorno do Haiti chegaram ao país com o vírus Chikungunya, em pleno período de circulação de turistas devido a Copa do Mundo de Futebol 2014, o que poderia ter iniciado uma pandemia¹⁷.

A participação do veterinário junto com a tropa nas missões de paz mostra-se ferramenta estratégica e essencial para a garantia da operacionalidade da tropa desdobrada, bem como para evitar quadros graves como surtos de gastroenterite e malária, como os ocorridos no Haiti logo após o terremoto de 2010¹⁸ e os mostrados na Figura 1. Outro surto grave que atingiu militares brasileiros em missão de paz foi o registrado em Moçambique, quando 55 soldados contraíram a Esquistossomose haematóbica após banho no Rio Licurgo, parasitose exótica no Brasil e que acomete o

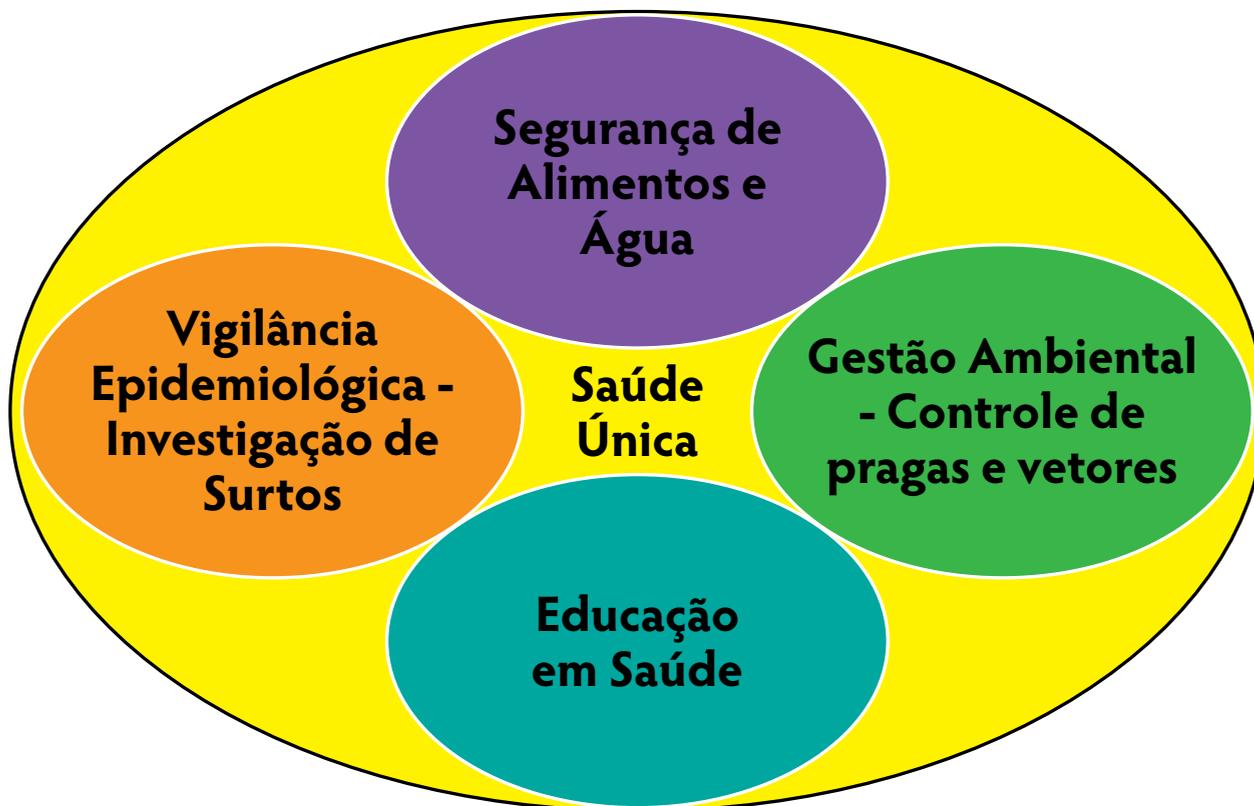


Figura 4 – Áreas chave da atuação do veterinário nas missões de paz

sistema urinário, sendo a infecção identificada e tratada após o retorno da tropa¹⁹.

O Serviço de Veterinária do Exército Brasileiro foi criado há 100 anos, mas sua evolução doutrinária em apoio às operações militares foi interrompida por cerca de 20 anos, sendo retomada em 1992 pela constituição de novo corpo de oficiais de carreira²⁰. Os últimos manuais de campanha da veterinária militar brasileira foram editados na década de 1970, portanto os procedimentos doutrinários necessários para balizar a atuação dos veterinários nas missões de paz da ONU devem ser atualizados e normatizados, podendo tomar como referência as experiências recentes no Haiti e a vasta literatura normativa dos serviços de veterinária do exército de outras nações, com significativa experiência na aplicação dos conceitos de “Saúde Única” em campanha^{21, 22}.

Para uma atuação eficiente, não bastam militares treinados e manuais doutrinários atualizados, serão necessários equipamentos laboratoriais portáteis capazes de oferecer respostas rápidas, ajudando na tomada de decisões sobre segurança de alimentos, potabilidade

da água, defesa contra agentes químicos e biológicos, caracterização de vetores, entre outros. Uma proposta de Equipamento Portátil para uso em Campanha foi apresentada por Andrade-Lima²³, com base em produtos já em uso nas Forças Armadas europeias²⁴.

Conclusão

Este trabalho apresentou os principais riscos biológicos relacionados ao meio ambiente das missões de paz onde os cerca de 45.000 militares brasileiros foram desdobrados nos últimos 58 anos. Baseado na experiência recente de participação de oficiais veterinários junto aos contingentes no Haiti, delineou-se as principais missões desempenhadas na proteção da operacionalidade da tropa, em especial nas áreas de segurança de alimentos, gestão ambiental e controle de zoonoses e vetores. Considerando a visão atual de “Saúde Única” que associa 75% das enfermidades infecciosas humanas a interface homem-animal-meio ambiente, revela-se estratégica a participação dos médicos veterinários militares no planejamento, preparo, desdobramento no terreno e desmobilização

das tropas em missão de paz. Deve-se aprender com as lições do passado, com os vários surtos que comprometeram a operacionalidade da tropa e mesmo com as mortes de militares desdobrados no exterior. Estas experiências reforçam a necessidade de colocar este

especialista definitivamente envolvido nas futuras missões no terreno, como no caso do desdobramento de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz no Líbano (UNIFIL), atualmente em fase final de planejamento. ■

O Major José Roberto Pinho de Andrade Lima, Veterinário do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, turma de 1995 da EsAEx, possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1995), Mestrado em Ciências Veterinárias pela Université de Montreal - Canadá (2001) e Doutorado em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, na área de Epidemiologia (2012). Atuou em unidades militares dos Comandos Militares da Amazônia, Nordeste e Leste, entre outras nas áreas de Ensino, Gestão, Saúde Pública e Meio Ambiente. Participou da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), como primeiro veterinário encarregado da Gestão Ambiental e Vigilância Sanitária do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (2009-2010), tendo vivenciado a crise provocada pelo terremoto de janeiro de 2010. Em 2015, foi designado pelo Ministério da Defesa, em parceria com o CNPq, para realizar o pós-doutorado em Epidemiologia Ambiental e Saúde Pública na University of Florida - Gainesville/EUA.

Referências

1. Sergio L.C. Aguilar, A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro, *Journal for Brazilian Studies* 3(2) (March 2015): 113-141. <http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/20231/18133>.
2. Zheng J. M. Ho, Yi F. J. Hwang, Jian M. V. Lee, Emerging and re-emerging infectious diseases: challenges and opportunities for militaries, *Mil Med Res.* 1(21) (Sep 2014) <http://www.mmjournal.org/content/1/1/21>.
3. Frederic Pages, M. Faulde, E. Orlandi-Pradines, P. Parola, The past and present threat of vector-borne diseases in deployed troops, *Clinical Microbiology and Infection* 16(3) (March 2010): 209-224 <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1469-0691.2009.03132.x/pdf>.
4. Rene Migliani, B. Pradines, R. Michel, O. Aoun, A. Dia, X. De-paris, C. Rapp, Malaria control strategies in French armed forces. *Travel Med Infect Dis.* 12(4) (Jul-Aug 2014): 307-17. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1477893914001197>.
5. Armed Forces Health Surveillance Center (AFHSC), Reported Vectorborne and Zoonotic Diseases, U.S. Army and U.S. Navy, 2000-2011, *MSMR.* 19(10) (October 2012):15-16 <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA569219>.
6. Robert Potter, Craig T. Mallak, Joel Gaydos, Deaths Attributed to Zoonotic and Vector-borne Diseases in US Military Forces, 1998-2009, Proceedings of 49th Annual Meeting of the Infectious Diseases Society of America, Boston, Poster 1269 (Oct 2011) <https://idsa.confex.com/idsa/2011/webprogram/Paper30924.html>.
7. John W. Sanders, Shannon D. Putnam, Mark S. Riddle, David R. Tribble, Military importance of diarrhea: lessons from the Middle East. *Curr Opin Gastroenterol.* 21(1) (Jan 2005): 9-14
8. Department of Peacekeeping Operations (DPKO), Fatalities by mission an incident type (Stats_4/ up to 31 Jul 2015), Nova York, 2015. http://www.un.org/en/peacekeeping/fatalities/documents/stats_4.pdf.
9. Katherine F. Smith, Michael Goldberg, Samantha Rosenthal, Lynn Carlson, Jane Chen, Cici Chen, Sohini Ramachandran, Global rise in human infectious disease outbreaks. *J R Soc Interface.* 6(11) (Dec 2014) <http://rsif.royalsocietypublishing.org/content/11/101/20140950.full-text.pdf>.
10. E. Paul J. Gibbs, The evolution of "One Health": a decade of progress and challenges for the future. *Vet Rec.* 174(4) (Jan 2014): 85-91. <http://veterinaryrecord.bmj.com/content/174/4/85.full>.
11. US Army, Force Health Protection in a Global Environment- FM 4-02 (FM 8-10), Headquarters Department of the Army, Washington, 2003 <http://fas.org/irp/doddir/army/fm4-02.pdf>.
12. Melissa Mascheretti, P. Abati, M.E. Graf, T. Chaves, R. Couto, S. Di Santi, M. Boulos, Uncomplicated Plasmodium Falciparum Malaria in Brazilian Troops, Proceedings of the 10th Conference of the International Society of Travel Medicine, PO01.13, Vancouver (May 2007): 7
13. COL Jose L. Sanchez, Izidro Bendet, LTC Max Grog, José B. P. Lima, LTC Lorrin W. Pang, MAJ Roberto Guimaraes, COL Med Roberto H. Guedes, COL Wilbur K. Milhous, Michael D. Green, G. Daniel Todd, Malaria in Brazilian military personnel deployed to Angola, *Journal of Travel Medicine,* 7(5) (2000): 275-282. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.2310/7060.2000.00077/pdf>.
14. CAP Otavio Augusto B. Soares, MAJ José Roberto P. De Andrade Lima, LTC Carlos Henrique C. de Campos, LT Renata S. Barros, A Medicina Veterinária militar brasileira em operações de paz: experiências na Missão da Organização das Nações Unidas para estabilização do Haiti. *Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares,* 7(29) (2013): 51-62 <http://www.eceme.ensino.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/179/340>.

15. Renaud Piarroux, Robert Barrais, Benoît Faucher, Rachel Haus, Martine Piarroux, Jean Gaudart, Roc Magloire, Didier Raoult, Understanding the cholera epidemic, Haiti. *Emerg Infect Dis*, 17(7) (July 2011):1161–1168 http://wwwnc.cdc.gov/eid/article/17/7/11-0059_article.
16. Ministère de la Santé Publique et de la Population - Haiti (MSPP), Bulletin de Surveillance Epidémiologique choléra - 10 Jul 2015, Porto Príncipe, (2015) http://mspp.gouv.ht/site/downloads/Rapport%20Web%2010.07_2015_Avec_Courbes_departementales.pdf.
17. Marcio Roberto T. Nunes, Nuno R. Faria, Janaina M. de Vasconcelos, Nick Golding, Moritz UG Kraeme, Layanna F. de Oliveira, Raimunda do S. da S. Azevedo, Daisy E. A. da Silva, Eliana V. P. da Silva, Sandro P. da Silva, Valéria L. Carvalho, Giovanini E. Coelho, Ana C. R. Cruz, Sueli G. Rodrigues, Joao L. da S. G. Vianez, Bruno T. D. Nunes, Jedson F. Cardoso, Robert B. Tesh, Simon I. Hay, Oliver G. Pybus, Pedro F. da C. Vasconcelos, Emergence and potential for spread of Chikungunya virus in Brazil. *BMC Medicine*, 13(102) (2015) <http://www.biomedcentral.com/content/pdf/s12916-015-0348-x.pdf>.
18. MAJ José Roberto P. De Andrade Lima, Malaria Outbreak In Brazilian Military Peacekeepers In The Aftermath Of The January 2010 Earthquake In Haiti. Proceedings of XIII Military Veterinary Congress, Madrid – Espanha, (2013) http://www.defensa.gob.es/congreso-veterinaria/pdf/comunicaciones/Malaria_Outbreak_in_Brazilian_Military_peacekeepers_in_the_aftermath_of_the_january_2010_earthquake_in_Haiti.pdf.
19. MAJ Iran M. da Silva, Victor Tsang, John Noh, Luis Rey, Maria José Conceição, Clinical and laboratorial evaluation of urinary schistosomiasis in Brazilians after staying in Mozambique. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* 39(3) (2006): 272-274 <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v39n3/a09v39n3.pdf>.
20. CAP Estevão G. A. da Silva, CAP Rubens F. S. Prado, MAJ José Roberto P. De Andrade Lima, A Medicina Veterinária Militar Brasileira no Século XXI. *Revista Científica da Escola de Administração do Exército*, 2(2) (2006):176-186 http://www.cms.ensino.eb.br/revista/index.php?option=com_rokdownloads&view=file&task=-download&id=21:ano-2-nd-2-1d- semestre-de-2006.
21. MAJ Ronald L. Burke, One Health and Force Health Protection During Foreign Humanitarian Assistance Operations: 2010 Pakistan Flood Relief, *US Army Med Dep J.*, PB 8-13-1/2/3 (January-March 2013):81-85 <http://www.cs.amedd.army.mil/FileDownloadpublic.aspx?docid=8d664ca2-8b64-439c-ac81-16aa73faf1ca>.
22. Ejército de Tierra Español - Mando de Adiestramiento y Doctrina, Sanidad en Operaciones PD4-616. Madrid, Dirección de Servicios Técnicos del Ejército (2011)
23. MAJ José Roberto P. De Andrade Lima. Desenvolvimento de Equipamento Laboratorial Portátil para Emprego em Campanha na Defesa QBN, Vigilância Sanitária de Alimentos e Inspeções de Sanidade Ambiental. Anais do VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (VII ENABED), Belém-PA (2013) http://www.abedef.org/download/download?ID_DOWNLOAD=76.
24. COL Luis Moreno Fernández-Caparrós, New Equipment of Field Veterinary Laboratory of the Spanish Army, *Bull. Acad. Vét. France*, 162(1) (2009): 22-26 http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/47971/AVF_2009_1_21.pdf?sequence=1.



Viktor Yushchenko, líder da oposição na Ucrânia, dirige-se a uma multidão de mais de 10 mil pessoas na Praça da Independência em Kiev, 22 Nov 04, acusando autoridades governamentais de falsificar os resultados da eleição. Os seguidores de Yushchenko adotaram a cor laranja como símbolo do movimento que se opunha à legitimidade do governo eleito. O uso de cores vibrantes como símbolo de rebelião por outros movimentos populares que empregaram a desobediência civil como principal tática deu origem ao termo "revolução colorida".

(Alexander Zemlianichenko, Associated Press)

O Indivíduo Urbano

A Fonte de Poder Inexpugnável nos Conflitos Armados do Século XXI

Primeiro Colocado no Concurso de Artigos DePuy 2015

Ten Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica

A pós a Batalha de Borodino, em setembro de 1812, Napoleão avançou na direção de Moscou. Nesse momento de crise, a maioria dos generais instou o Marechal de Campo Mikhail Kutuzov a defender a cidade a qualquer custo. Kutuzov recusou-se, porque "o próprio ato de ceder Moscou nos preparará para derrotar

nosso inimigo. Enquanto o Exército existir e for capaz de resistir ao inimigo, estaremos seguros, na esperança de que a guerra se conclua satisfatoriamente; contudo, quando o Exército for destruído, Moscou e Rússia perecerão. Ordeno a retirada!"¹ Com esse comando, os cidadãos evacuaram a cidade, ateando-lhe fogo.

A guerra é um ato de violência destinado a obrigar o inimigo a cumprir nossa vontade ao privá-lo de poder². Portanto, as fontes de poder são de extrema importância. Todo beligerante protege seus integrantes ao mesmo tempo que obtém a iniciativa para atacar os de seu adversário. Por considerar o Exército como a verdadeira fonte do poder russo, Kutuzov fez a difícil escolha de preservar suas tropas em vez de proteger a capital.

Naquela época, Moscou tinha 270 mil habitantes. Atualmente, sua população soma 12 milhões de pessoas. Em 1800, 3% da população mundial vivia em cidades. A porcentagem hoje é de 50%, e as tendências indicam que chegará a 60% até 2030. Levando em conta o crescimento da população mundial de um para oito bilhões nesse mesmo período, isso significa que o número de residentes urbanos terá aumentado mais de 150 vezes em pouco mais de dois séculos³. O escopo dessa evolução levanta a seguinte questão: a importância relativa das Forças Armadas e das cidades como fontes de poder permaneceu inalterada? Uma forma de responder a essa pergunta é analisar o que os governantes constituídos da Rússia consideram a mais perigosa ameaça ao seu país e regime neste momento.

Dois séculos após Borodino, o Kremlin declara que Moscou está, mais uma vez, sob a ameaça de um ataque iminente. Em maio de 2014, as autoridades russas organizaram uma conferência de segurança internacional inteiramente voltada às *revoluções coloridas*⁴. Durante a conferência, o Gen Valery Gerasimov — Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa — explicou sua perspectiva sobre a remoção do presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, no início daquele ano: “As Revoluções Coloridas se tornaram a principal alavanca para a realização de ideias políticas. [...] Baseiam-se em estratégias políticas que envolvem a *manipulação externa do potencial de protesto de uma população*, aliadas a medidas políticas, econômicas, humanitárias e outros recursos não militares”⁵. Em uma publicação anterior, afirmou: “[A]s regras da guerra mudaram significativamente. O papel de métodos não militares para atingir objetivos políticos e estratégicos aumentou, e sua eficácia, em alguns casos, ultrapassou a de uma Força Armada”⁶. Aos olhos do Kremlin, esse tipo de mudança de regime pode acontecer a qualquer momento em Moscou. As manifestações de massa em Moscou poderiam ser tão ameaçadoras a

Putin quando mostraram ser para Yanukovich em Kiev. Por isso, o Presidente Putin declarou, firmemente: “Vemos que a onda das chamadas ‘revoluções coloridas’ levou a consequências tão trágicas. [...] Para nós, esta é uma lição e uma advertência, e precisamos fazer tudo o que for necessário para prevenir que algo parecido aconteça na Rússia”⁷.

Ainda que indique que o Kremlin se recusa a distinguir entre manifestações espontâneas e uma subversão organizada, sua interpretação dos acontecimentos recentes mostra que ele considera a mobilização urbana como um poder equivalente ou superior à força militar convencional. A opinião de Gerasimov quanto à importância relativa dos exércitos e das cidades é, claramente, totalmente oposta à de Kutuzov. Outros fatos corroboram sua perspectiva. Em megacidades como Cairo, Bagdá e Gaza, a força militar se mostrou inadequada para conter a mobilização popular. Conforme a urbanização continuar, essa tendência só vai se exacerbar.

Entretanto, o maior papel das cidades nos conflitos armados não se deve a elas propriamente, mas ao modo pelo qual seus numerosos habitantes interagem. Este artigo propõe que a fonte de poder nos futuros conflitos armados é o potencial de protesto dos indivíduos urbanos. Portanto, privar o inimigo de poder requer isolá-lo de simpatizantes urbanos no início das operações. Para isso, faz-se necessário um novo entendimento do primeiro alicerce das operações terrestres unificadas: a iniciativa⁸.

Para corroborar essa assertiva, este artigo explica, primeiro, o processo de urbanização no contexto dos conflitos e da guerra. Em seguida, descreve como os beligerantes de base urbana utilizam as megacidades como fontes de poder estratégicas, em vez de vantajosos campos de batalha táticos. Analisa, ainda, por que obter o forte apoio popular é a ação decisiva em um conflito megaurbano. Por fim, extrai as implicações militares dessa análise.

Urbanização

As megacidades do século XXI, que contêm alguns milhões de habitantes, não são meras versões ampliadas de cidades do início do século XIX com menos de cem mil residentes. A urbanização não significa apenas que as cidades se expandem, mas que o caráter urbano do ambiente se torna o parâmetro determinante da própria vida.



Vista da *Leninsky Prospekt*, em Grozny, capital da República da Tchetchênia, Rússia, 13 Abr 95. Bombardeios aéreos por forças russas no mês de janeiro anterior tornou-a uma das ruas mais perigosas do mundo.

(Shakh Aivazov, Associated Press)

Em 1800, as cidades consistiam em áreas pequenas, mas densamente povoadas, regidas por uma administração rudimentar e protegidas por um perímetro fortificado. A defesa de uma cidade se apoiava completamente no valor do perímetro como obstáculo. Caso o penetrassem, a cidade estaria perdida. Era impossível conduzir uma resistência prolongada dentro do perímetro. À medida que a efetividade do poder de fogo contra as fortificações aumentou, a importância das cidades nas guerras diminuiu.

Em contrapartida, as megacidades contemporâneas são grandes áreas com elevada densidade demográfica, onde a vida depende da administração. Os perímetros na forma de anel viário aumentam, em vez de impedir, o acesso ao centro. Entretanto, isso não significa que essas cidades estejam indefesas. Ao contrário, o valor defensivo de uma megacidade advém do tamanho da força necessária para controlar os cidadãos que ali residem. Quinlivan demonstrou que dois parâmetros determinam os requisitos de força para controlar uma cidade: o tamanho da população e o nível de hostilidade ou discórdia⁹. Comparando áreas pacíficas e em conflito ao redor do mundo, ele mostra que— dependendo do nível de hostilidade — os requisitos de força por cada mil habitantes variam de dois policiais levemente armados em uma viatura de patrulhamento a vinte militares providos de equipamentos pesados

e adequadamente apoiados. Em megacidades, essa regra muda, completamente, o caráter do combate urbano. O fato de os requisitos de força para o combate urbano serem proporcionais ao tamanho da população e não aos efetivos do inimigo coloca o indivíduo urbano no centro da formulação da estratégia. Em virtude do grande tamanho da população, um beligerante de base urbana impõe custos mais elevados aos inimigos ao mobilizar os moradores da cidade contra suas forças, em vez de combatê-las diretamente¹⁰. Portanto, a força dos beligerantes de base urbana está em sua capacidade de ajustar o nível de hostilidade a um grau ideal.

Níveis baixos de hostilidade

não perturbam o adversário, mas graus extremamente elevados de violência tampouco ameaçam o inimigo. Acima de um certo patamar, os atos de violência produzem resultados cada vez menores. Ainda que amplie os requisitos de força do adversário para o combate, a violência extrema diminui os requisitos de força para medidas de controle da população. A extrema violência gera a insegurança desenfreada e o colapso dos serviços administrativos, levando os cidadãos a fugir da cidade. A resultante redução da população urbana diminui o número de militares necessários para controlá-la. Além disso, à medida que o número de cidadãos diminui, a efetividade de sistemas de armas a distância cresce, permitindo que o adversário substitua tropas pela tecnologia. Os beligerantes de base urbana bem-sucedidos sobrepõem a força adversária dentro da cidade sem assustar os cidadãos a ponto de a abandonarem.

Sistema de Armas ou Fonte de Poder

Os combates de agosto de 1996 e janeiro de 2000 em Grozny ilustram o fato de que as cidades oferecem ao beligerante de base urbana muitas oportunidades para escalar o nível de violência contra um adversário superior em termos militares¹¹. Contudo, também revelam as limitações de tal abordagem. As estruturas de concreto de Grozny proporcionaram cobertura e abrigo. Os combatentes tchetchenos usaram o sistema de

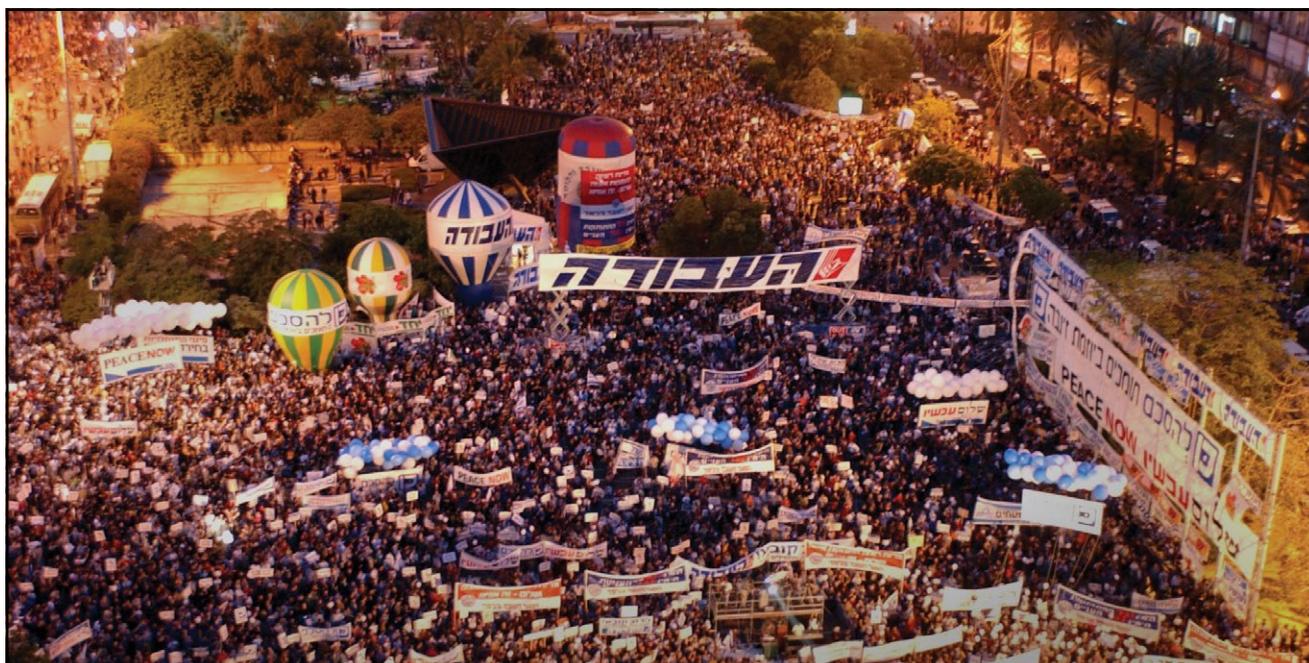
esgoto para se movimentarem pela cidade rapidamente, sem se expor ao fogo inimigo. As posições defensivas nos andares mais altos dos prédios negaram aos russos as vantagens oferecidas pelos carros de combate, em virtude da elevação limitada de suas peças. Além disso, as ruas estreitas restringiram a capacidade de manobra russa e reduziram, consideravelmente, a observação e campos de tiro. Isso possibilitou que os tchetchenos combatessem de maneira tão próxima que os russos não tinham como solicitar apoio de fogo indireto devido ao risco proibitivo de fratricídio.

De fato, os combatentes tchetchenos transformaram a infraestrutura urbana de Grozny em um enorme sistema de armas destinado a negar aos russos as vantagens que obtinham de sua superioridade numérica e tecnológica. Em 1996, os combatentes tchetchenos obtiveram sucesso com isso. Entretanto, a principal desvantagem de um grau de violência tão elevado é que ele despovoava a cidade. No caso de Grozny, a população diminuiu de 300 mil no começo das hostilidades para menos de 20 mil no final. À medida que mais e mais civis foram deixando a capital, os combatentes tchetchenos proporcionaram aos russos localizações geográficas claramente definidas, nas quais estes podiam concentrar-se. Valendo-se das lições aprendidas em 1996, em vez de entrarem na cidade, as tropas blindadas e de infantaria russas a cercaram. Enviaram frações

de reconhecimento para localizar as posições de combate urbano tchetchenas, destruindo-as a partir de uma distância segura com caças, artilharia e munições termobáricas. Sem uma fonte de recrutamento para repor suas perdas, esse desgaste acabou levando ao colapso da defesa tchetchena da capital.

Ainda que inovador, o conceito de operações tchetcheno refletia uma visão do combate como “única força efetiva na guerra”¹². Essa visão permanece apoiada na teoria militar do século XIX, segundo a qual “é evidente que a destruição das forças inimigas é sempre o meio mais elevado, mais eficaz, com o qual os outros não podem competir”¹³. Segundo essa linha de pensamento, utilizar a infraestrutura urbana como campo de batalha é apenas outra forma de obter uma posição de vantagem sobre o inimigo.

De modo oposto, a retirada israelense de Gaza, em 2005, mostra que — acima de um certo tamanho — as cidades oferecem alternativas fundamentalmente diferentes para o beligerante de base urbana. Em megacidades turbulentas, os requisitos de força para as medidas de controle da população aproximam-se dos necessários para um combate decisivo. Em 1967, as Forças de Defesa de Israel precisaram de 11 brigadas para derrotar o Exército egípcio e conquistar o Deserto de Sinai — incluindo Gaza¹⁴. Após a Guerra dos Seis Dias, as Forças de Defesa de Israel precisaram de apenas alguns



Milhares de manifestantes israelenses em protesto na Praça Rabin, em Tel Aviv, exigindo a retirada da Faixa de Gaza, 15 Mai 04.

(Ariel Schalit, Associated Press)

batalhões para policiar os 350 mil palestinos desmoralizados que ali viviam¹⁵. Entretanto, a população cresceu rapidamente e se radicalizou. No espaço de uma geração, Gaza transformou-se de um aglomerado de aldeias em uma extensa área urbana. Movimentos ativistas como o Hamas mobilizaram, continuamente, o 1,3 milhão de habitantes de Gaza, levando-os a participar de protestos frequentes e violentos, complementados por eventuais ataques terroristas. Em consequência da rápida urbanização e maior hostilidade, os requisitos de força israelenses para o controle da população aumentaram para nove brigadas¹⁶. Para conter o Hamas, Israel teve de empregar um número crescente de tropas. Em 2004, as Forças de Defesa de Israel estavam combatendo quase o equivalente à Guerra dos Seis Dias, semana após semana, sem um fim à vista. A situação se mostrou insustentável. Em uma decisão sem precedentes, o governo israelense formulou um plano de ruptura de combate e solicitou que o Parlamento (Knesset) o aprovasse. Em 16 Fev 05, o Knesset votou pelo desmantelamento dos assentamentos israelenses em Gaza e pela retirada unilateral da área¹⁷.

Durante os eventos que levaram o Hamas a aposar-se de Gaza, o combate nunca foi a força efetiva na guerra. Da mesma forma, os beligerantes que usam a população urbana como fonte de poder, em vez de usar a infraestrutura urbana como um sistema de armas, aplicam uma forma de combate fundamentalmente diferente que a descrita pela teoria militar clássica. O mecanismo utilizado pelos beligerantes de base urbana para vencer não é o combate; é a convivência conflituosa.

Convivência Conflituosa

Na convivência conflituosa, obter o apoio da população megaurbana é a operação decisiva. A campanha de violência e hostilidade propriamente dita é apenas uma forma de transformar tal vantagem em um resultado favorável duradouro. Uma convivência conflituosa depende da capacidade de ser um fator de inquietação contínuo, amorfo e que se regenere para o adversário. O apoio popular é a fonte dessa capacidade por fornecer acesso ao potencial de protesto da população.

Na verdade, a violência no conflito urbano permanece rudimentar e primitiva. Contudo, sua efetividade não advém das baixas e danos que ela provoca, e sim do custo das medidas para contê-la. Os dispositivos

explosivos improvisados e as emboscadas são efetivos não por eliminarem as tropas do adversário, mas por obrigarem-no a conduzir patrulhas com um conjunto de combate composto de viaturas blindadas, vigilância por veículos aéreos não tripulados, artilharia e apoio aéreo aproximado, em vez de algumas poucas viaturas de polícia sem blindagem. Por outro lado, os instrumentos de hostilidade urbana, como as manifestações de massa, as greves, as barricadas e os ataques terroristas, continuam sendo adequados e quase não evoluem. Um líder revolucionário francês de 1789 que fosse, de algum modo, teletransportado de Paris para o meio das multidões da Praça Tahrir, no Cairo, em 2011, teria reconhecido e entendido, imediatamente, tudo o que estava acontecendo. Contudo, ele desconheceria, completamente, os métodos empregados para atrair aquelas massas para o local.

O Manual de Campanha 3-24, *Contra-insurgência* (FM 3-24, *Counterinsurgency*), de 2006, explica que o “povo apoiará a fonte que atender às suas necessidades”¹⁸. Para a população rural, essa fonte pode ser suas terras, suas próprias habilidades, os produtos agrícolas e a lenha em seus celeiros e os amigos, parentes e membros do clã com os quais possam contar em momentos difíceis. A política e a administração importam muito pouco para sua vida cotidiana. Nada disso se aplica aos cidadãos urbanos da atualidade. Nas megacidades, as necessidades básicas, como segurança, abrigo, água, alimentos e energia, dependem de estruturas administrativas, como socorristas de primeira resposta, serviços e obras públicas e organizações de assistência social. A urbanização gera uma demanda insaciável por administração. A eletricidade, a água corrente e as telecomunicações não existiam em 1800, mas são consideradas essenciais em 2015. Além disso, as habilidades dos indivíduos urbanos só têm importância dentro do contexto de emprego e comércio do espaço socioeconômico configurado pela governança urbana. Portanto, os moradores da cidade são bastante suscetíveis a sinais de melhora político-administrativa — por mais tendenciosa que seja a fonte que os forneça.

O espírito urbano é maleável. É quase certo que as organizações que proporcionem o conforto das necessidades urbanas às favelas — como água corrente, eletricidade ou coleta de lixo — conquistem o apoio de seus moradores. Da mesma forma, ativistas da sociedade civil que façam campanha contra a corrupção

têm uma boa chance de mobilizar a juventude urbana qualificada, que exige acesso à ascensão social com base no mérito, e não no favoritismo. Para tirar proveito da suscetibilidade urbana a melhoras político-administrativas, os beligerantes de base urbana mobilizam os moradores da cidade ao fornecer-lhes conforto, esperança e raiva. Sua capacidade para isso cresceu exponencialmente nas últimas quatro décadas, em virtude de dois fatos importantes: a captação global de recursos e a comunicação ilimitada.

A captação global de recursos permite que os beligerantes de base urbana representem uma vantagem, em vez de um fardo para a população. Alguns movimentos ativistas modernos organizam estruturas administrativas de prestação de serviços urbanos e assistência social paralelas às do governo. Financiam essas estruturas por meio da captação de recursos no exterior¹⁹. A quantidade cada vez maior de migrantes e o desenvolvimento de sistemas acessíveis de transferência monetária internacional só vão acelerar essa tendência.

A comunicação ilimitada é um avanço recente, mas que vem evoluindo rapidamente. Fatores inibidores, como custo, alcance, largura de banda e censura, costumavam limitar as capacidades de comunicação

dos atores não estatais. Até os anos 80, os governantes podiam restringir a exposição da população à mídia, permitindo-lhe acesso apenas às estações de rádio, canais de televisão e jornais estatais. Esse tempo já passou. O desempenho cada vez melhor de sistemas de informações e comunicações de propriedade privada levou a uma situação em que até a menor organização pode dirigir-se a uma audiência de milhões de espectadores. A Revolução Iraniana de 1979 oferece um exemplo inicial dessa evolução. A retórica revolucionária em fitas cassete exerceu um papel crucial na deposição do Xá²⁰. A Primavera Árabe e as revoluções coloridas demonstraram que as organizações ativistas são capazes de mobilizar milhões de pessoas, contanto que criem mensagens e imagens que correspondam à esperança e à raiva do público-alvo.

Concomitantemente, a violência continua sendo um componente essencial da convivência conflituosa, mas os beligerantes de base urbana bem-sucedidos a empregam de maneira moderada e simples. Uma violência intensa e sofisticada requer combatentes especializados e um comando e controle em tempo real. Ambos são difíceis de obter e — por serem meios raros e valiosos — são vulneráveis à vigilância, aquisição



Egípcios comemoram a notícia da renúncia do Presidente Hosni Mubarak em 11 Fev 11, Praça Tahrir, no Cairo, Egito. As manifestações antigoverno da "Primavera Árabe" se espalharam pelo Oriente Médio em 2011, levando à remoção de vários ditadores na região.

(Tara Todras-Whitehill, Associated Press)

de alvos e ataques de precisão. Além disso, o combate de alta intensidade despovoou as áreas urbanas, como aconteceu em Grozny. Em contrapartida, a violência em baixo grau e de caráter rudimentar não leva os cidadãos a sair da cidade, está ao alcance de combatentes não especializados e prontamente disponíveis e requer apenas uma orientação anônima e geral, e não um comando e controle rastreável em tempo real. Parafraseando a Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0, Unified Land Operations)*, esse tipo de beligerante não tem uma organização claramente definida na qual seu adversário possa concentrar-se²¹. Um beligerante de base urbana não precisa prevalecer no combate quando a hostilidade megaurbana é suficiente para forçar o adversário a sair.

Implicações Militares

A importância do apoio popular na convivência conflituosa confere um novo significado ao conceito de iniciativa nas operações terrestres unificadas. Segundo a ADP 3-0:

Para obter a iniciativa (estabelecendo e ditando os termos da ação), as tropas do Exército reduzem a capacidade do inimigo para funcionar como uma força coesa. [...] Os comandantes continuam a explorar a iniciativa até colocarem o inimigo em uma posição que elimine qualquer habilidade de empregar a capacidade militar de forma conexa. Essa contínua resistência só pode levar à destruição física do potencial militar do inimigo e à *exposição de suas fontes de poder a uma iminente destruição ou captura* [ênfase nossa]. Essas são, normalmente, as condições militares necessárias para o término de um conflito em termos favoráveis²².

Esse entendimento da iniciativa se concentra nas forças inimigas. A premissa subjacente é que a redução das capacidades militares do inimigo expõe suas fontes de poder à destruição ou captura. Essa premissa é válida para todas as fontes de poder, exceto para aquela que importa nas megacidades: o potencial de protesto da população.

Portanto, os beligerantes de base urbana têm uma visão diferente da iniciativa. Colocam seu foco nas pessoas. A queda de Bagdá, em 2003, ilustra, claramente,

as diferentes perspectivas sobre o problema de conquistar e manter cidades em um mundo urbanizado. Ao entrarem na capital iraquiana, as tropas norte-americanas destruíram as capacidades do inimigo e conquistaram terreno decisivo e infraestrutura crítica. Em contrapartida, Moqtada al-Sadr organizou uma peregrinação a Karbala e se apoderou dos centros religiosos e de assistência social de Bagdá²³. Os acontecimentos após 2003 mostraram que as iniciativas de al-Sadr resultaram em um controle mais firme de grandes áreas de Bagdá do que o exercido pela coalizão liderada pelos EUA.

O valor de iniciativas para obter o controle sobre o potencial de protesto da população não se restringe a insurgências e revoluções. As operações russas que levaram à anexação da Crimeia demonstram sua aplicabilidade ao conflito entre Estados.

A campanha na Crimeia foi, sobretudo, um esforço de comunicação estratégica, seguido de uma operação militar mínima, mas decisiva²⁴. A remoção do presidente ucraniano, Yanukovich, em 22 Feb 14, provocou violentas manifestações de massa na capital da Crimeia, Sebastopol. A mídia russa explorou a agitação popular, retratando o novo governo em Kiev como um regime fascista. Promessas de desenvolvimento econômico e benefícios sociais complementaram as ações de propaganda que promoviam a adesão à Federação Russa. Uma semana depois, o parlamento russo discutiu um projeto de lei que concederia cidadania russa aos “cidadãos de língua russa da antiga União Soviética, independentemente de sua nacionalidade, que se vissem diante de uma real ameaça de discriminação baseada em filiação étnica e cultural, política ou profissional”²⁵. Ao oferecer passaportes aos habitantes da Crimeia, o Kremlin não só lhes deu a oportunidade de expressar sua filiação a Moscou da maneira mais clara, como também criou uma minoria russa em solo ucraniano — quanto à qual pudesse alegar ter o direito e o dever de proteger. Uma quantidade cada vez maior de “homenzinhos verdes” (que se acredita serem, embora isso não tenha sido provado, militares russos que removeram todas as insígnias de suas fardas e viaturas blindadas leves) surgiu nas ruas de Sebastopol. Misturaram-se com manifestantes civis e milícias armadas de “autodefesa” que cercavam importantes instalações de infraestrutura e bases militares ucranianas.

Essas milícias não eram de grande valor militar, mas forneceram ao Kremlin a possibilidade de negar

responsabilidade, da qual precisava para alegar que os “homenzinhos verdes” não eram tropas russas. Incapazes de entrar ou sair de seu quartel, as unidades ucranianas se renderam uma após a outra. Em menos de um mês e quase sem um disparo, um total estimado de 10 mil militares russos forçou 16 mil tropas ucranianas a deixar a Crimeia, abandonando 189 bases militares, todas as armas e a frota ucraniana inteira. A anexação da Crimeia demonstra como as iniciativas de mobilizar o potencial de protesto da população urbana podem melhorar muito a capacidade das forças terrestres para criar resultados favoráveis e duradouros para os conflitos armados.

Conclusão

Em consequência da urbanização, os beligerantes hoje têm a opção de explorar uma fonte de poder inexpugnável: o potencial de protesto da população. No número cada vez maior de megacidades do século XXI, esse potencial permite que os beligerantes de base urbana

elevem a níveis proibitivos os requisitos de força para medidas de controle da população. O mecanismo de derrota nesse tipo de guerra não é um combate decisivo, mas a convivência conflituosa. Aplica-se a revoluções e insurgências, assim como ao conflito entre Estados. Conforme a urbanização continuar, sua ocorrência só vai aumentar. Para lidar com essa evolução, as forças terrestres precisam ajustar seu entendimento da iniciativa. Considerando que o apoio popular — como fonte do poder — não está exposto à destruição ou captura, a única forma de negá-lo ao inimigo é adquiri-lo para si próprio. Portanto, iniciativas em operações terrestres precisam concentrar-se no conforto, esperança e raiva da população megaurbana. Isso requer a capacitação nos campos do entendimento, atividades de informação e influência, assistência humanitária e prestação de serviços essenciais urbanos. Em um mundo urbanizado, obter o apoio popular não é um mecanismo para consolidar o resultado de operações militares decisivas, e sim um pré-requisito para iniciá-las. ■

O Tenente-Coronel Erik A. Claessen, do Exército da Bélgica, é o oficial comandante do Centro de Distribuição e Trânsito para Recursos Materiais do Departamento de Defesa da Bélgica. Entre julho de 2010 e outubro de 2014, serviu no Departamento de Estratégia do Estado-Maior Conjunto da Bélgica como oficial encarregado da seção de capacidades terrestres. Concluiu o mestrado em Arte e Ciência Militar pelo Command and General Staff College, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas.

Referências

1. Albert Sidney Britt, *The Wars of Napoleon* (Garden City Park, NY: Square One Publishers, 2003), p. 117.
2. Carl von Clausewitz, *On War*, ed. and trans. Michael Howard and Peter Paret (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1976), p. 75. [Os trechos da obra *Da Guerra* foram extraídos da tradução do inglês para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret. — N. do T.]
3. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights* (ST/ESA/SER.A/352), 2014, acesso em 1 set. 2015, <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>. Essa fonte fornece dados sobre a composição demográfica e urbanização mundial.
4. A “revolução colorida” é um termo empregado para as manifestações de massa que levaram à mudança de regime nos antigos Estados da União Soviética e dos Balcãs. Exemplos incluem a Revolução Rosa na Geórgia, em 2003; a Revolução Laranja na Ucrânia, em 2004; a Revolução das Tulipas no Quirguistão, em 2005; e a Revolução Euromaidan na Ucrânia, em 2014.
5. Vladimir Gerasimov, “On the Role of Military Force in Modern Conflicts”, *Report of the Third Moscow Conference on International Security, Conference Materials*, ed. A.I. Antonov, (Moscow: The Ministry of Defence of the Russian Federation, 2014), p. 15, acesso em 13 jun. 2015, http://mil.ru/files/morf/MCIS_report_catalogue_final_RUS_21_10_preview.pdf. Texto original: “Основным средством реализации политических замыслов становятся «цветные революции». ... В их основе лежат политтехнологии, предусматривающие манипуляцию извне протестным потенциалом населения в сочетании с политическими, экономическими, гуманитарными и другими невоенными мерами.” Versão para o inglês de E. Claessen.
6. Army Gen. Vladimir Gerasimov, “New Challenges Require Rethinking the Forms and Methods of Warfare”, *Военно-Промышленная курьер* 8(476), 27 Feb. 2013, acesso em 13 jun. 2015, <http://www.vpk-news.ru/articles/14632>. Texto original: “И

сами «правила войны» существенно изменились. Возросла роль невоенных способов в достижении политических и стратегических целей, которые в ряде случаев по своей эффективности значительно превосходили силу оружия." Versão para o inglês de E. Claessen.

7. Vladimir Putin, Transcript of the Meeting of the Security Council on 20 November 2014, acesso em 13 jun. 2015, <http://kremlin.ru/events/president/news/47045>. Texto original: "Мы видим, к каким трагическим последствиям привела волна так называемых «цветных революций» ... Для нас это урок и предупреждение, и мы обязаны сделать всё необходимое, чтобы подобное никогда не случилось в России." Versão para o inglês de E. Claessen.

8. Army Doctrine Publication (ADP) 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 10 October 2011), p. 5.

9. James T. Quinlivan, "Force Requirements in Stability Operations", *Parameters* (Winter 1995): p. 59–69.

10. *Ibid.*, p. 69. Quinlivan explica, sucintamente, o que isso significa na prática: "A combinação das proporções de força, populações atuais, tamanho das forças de Infantaria existentes e implicações para o rodízio pode ser surpreendente. Proporções de força acima de dez integrantes das forças de segurança para cada mil habitantes não são algo incomum nas operações atuais (Irlanda do Norte ou até Mogadíscio). Sustentar uma força de estabilização com tal proporção de força para uma cidade com um milhão de habitantes [...] poderia exigir um desdobramento de cerca de um quarto de todos os batalhões de Infantaria regulares do Exército dos EUA".

11. Olga Olikier, *Russia's Chechen Wars 1994-2000: Lessons from Urban Combat* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2001). A análise dos combates de Grozny baseia-se no estudo constante deste livro.

12. Carl von Clausewitz, p. 97.

13. *Ibid.*

14. Martin van Creveld, *Defending Israel: a Controversial Plan toward Peace* (New York: Thomas Dunne Books, 2004), p. 148.

15. *Ibid.*, p. 26. "Por muitos anos após 1967, as forças necessárias para reprimir os Territórios eram insignificantes, consistindo apenas em alguns batalhões."

16. *Ibid.*, p. 148.

17. Em 16 Fev 05, a Implementação da Lei do Plano de Desengajamento (Compensação para os Evacuados) foi aprovada pelo Knesset com 59 votos a favor, 40 votos contra e 5 abstenções, acesso em 13 jun. 2015, <http://www.knesset.gov.il/review/YearPage.aspx?yr=2005&lng=3>.

18. Field Manual 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: U.S. GPO, 15 December 2006), 3–11.

19. U.S. State Department, *Country Reports on Terrorism 2009*, August 2010, p. 251, acesso em 14 ago. 2015, <http://www.state.gov/documents/organization/141114.pdf>. O Hamas fornece

um exemplo de captação global de recursos: "O Hamas recebe parte de seu financiamento, armas e adestramento do Irã. Além disso, a captação de recursos ocorre nos países do Golfo Pérsico, mas o grupo também recebe doações de palestinos expatriados em todo o mundo. Algumas atividades de captação de recursos e propaganda ocorrem na Europa Ocidental e na América do Norte".

20. Annabelle Sreberny-Mohammadi e Ali Mohammadi, *Small Media, Big Revolution: Communication, Culture and the Iranian Revolution* (Minneapolis: University of Minnesota, 1994). Essa fonte fornece informações sobre o papel das fitas cassete na Revolução Iraniana. O Aiatolá Khomeini, no Irã, foi um pioneiro no uso de novas formas de comunicação que escapavam ao controle do regime. Gravava sermões políticos em fitas cassete e as distribuía entre os peregrinos xiitas, que visitavam sua cidade de exílio, Najaf, no Iraque. O uso difundido de toca-fitas japoneses de baixo custo durante os anos 70 foi um precursor das mídias sociais. Em vez de escutar os meios de comunicação controlados pelo Estado, os iranianos comuns ouviam os discursos emocionantes de Khomeini, gravavam cópias das fitas e as repassavam aos amigos e parentes. Pela primeira vez na história, indivíduos foram capazes de selecionar, reproduzir e compartilhar informações gravadas. Essa capacidade desempenhou um importante papel na mobilização da massa urbana que levou à queda do Xá Reza Pahlavi e ao surgimento da República Islâmica.

21. ADP 3-0, *Unified Land Operations*, p. 4.

22. *Ibid.*, p. 5.

23. Crisis Group Middle East Report No. 55, "Iraq's Muqtada's al-Sadr: Spoiler or Stabiliser", International Crisis Group website, 11 July 2006, p. 7 e p. 9, acesso em 14 ago. 2015, http://www.crisisgroup.org/~media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/Iraq%20Syria%20Lebanon/Iraq/55_iraq_s_muqtada_al_sadr_spoiler_or_stabiliser.pdf. "Muqtada demonstrou sua capacidade para refletir e canalizar sentimentos populares incipientes já na primeira oração da sexta-feira (*khutba*), proferida em Kufa, em 11 Abr 03. Instou os xiitas a expressar sua devoção fazendo uma peregrinação a pé até Karbala. [...] Imediatamente após a queda do regime, as comemorações maciças ofereceram aos xiitas a primeira oportunidade para ver e medir sua nova e enorme Força".

24. Anton Bebler, "Crimea and the Russian-Ukrainian Conflict", *Romanian Journal of European Affairs* Vol. 15(1) (March 2015). Essa fonte apresenta uma análise dos acontecimentos que levaram à anexação da Crimeia.

25. "Procedure for Obtaining Russian Citizenship will be Simplified for Residents of the CIS" Interfax, 27 February 2014, acesso em 13 jun. 2015, <http://www.interfax.ru/russia/361446>. Texto original: "русскоязычным гражданам бывшего СССР вне зависимости от их национальности, столкнувшимся с реальной угрозой дискриминации по этнокультурной, политической или профессиональной принадлежности." Versão para o inglês de E. Claessen.



Um VANT *Phantom* provido de câmera, fabricado pela empresa chinesa Dajiang Innovations (DJI) paira durante teste em Xangai, China, 10 Jan 15. Um VANT igual a este caiu no gramado da Casa Branca em 26 Jan 15.

(Associated Press)

Combatendo a Ameaça dos Sistemas Aéreos Não Tripulados

Cel Matthew T. Tedesco, Exército dos EUA

Uma importante lição da história é que toda guerra é diferente. Em consequência, para se beneficiarem dos ensinamentos por ela proporcionados, os planejadores de guerra prudentes devem enfrentar a probabilidade do imprevisto mediante a aplicação de instrução, doutrina e equipamentos com o objetivo de prever e lidar com uma ampla gama de desafios futuros. Por exemplo, as Forças Armadas que

não estejam analisando modos de se defender contra o emprego de Sistemas Aéreos Não Tripulados (SANT, ou UAS, na sigla em inglês) não estão se preparando adequadamente para a próxima guerra ou, até mesmo, para o aparecimento de um perigo já iminente para seus interesses.

Infelizmente, as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) estão entre as que foram lentas em

reconhecer a ameaça dos SANT, tendo, apenas recentemente, começado a analisar os requisitos básicos para lidar com os desafios relacionados à defesa contra esses sistemas. Embora os EUA — estimulados por avanços tecnológicos — tenham sido líderes ao revolucionarem o emprego ofensivo dos SANT em apoio ao poder terrestre durante suas campanhas no Iraque e no Afeganistão, o país precisa, agora, mostrar no mínimo o mesmo grau de liderança, com a alocação de recursos para se defender contra a crescente ameaça representada por esses sistemas; caso contrário, a nação terá, em algum momento, uma surpresa desagradável e trágica. Este artigo apresenta seis recomendações para que os EUA assumam esse papel de liderança mediante a adoção de uma abordagem conjunta para a implementação de operações anti-SANT.

Antecedentes e Contexto

Grande parte da atenção dada aos SANT pela mídia e pelo público, atualmente, tem como foco a comercialização das capacidades de sistemas não tripulados; a legalidade e o impacto sobre as leis dos conflitos armados, em decorrência de seu emprego contra terroristas; e as exigências no sentido de pôr fim à proliferação dessa crescente capacidade tecnológica em geral. Ainda que todas essas questões sejam importantes, o que falta no discurso sobre os SANT é a discussão fundamental sobre como se defender contra um ataque ou uma ameaça inimiga persistente de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento advinda dessa tecnologia.

Embora os EUA tenham utilizado esses sistemas com sucesso e praticamente sem resistência em apoio a seus objetivos estratégicos, tanto no Iraque quanto no Afeganistão, por mais de dez anos, muitos países e atores não estatais vêm adquirindo a capacidade de empregar seus próprios SANT em decorrência da proliferação de novas tecnologias nessa área. Isso significa que muitos já têm a capacidade de empregá-los contra os EUA e seus aliados. Assim, a capacidade limitada dos EUA para neutralizar SANT guiados por uma sofisticada tecnologia de vigilância e providos de armas precisas — especialmente nos níveis tático e operacional da guerra — já constitui uma grave vulnerabilidade, que deve ser considerada em políticas semelhantes à relacionada ao emprego desses sistemas na ofensiva¹.

Melhores tecnologias com respeito ao emprego dos SANT no campo de batalha já produziram mudanças que terão um impacto de longo prazo na futura

aplicação do poder militar. Por exemplo, os ataques seletivos supostamente secretos contra alvos terroristas consistem em uma prática relativamente comum atualmente. Isso continuará a ser regra nos futuros campos de batalha. Contudo, a transição de ações secretas para empregos mais convencionais dos SANT por parte dos EUA e de seus adversários suscita uma importante questão: as forças norte-americanas estão adestradas, aparelhadas e organizadas para defender o país contra infiltrações e ataques de SANT? Atualmente, a resposta é “não”. Portanto, por uma questão de política prudente, é imperioso que os EUA desenvolvam uma capacidade convincente para combater o emprego de SANT contra suas forças e seus aliados².

Os avanços tecnológicos apoiam o crescimento e a proliferação de um mercado comercial que deseja explorar as capacidades dos SANT³. Segundo o estudo de mercado realizado em 2014 pela empresa Teal Group, “o mercado geral de eletrônicos de VANT [veículo aéreo não tripulado] é o mercado de carga útil aeroespacial que mais cresce no mundo, e os gastos em VANT devem quase dobrar durante a próxima década, passando de US\$ 6,4 bilhões anuais mundialmente para US\$ 11,5 bilhões, totalizando quase US\$ 91 bilhões nos próximos dez anos”⁴. Tal investimento contribuirá para as quatro mil plataformas aéreas não tripuladas diferentes em circulação no mercado mundial e para o número de países (já em 76) que, reconhecida ou presumidamente, dispõem de SANT militares⁵.

Além disso, as fontes de demanda por SANT estão mudando. Prevê-se que pelo menos um quarto dessa demanda virá de fontes externas aos EUA até 2023⁶. Essa rápida proliferação mundial de capacidades de SANT terá um impacto direto sobre a acessibilidade operacional norte-americana (a capacidade de projetar a força militar em uma área operacional com suficiente liberdade de ação para cumprir a missão) em futuras operações⁷.

Preparação para uma Crescente Ameaça

As atuais capacidades anti-SANT das Forças Singulares e conjuntas não são capazes de proteger as forças dos EUA. Em consequência, os EUA já podem ter perdido grande parte de sua liberdade de ação para operar e manter a vantagem operacional sobre um adversário que possua uma capacidade de SANT inesperadamente sofisticada. Essa falta de capacidades anti-SANT

também significa uma probabilidade maior de baixas e uma probabilidade menor de êxito da missão. Em outras palavras, caso não sejam tomadas medidas adequadas para desenvolver fortes capacidades anti-SANT, o Presidente e o Congresso dos EUA podem se deparar, em um futuro não muito distante, com uma flexibilidade consideravelmente menor quanto às suas opções durante uma crise, podendo, assim, sentir-se indevidamente hesitantes em empregar forças terrestres em momentos críticos devido ao elevado grau de risco. Opções mais limitadas para o emprego de força afetarão diretamente a projeção de poder dos EUA mundialmente em apoio aos interesses e aliados norte-americanos.

A falta de suficientes capacidades anti-SANT também pode ter o efeito secundário de limitar a participação da coalizão em operações nas quais um adversário empregue uma ameaça capaz de SANT. O nível de envolvimento de um parceiro da coalizão geralmente depende do grau de importância de uma missão em particular para seus interesses vitais. Situações em que existam interesses vitais mínimos em jogo para um parceiro da coalizão e um risco bem maior devido à falta de meios anti-SANT poderiam obrigar os EUA a sobrecarregarem os recursos à sua disposição ao compartilharem suas capacidades nessa área ou tomarem medidas unilaterais. Felizmente, a natureza da ameaça dos SANT já foi compreendida por muitos aliados dos EUA, que estão tomando medidas para aprimorar suas capacidades nesse setor. Para garantir a coesão de futuras coalizões, os EUA devem exercer a liderança no desenvolvimento de capacidades anti-SANT, a fim de ressaltar a importância de tais medidas, da mesma forma que o fizeram em relação às capacidades de defesa contra mísseis balísticos.

O Exército Está à Frente Quanto às Capacidades Anti-SANT

O Exército está à frente quanto às capacidades anti-SANT especificamente relacionadas a ameaças às forças terrestres, por causa dos impactos significativos



O Sistema Aprimorado de Radar *Sentinel AN/MPQ-64 A3* é o único radar de defesa anti-aérea com cobertura de 360° no inventário do Exército dos EUA. Dispõe de uma antena em fase 3-D de banda X, que oferece um alcance de instrumentos de 75 km.

(Exército dos EUA)

que uma ameaça incontida desse tipo poderia ter sobre a Força no futuro. O emprego de SANT oferece uma considerável capacidade de negação de área e acesso, operando na junção entre o emprego de artilharia e morteiros e o uso de caças. Assim, efetivas capacidades anti-SANT limitam a habilidade do inimigo para impedir fogos, possibilitando um componente-chave do conceito operacional do Exército dos EUA, segundo o qual, a “capacidade de realizar fogos [tanto ofensivos quanto defensivos] para derrotar o inimigo e preservar a liberdade de manobra e ação em toda a gama de operações militares” é uma capacidade necessária, a qual o Exército precisa possuir para vencer em um mundo complexo⁸.

Seis Recomendações

A seguir, são relacionadas seis recomendações para melhorar as capacidades anti-SANT em geral do Departamento de Defesa dos EUA.

O Departamento de Defesa deve designar uma Força Singular ou organização como responsável por todas as categorias de capacidades anti-SANT. A proliferação de SANT utilizáveis em diversos domínios terrestres, aéreos e marítimos requer uma direção comum e uma ação conjunta para unificar futuros esforços anti-SANT e aumentar a efetividade. As ações individuais das Forças Singulares são importantes, mas é necessária uma abordagem conjunta unificada,

semelhante às utilizadas para lidar com ameaças de mísseis balísticos e de cruzeiro. Em uma assertiva relevante para o problema de medidas anti-SANT, o ex-Chefe da Junta de Chefes do Estado-Maior, Gen Ex Martin E. Dempsey, ressaltou a importância da colaboração entre as Forças Armadas dos EUA, afirmando que “uma melhor cooperação depende de considerar os problemas militares a partir de uma perspectiva abrangente em vários domínios, e não pelo prisma de uma Força Singular individualmente”⁹.

Uma solução conjunta é necessária para lidar com os desafios de detecção e identificação a fim de

aprimorar os mecanismos de neutralização. Uma definição comum e a criação de um banco de dados compartilhado sobre a ameaça, aliados ao estabelecimento de um requisito de identificação positiva de forças dos EUA, da coalizão ou aliadas (*blue force*, ou força azul), servirão para aprimorar a identificação e classificação e reduzir o fratricídio. No caso dos SANT, são todos inimigos — até que se prove serem amigos. Atualmente, diferentes organizações de Inteligência são responsáveis por essa missão, rastreando SANT de asa fixa e de asa rotativa separadamente. O estabelecimento de um banco de dados comum de SANT, com uma única organização de Inteligência responsável por sua operação, ofereceria uma vantagem considerável para o combatente.

A detecção oportuna é o requisito crucial que leva à identificação e à classificação. A Força Conjunta deve tirar proveito de tecnologias em desenvolvimento para aprimorar as capacidades de detecção encontradas em nossos programas aprovados (*program of record*) em operação, como o radar *Sentinel AN/MPQ-64*. [*Program of Record* (POM) consiste em uma “iniciativa de aquisição que

tenha sido registrada no processo de programação ou orçamento ou que tenha atingido a iniciação formal do programa, o que normalmente significa que ele passou para a fase de engenharia e desenvolvimento de fabricação do processo de gestão de aquisições”, GAO-13-179, *Army Networks: Size and Scope of Modernization Investment Merit Increased Oversight* — N. do T.]. Resultados preliminares de testes conjuntos, assim como observações extraídas de exercícios, apoiam a conclusão do Cel David M. Neuenswander, da Reserva Remunerada da Força Aérea dos EUA, de que “operações anti-SANT efetivas requerem que a Força



Militares da Bateria A, 2º Batalhão, 44º Regimento de Artilharia Antiaérea, 101ª Brigada de Sustentação, 101ª Divisão Aeroterrestre (Assalto Aéreo), carregam o Sistema de Armas *Phalanx*, baseado no solo, 18 Dez 13, Forte Sill, Oklahoma.

(1º Ten Lee-Ann Craig, 2º Batalhão, 44º Regimento de Artilharia Antiaérea)

Conjunta combine os sensores aéreos e terrestres em um quadro operacional comum em tempo real, capacitando a força a detectar e engajar ameaças de SANT com o emprego de alternativas letais e não letais”¹⁰.

Outras soluções em materiais bélicos para melhorar a capacidade de detecção estão sendo analisadas. Um número maior de sensores disponíveis para a detecção da ameaça e uma maior variedade de capacidades nessa área, fornecidas pela Força Conjunta, aumentam a consciência situacional geral do combatente. As lições aprendidas a partir da experiência israelense com medidas anti-SANT ilustram essa ideia:

Os VANT apresentam vários desafios [...], sendo um dos mais importantes o processo de identificação e classificação. Para lidar com esse problema, a Força Aérea Israelense utiliza um número maior de sistemas de detecção e identificação, tanto guiados por radar quanto ópticos¹¹.

As Forças Singulares precisam modernizar suas capacidades de defesa antiaérea e antimísseis e analisar outras soluções em materiais bélicos para lidar com a crescente ameaça. O Departamento de Defesa dos EUA vem tomando uma abordagem proativa, com a decisão de desenvolver o segundo incremento da capacidade de proteção contra fogos indiretos, “Interceptar” (*Indirect Fire Protection Capability, Increment 2 Intercept — IFPC Inc 2-I*), do Exército dos EUA, atualmente no marco denominado *Milestone A*, do processo de aquisição militar norte-americano [veja a explicação constante da referência adiante — N. do T.]¹². O IFPC Inc 2-I consiste em um sistema de armas móvel baseado no solo, previsto para substituir o sistema *Avenger*. O IFPC é projetado para adquirir, rastrear, engajar e neutralizar diversas ameaças, incluindo os SANT. Além de ser capaz de prover proteção de 360°, esse sistema engajará ameaças vindas de diferentes direções simultaneamente¹³. Além disso, a neutralização por meio de capacidades anti-SANT não será obtida apenas por opções terrestres.

A guerra eletrônica tradicional desempenhará um papel, assim como alternativas cinéticas, como os dispositivos explosivos fragmentados de proximidade, transportados por sistemas como o *Spike* ou o micro-míssil *Switchblade*, do Comando de Operações Especiais dos EUA. O caráter não protegido dos VANT menores também possibilita o emprego de táticas de pulso eletromagnético¹⁴.

Outras opções a serem analisadas que possivelmente se aplicam ao combate anti-SANT incluem o programa de ciência e tecnologia *Extended Area Protection and Survivability* (“Proteção de Área Ampla e Sobrevivência”), que compreende interceptores miniaturizados “hit to kill” (destruição por impacto direto), lasers de alta energia e o emprego de enxames (*swarms*) defensivos.

Evidentemente, uma questão importante para qualquer futura tecnologia de neutralização será a consideração do custo, como explica o analista Paul Scharre:

Não basta apenas encontrar uma forma de destruir o VANT de um inimigo; é preciso fazê-lo de maneira econômica. Se abater um VANT inimigo no valor de mil dólares exigir um míssil de um milhão de dólares, então todo VANT abatido representará uma vitória para o inimigo, por impor um tremendo custo de defesa¹⁵.

A expansão da estrutura da força também não é uma linha de ação que será realizada no atual ambiente fiscal. Por isso, é importante enfatizar medidas ativas por todo o Exército e Forças Singulares. O atual aporte de recursos é suficiente para manter uma capacidade que possa ser moderadamente ampliada caso a ameaça cresça um pouco mais que o previsto. Contudo, se a ameaça dos SANT às formações táticas continuar a crescer exponencialmente como indicam as atuais tendências, o Exército dos EUA deverá considerar, seriamente, a inclusão de uma capacidade básica nas formações de brigada de combate que as proteja; caso contrário, terá de aceitar as perdas resultantes.

As Forças Singulares devem reanalisar táticas, técnicas e procedimentos conjuntos e o adestramento necessário para sobrepujar as capacidades de SANT. O surgimento da ameaça dos SANT revelou que o Exército não dispõe de forças suficientes em todos os escalões para combatê-la. A exploração de procedimentos de defesa antiaérea de armas combinadas, a utilização de SANT armados amigos e a análise do papel da Aviação do Exército nesse campo podem ajudar a aliviar o problema de insuficiência de meios de defesa anti-SANT atualmente enfrentado pelo Exército dos EUA. A análise das técnicas atuais pode ajudar a maximizar a efetividade dos sistemas existentes de defesa antiaérea e antimísseis e a aprimorar as atuais capacidades organizacionais para a execução de tarefas essenciais.

Essa reanálise precisa levar à formulação de um conceito e estratégia conjuntos anti-SANT e à atualização da Publicação Conjunta 3-01, *Combate a Ameaças Aéreas e de Mísseis (JP 3-01, Countering Air and Missile Threats)*, para lidar em mais detalhe com essa ameaça em desenvolvimento¹⁶.

O desenvolvimento de táticas, técnicas e procedimentos para melhorar a interoperabilidade entre as Forças Singulares apoia a integração conjunta do Comando de Missão. Os atuais esforços de detecção e identificação de combate em diferentes domínios são demorados, e as ações anti-SANT são dinâmicas. O indivíduo com a maior probabilidade de entrar em contato com uma pequena ameaça de SANT no futuro será o militar no limite anterior do campo de batalha. Como saberá se o SANT desconhecido representa uma ameaça? Neuenswander enfatiza a importância da boa interoperabilidade em todos os escalões para combater a ameaça dos SANT em um artigo publicado em 2012, “Wargaming the Enemy Unmanned Aircraft System Threat” (“Jogo de Guerra sobre a Ameaça do Sistema Aéreo Não Tripulado do Inimigo”, em tradução livre):

Se o militar puder confirmar que o SANT constitui uma ameaça, esse será o primeiro passo na sequência de ações de defesa contra tal sistema. Contudo, [a falta de] interoperabilidade pode tornar-se um grande obstáculo no processo. Os militares no escalão grupo de combate não têm acesso a um quadro aéreo e não existe, atualmente, nenhum sistema de requisição de defesa antiaérea padronizado de Força Singular ou Conjunta. Faz-se necessária a criação de um sistema conjunto de requisição de defesa antiaérea que correlacione as detecções visuais oriundas das unidades terrestres e possibilite um engajamento subsequente¹⁷.

As Forças Singulares devem buscar uma capacidade comum de comando e controle para exercer o controle do complexo ambiente anti-SANT. O Exército dos EUA tomou um passo positivo com o desenvolvimento em curso do Sistema Integrado de Comando em Combate de Defesa Antiaérea e Antimísseis (*Integrated Air and Missile Defense Battle Command System – IBCS*). O IBCS proporciona aos usuários um quadro aéreo unificado para

um melhor entendimento e consciência situacional, ferramentas automatizadas de gestão de combate para auxiliar nas decisões de engajamento e uma capacidade de planejamento integrado que ajuda na formulação da defesa anti-SANT¹⁸. A introdução prevista do IBCS em 2018 permitirá que os elementos de defesa antiaérea e antimísseis do Exército dos EUA recebam dados sobre a localização de SANT amigos de estações terrestres próximas e os relatórios de posição aérea enviados pelos SANT com essa capacidade. Também fornecerá à força um quadro aéreo tático comum extremamente preciso e correlacionado.

A Força Conjunta precisa ampliar seus exercícios para lidar com a evolução das ameaças.

A Força Conjunta precisa aprimorar sua doutrina para lidar com a questão de autoridade de engajamento demonstrada pelos cenários anti-SANT e equiparar-se aos novos avanços tecnológicos. Deve continuar a avaliar, além da doutrina, suas táticas, técnicas e procedimentos, utilizando exercícios que incluam cenários anti-SANT, com o objetivo de praticar a aprimorar sua aplicação.

Uma abordagem proativa para lidar com a nova ameaça representada pelos SANT apoia a perspectiva do Secretário de Defesa Ashton Carter, que afirmou: “O Pentágono precisa sempre ter seu olhar atento ao horizonte, prevendo necessidades e deficiências em capacidades antes que se tornem críticas”¹⁹. Como o Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA [equivalente ao Comandante do Exército, no Brasil — N. do T.] também explicou no Conceito Operacional do Exército:

Um de nossos deveres mais importantes como profissionais do Exército é pensar claramente sobre o problema dos futuros conflitos armados. Isso é porque nossa visão do futuro deve orientar a mudança de modo a assegurar que as forças do Exército estejam preparadas para prevenir conflitos, configurar o ambiente de segurança e vencer guerras²⁰.

Ao tomarem as medidas proativas descritas anteriormente com respeito às capacidades anti-SANT, o Exército dos EUA e a Força Conjunta ficarão mais bem preparados para triunfar contra uma ameaça grave e iminente. ■

O Coronel Matthew T. Tedesco, do Exército dos EUA, é o Gestor de Capacidades do Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC), Defesa Global Contra Mísseis Balísticos, Arsenal Redstone, Estado do Alabama. É bacharel em História pela Pennsylvania State University, mestre em Administração Pública pela University of Oklahoma e mestre em Estudos Estratégicos pelo U.S. Army War College. No decorrer de 24 anos de carreira, comandou nos escalões bateria e batalhão, tendo servido, anteriormente, como Gestor de Capacidades do TRADOC, Brigada de Artilharia Antiaérea, no Forte Sill, Estado de Oklahoma.

Referências

1. John P. Abizaid e Rosa Brooks, *Recommendations and Report of the Task Force on US Drone Policy* (Washington, DC: The Stimson Center, 2014), acesso em 29 set. 2015, http://www.stimson.org/images/uploads/research-pdfs/task_force_report_FINAL_WEB_062414.pdf.
2. Robert O. Work e Shawn Brimley, *20YY: Preparing for War in the Robotic Age* (Washington DC: Center for a New American Security, January 2014), p. 7, acesso em 29 set. 2015, <http://www.cnas.org/20YY-Preparing-War-in-Robotic-Age>.
3. Yasmin Tadjdeh, "Small UAV Demand by U.S. Army Ebbs as Overseas Market Surging", *National Defense Magazine* website, September 2013, acesso 29 set. 2015, <http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2013/September/Pages/SmallUAVDemandByUSArmyEbbsasOverseasMarketSurging.aspx>.
4. Teal Group, "Teal Group Predicts Worldwide UAV Market Will Total \$91 Billion in Its 2014 UAV Market Profile and Forecast", Teal Group Corporation website, 17 July 2015, acesso 29 set. 2015, <http://www.tealgroup.com/index.php/about-teal-group-corporation/press-releases/118-2014-uav-press-release>.
5. Ulrike Franke, "Drone Proliferation: A Cause for Concern?" ISN [International Relations and Security Network] ETH Zurich website, 13 November 2014, acesso 29 set. 2015, <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail?id=185404>.
6. Dan Parsons, "Worldwide, Drones Are in High Demand", *National Defense Industrial Association* website, May 2013, 30–33, acesso 14 ago. 2015, <http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2013/May/Pages/WorldwideDronesAreinHighDemand.aspx>.
7. Department of Defense, *Joint Operational Access Concept (JOAC)*, Department of Defense website, 17 January 2012, 10, acesso 29 set. 2015, http://www.dtic.mil/doctrine/concepts/joint_concepts.htm.
8. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet (TP) 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Win in a Complex World* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 7 October 2014), p. 33.
9. Martin E. Dempsey, "The Future of Joint Operations: Real Cooperation for Real Threats", *Foreign Affairs* (20 June 2013), acesso 17 ago. 2015, www.foreignaffairs.com/articles/139524/martin-e-dempsey/the-future-of-joint-operations.
10. David M. Neuenswander, "Wargaming the Enemy Unmanned Aircraft System Threat", *Fires* (November-December 2012): 63, acesso em 17 ago. 2015, http://sill-www.army.mil/fires-bulletin/2012/nov_dec/Nov-Dec.pdf.
11. Nadav Berger, "The UAV threat is growing", *Israeli Air Force* website, 12 September 2014, acesso 2 jan. 2015, <http://www.iaf.org.il/4415-43568-EN/IAF.aspx>.
12. See "Acquisition Process: Milestone A", AcqNotes website, acesso 2 set. 2015, <http://acqnotes.com/acqnote/acquisitions/milestone-a>. "Milestone A é uma avaliação dirigida pela Autoridade de Decisão de Marcos (Milestone Decision Authority – MDA) no final da Fase de Análise de Soluções Relativas a Materiais Bélicos (Materiel Solutions Analysis – MSA). Sua finalidade é fazer uma recomendação ou buscar aprovação para entrar na Fase de Amadurecimento e Redução de Riscos de Tecnologia (Technology Maturation & Risk Reduction – TMRR). Um marco (milestone) define o início e o final de uma fase e conta com critérios definidos de introdução e saída."
13. Program Executive Office [PEO] Missiles and Space, "Indirect Fire Protection Capability, Increment 2–Intercept (IFPC Inc-2-I)", PEO Missiles and Space, *Army.mil* website, acesso em 29 set. 2015, <http://www.msl.army.mil/Pages/CMDS/ifpc2.html>.
14. Eric Tegler, "Duck hunt: U.S. military plans defenses against growing UAV threat", *Aviation Week & Space Technology*, 12 May 2014, p. 28.
15. Paul Scharre, "Robotics on the Battlefield Part II: The Coming Swarm", *Center for A New American Security* website, 15 October 2014, 42, acesso em 17 ago. 2015, <http://www.cnas.org/the-coming-swarm>.
16. Joint Publication 3-01, *Countering Air and Missile Threats* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 23 March 2012).
17. Neuenswander, "Wargaming the Enemy Unmanned Aircraft System Threat", p. 9-10.
18. Northrop Grumman, "Integrated Air and Missile Defense Battle Command System (IBCS)", Northrup Grumman website, acesso 17 ago. 2015, <http://www.northropgrumman.com/capabilities/ibcs/Pages/default.aspx>.
19. Aston B. Carter, "Running the Pentagon Right: How to Get the Troops What They Need", *Foreign Affairs* (January-February 2014), acesso 17 ago. 2015, <https://www.foreignaffairs.com/articles/139524/running-pentagon-right>.
20. TP 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept*, p. iii.



O Coronel General Alexander von Kluck (ao centro) e o seu estado-maior do 1º Exército, outono de 1914.

(Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

Seis Semanas em 1914

A Execução de Campanhas e a Incerteza da Guerra — Lições Históricas para o Militar Profissional

John J. McGrath

A Primeira Guerra Mundial, em geral, e a assim chamada Primeira Batalha do Marne, em particular, ainda são relevantes para as operações militares atuais. O militar profissional moderno pode tirar proveito de muitas lições das primeiras seis

semanas da guerra, que foi travada principalmente entre as forças alemãs e os aliados franceses e britânicos. Entre as mais importantes dessas lições, está o fato de que mesmo quando um exército adota o Comando de Missão na sua cultura e doutrina, poderá executá-lo

deficientemente ou de uma maneira com que a metodologia seja não apenas ineficaz, mas também contraprodutiva.

A primeira campanha do Marne foi singular e paradoxal, considerando que foi uma perda estratégica para a Alemanha, em uma situação em que as suas forças venceram quase todos os engajamentos táticos. Uma análise de como isso ocorreu oferece discernimentos-chave que são relevantes para as nossas Forças Armadas atuais, particularmente na forma como eles podem ser aplicados na análise e no emprego do conceito de *Comando de Missão*.

Antecedentes da Campanha

A suposta "Primeira Batalha do Marne" é, de fato, uma designação incorreta — não houve uma batalha decisiva. Em vez disso, era uma série de várias escaramuças e combates independentes travados entre o Exército Alemão Imperial e as forças anglo-francesas

ao longo dos rios Ourcq, Petit Morin, Grand Morin e Aisne, no noroeste da França (veja a Figura 1).

Para evitar o inquietante cenário do Alto Comando alemão, de uma guerra de duas frentes, o primeiro objetivo da operação inicial era eliminar a França do conflito o mais rápido possível para que a Alemanha pudesse concentrar-se na Rússia, ao leste. Como resultado, no começo da guerra, no início de agosto, os alemães se desdobraram rapidamente, avançando pela Bélgica neutra em um esforço de cercar as forças francesas e britânicas que estavam preparando-se para avançar contra eles. Como parte dessa operação, o Exército alemão montou uma força de obuseiros de artilharia pesada para reduzir rapidamente as fortalezas belgas e francesas no caminho do avanço.

Em contrapartida, o plano francês no início da guerra era, basicamente, atacar onde quer que as suas forças pudessem destruir as dos alemães, com o sucesso dependendo do ímpeto e da sua crença na superioridade natural do militar francês.

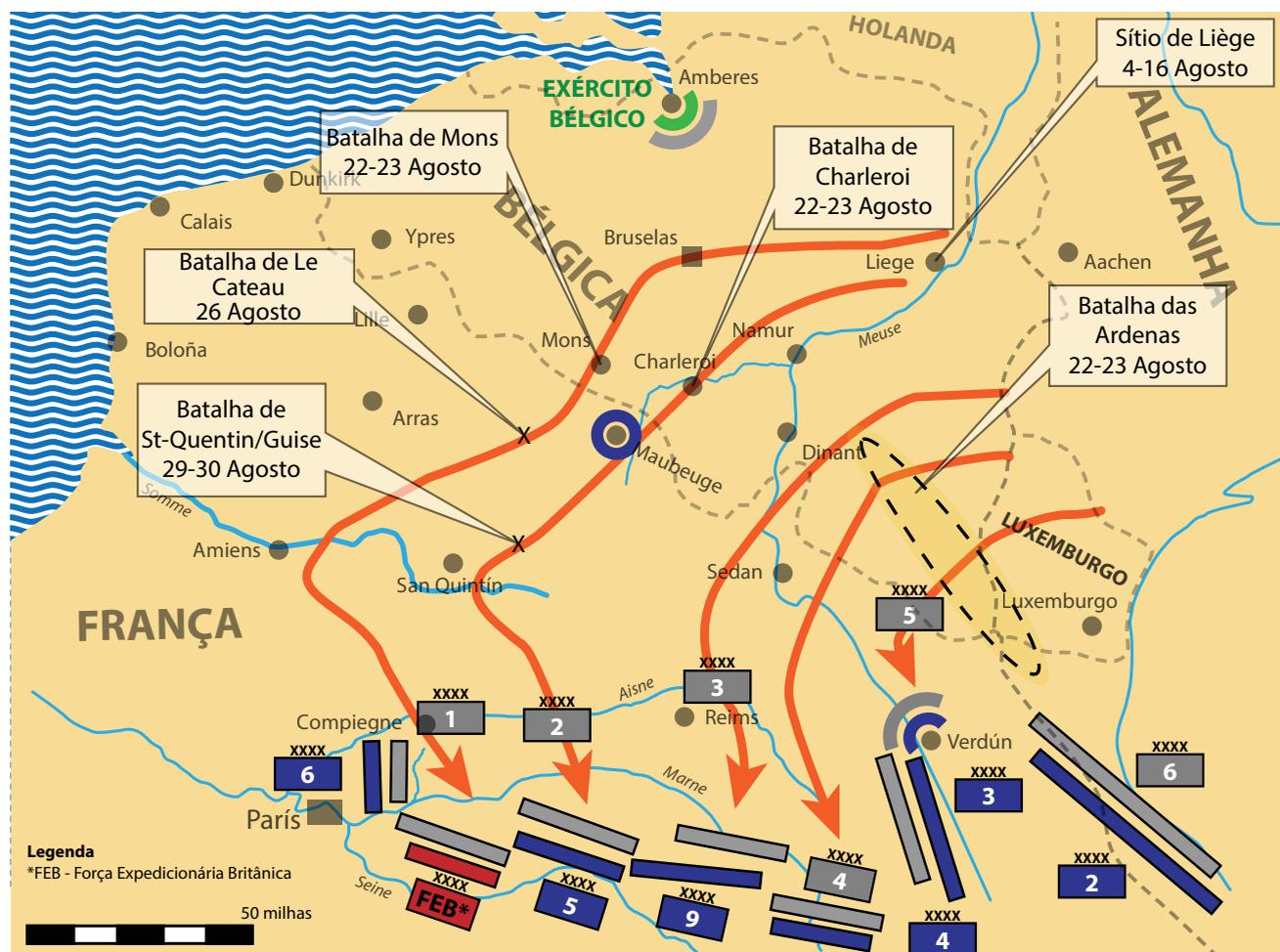


Figura 1. A Primeira Campanha do Rio Marne

A Ofensiva Alemã

A invasão alemã começou em 2 de agosto de 1914 e se estendeu aos princípios de setembro. No início, a maioria das coisas deu certo para os alemães, mas não para os franceses. Após conquistar a fortaleza de Liège, em 16 de agosto, as forças alemãs começaram, de forma exitosa, seu avanço de varredura pela Bélgica, visando o flanco esquerdo francês e os arredores de Paris. Por outro lado, os franceses, liderados pelo Gen Joseph Joffre, embora tivessem um breve sucesso inicial na ofensiva na Lorena, ao longo da fronteira mútua com a Alemanha, logo foram repelidos pelas extensas fortificações fronteiriças.

Além disso, ao descobrir a manobra de varredura alemã no seu flanco esquerdo, em meados de agosto, Joffre presumiu que o centro inimigo estivesse fraco, e atacou lá na floresta das Ardenas com dois exércitos de campanha, entre 22 e 23 de agosto, pretendendo flanquear as forças alemãs no centro da Bélgica. No

entanto, era uma suposição errônea. Os alemães não estavam fracos lá e tinham desdobrado mais tropas na frente oeste do que o estimado por Joffre. Como resultado, os franceses foram derrotados pesadamente e forçados a retirarem-se.

Ao mesmo tempo, na Bélgica central, um exército de campanha francês e mais de quatro Divisões da recém-chegada Força Expedicionária Britânica (FEB) avançaram para investir contra o esforço principal alemão que se aproximava. Contudo, simultaneamente aos combates nas Ardenas, os alemães atacaram primeiro em Mons e Charleroi ao longo do rio Sambre, forçando a retirada das forças aliadas — uma delas, ao final, se estendeu pelos próximos 20 dias até o sul do rio Marne. Os alemães, também, derrotaram uma retaguarda britânica em Le Cateau, no 26 de agosto, e um contra-ataque francês em Guise, entre 29 e 30 de agosto, continuando o avanço.

Apesar dos sucessos, havia fissuras no planejamento

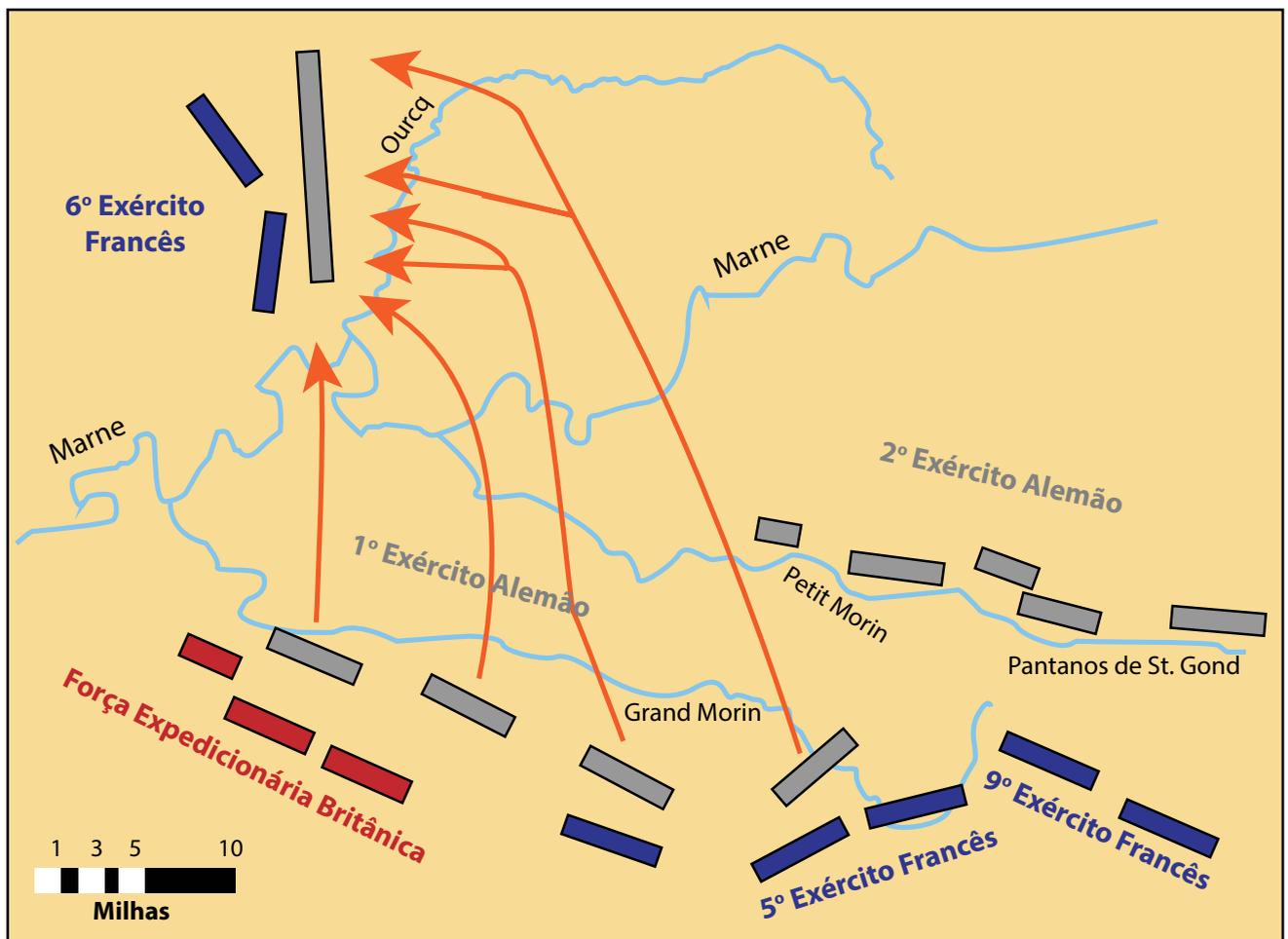


Figura 2. Mudança de Frente Realizada por Kluck

e na execução de nível operacional que rapidamente tornaram-se fendas debilitantes. No espírito da independência fomentada entre as unidades no Exército Alemão Imperial antes da guerra, os comandantes de campanha aparentemente consideravam que eles e as suas unidades estavam, em essência, travando as suas próprias batalhas individuais. Como consequência, conduziram operações sem a sincronização efetiva com outros comandantes para estabelecer coesão de ação relativa ao plano estratégico maior. Essa tendência foi particularmente significativa entre dois comandantes da ala direita alemã (lutando contra a esquerda aliada): O Coronel General [Cel Gen – equivalente a General de Exército – N. do T.] Alexander von Kluck (1º Exército) e o Cel Gen Karl von Bülow (2º Exército). Como resultado, o comandante alemão superior, o Cel Gen Helmut Conde von Moltke (o Jovem), com um sistema de comunicação fraco e uma indisposição pessoal de sair do seu quartel-general, que estava localizado longe da frente, logo perdeu controle das forças da ala direita, cedendo aos seus subordinados a autoridade de dirigir operações independentemente.

Com consequência, uma arriscada falta de sincronização e coesão entre os dois exércitos logo emergiu devido, principalmente, a uma diferença significativa entre as personalidades dos comandantes alemães envolvidos. Kluck, na direita extrema, era muito agressivo e compreendeu as ordens de Moltke nesse sentido. No entanto, Bülow, à esquerda de Kluck, era muito mais cauteloso — em particular, depois de ter repellido um contra-ataque francês inesperado e custoso, em Guise. Portanto, na ausência de instruções claras e oportunas revisadas por Moltke, os comandantes de campanha — em particular Kluck — começaram a ajustar o ritmo das suas operações de acordo com os seus próprios temperamentos, resultando em uma perda geral de ação unificada entre os seus exércitos.

Além disso, os erros de cálculo e a impetuosidade de comando foram alimentados, em parte, pelas estimativas demasiadamente otimistas dos danos causados pelo sucesso dos primeiros ataques alemães. A realidade era que, apesar do progresso rápido do avanço inicial e das pesadas baixas que infligiram às forças aliadas, os alemães não destruíram realmente o inimigo, tanto quanto o repeliram. Isso deixou as forças aliadas principalmente intatas; embora em desordem, estavam completamente capazes de se reorganizar para

contra-atacar, se concedido o tempo necessário.

Kluck percebeu isso e tentou tirar proveito, mudando a linha de avanço independente para cercar as forças francesas que enfrentaram Bülow (veja a Figura 2). Sua intenção era esmagar o inimigo antes que tivessem a oportunidade de se reorganizar. Contudo, essa manobra virou o seu próprio flanco na direção oposta a Paris e criou uma brecha entre as suas tropas e as de Bülow — ao mesmo tempo em que não conseguiu apreender os franceses. A brecha deu aos franceses uma oportunidade inesperada de dividir as forças alemãs, a qual Joffre aproveitou.

Em 8 de setembro, quando Moltke descobriu a brecha que abria nas suas linhas, ficou muito pessimista sobre a situação. Kluck, porém, permaneceu muito otimista, até depois de descobrir alguns dias antes (5 de setembro) que os franceses estavam concentrando-se à sua direita. Disposto a correr o que ele considerava um risco calculado, ao longo dos dias seguintes, Kluck removeu as forças da frente no Marne por fases, para reforçar o seu flanco esquerdo no outro lado do rio Ourcq. Fez isso pensando que podia derrotar os franceses e depois voltar para a frente do Marne, onde os britânicos tinham rompido o contato, antes que a força anglo-francesa pudesse reorganizar-se para um ataque contra sua frente enfraquecida.

Enquanto uma série de ataques e contra-ataques foi conduzida na frente do Ourcq, conforme os dois lados gradualmente se reforçavam, os movimentos de Kluck aumentaram a brecha entre as suas forças e o 2º Exército de Bülow, que foi coberta apenas por forças de cavalaria fracas.

A Resposta Francesa à Ofensiva Alemã

Nesse meio tempo, depois de se recuperar do choque inicial da descoberta de forças alemãs à sua esquerda, Joffre respondeu com improvisações efetivas. Primeiro, transferiu tropas paralisadas da frente direita para a esquerda, logo que a ameaça foi identificada (após Mons-Charleroi). A concentração de forças francesas no flanco de Kluck mostrou a flexibilidade de Joffre, e as suas ordens subsequentes exibiram a sua inclinação de tomar a iniciativa.

Acreditando profundamente na superioridade das operações ofensivas, mesmo durante a retirada francesa, Joffre exortara os seus subordinados a conduzir

ataques frequentes — o principal sendo em Guise. Embora pudesse usar a rede de comunicações civil francesa, ele pessoalmente visitou seus subordinados com frequência para garantir que soubessem as suas intenções e seguissem as suas ordens.

Embora, muitas vezes, o controle centralizado das operações militares tivesse provado ser desastroso em muitos casos da guerra moderna, nessa situação, é evidente que os alemães estavam demasiadamente descentralizados e desunidos em ação, dando a vantagem ao sistema de controle centralizado de Joffre. Ele exerceu esse controle por meio de muitas demissões imediatas de comandantes e de visitas frequentes aos quartéis-generais subordinados. Isso garantiu que a sua intenção geral para as ações das unidades francesas fosse ampla e claramente entendida. Também, conseguiu obter a cooperação do truculento comandante britânico, o Marechal-de-Campo Sir John French, que apenas seguiu o conceito geral francês devido ao poder de persuasão pessoal de Joffre.

Conforme os alemães começaram a se retirar para posições defensivas, Joffre planejou contra-atacar logo que pudesse concentrar tropas suficientes. Os primeiros reforços foram organizados como o novo 6º Exército e foram desdobrados em frente de Paris. Esse exército era uma combinação de forças da Reserva e do Serviço Ativo. Eram as tropas que atacaram o flanco esquerdo de Kluck, compelindo-o a abrir uma brecha nas linhas alemãs ao virar as suas forças para enfrentá-las.

Nesse ínterim, na frente de combate do rio Marne, Joffre criou um novo exército, o 9º, com os reforços que colocou à direita do 5º Exército francês (o comando que perdera as batalhas de Charleroi e de Guise). Joffre mandou que essas tropas, junto com os britânicos à sua esquerda, atacassem a brecha entre os 1º e 2º Exércitos alemães através do Marne (veja a Figura 3). O conceito de Joffre era para o 6º Exército na esquerda atacar o flanco dos alemães, que seria investido na frente pela FEB e pelo 5º Exército francês simultaneamente. Ele esperava avançar rapidamente na brecha, permitindo que isolasse e derrotasse as forças alemãs separadas.

No entanto, Kluck reforçou as suas unidades antes do ataque francês. Esgotaram e derrotaram a força de flanqueamento do 6º Exército, enquanto as forças de cobertura de cavalaria — em particular as unidades de infantaria ligeira *Jäger* agregadas à cavalaria — adiaram o avanço aliado tanto que os alemães conseguiram responder.

Ao descobrir a brecha que abria nas suas linhas, em 9 de setembro, Moltke enviou seu oficial de Inteligência do Estado-Maior Geral, Ten Cel Richard Hentsch, como representante para avaliar e aconselhar os seus comandantes de exército subordinados. Cauteloso e conservador por natureza, e com uma visão imperfeita da situação geral, Hentsch reagiu, persuadindo o igualmente cauteloso Bülow a iniciar uma retirada no dia seguinte, uma ação que compeliaria Kluck a fazer o mesmo.

Com ordens conflitantes e tardias entre as forças alemãs, bem como reverses para os dois lados, amanheceu o dia 9 de setembro, que foi destinado ser um dia realmente estranho. Os britânicos tinham atingido e estavam atravessando o Marne ao lado do 6º Exército francês, lutando contra a retaguarda da cavalaria alemã, bem como o flanco direito do 2º Exército de Bülow. Os alemães, também, tentaram manter a iniciativa ao atacar. Kluck tentou flanquear o 6º Exército francês, enquanto Bülow, embora estivesse retirando o seu flanco direito, ainda atacava e quase destruiu o novo 9º Exército francês, no flanco esquerdo. Essa divisão caótica terminou durante a tarde do mesmo dia quando os alemães iniciaram uma retirada geral.

Subsequentemente, ao longo dos próximos três dias os alemães se retiraram 50km ao nordeste, até a linha do rio Aisne, onde a cordilheira ao norte do rio proveu terreno defensivo ideal. Os alemães conseguiram retirar-se de uma forma ordenada e estabelecer novas posições em terreno elevado acima do rio Aisne e da cidade de Reims. Quando as tropas francesas e britânicas alcançaram o que esperavam ser soldados alemães desanimados e enfraquecidos em desordem, colidiram com uma serra circular de posições defensivas que parou o seu avanço (veja a Figura 4). As posições defensivas estabelecidas subsequentemente pelos dois lados que se enfrentaram eram o prenúncio dos anos vindouros da prolongada guerra de trincheira.

O resultado prático dessa série de engajamentos era uma frente geográfica entre as duas forças que permaneceu essencialmente inalterada para os quatro anos restantes da guerra, conforme o conflito evoluiu em uma guerra de trincheira fixa. Com poucas exceções, as forças alemãs e aliadas mantinham as posições defensivas que tinham estabelecido no final desse período de seis semanas até o final da guerra, em 1918.

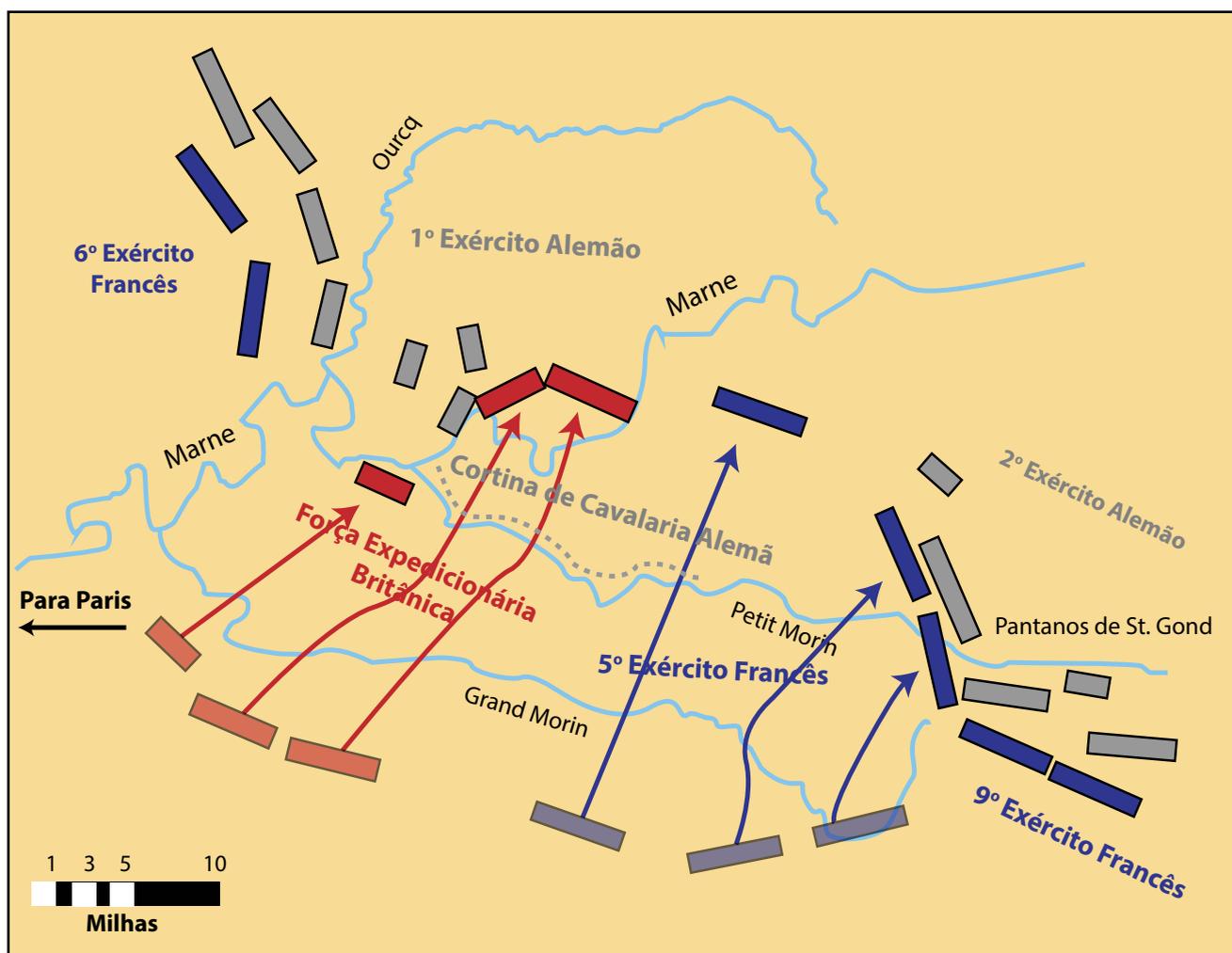


Figura 3. O Avanço Aliado adentro da Brecha entre o 1º e o 2º Exércitos Alemães (já em 9 de setembro de 1914)

Uma Análise dos Aspectos de Comando de Missão da Campanha

Já que está na moda atualmente afirmar que o Comando de Missão, com a sua ênfase na iniciativa individual dos comandantes em todos os escalões, é, e historicamente tem sido, uma panaceia para o êxito no caos do campo de batalha, pode-se concluir que a doutrinação alemã pré-guerra com as operações do tipo "Comando de Missão" deve ter garantido o sucesso. Contudo, tendo em vista que o êxito final não se realizou, essa linha de raciocínio leva à conclusão de que a execução alemã do Comando de Missão deve ter sido muito falha. Essa interessante hipótese provoca uma análise detalhada usando os seis princípios modernos do Comando de Missão fomentado presentemente pelo Exército dos EUA¹:

1. Formar equipes coerentes com base na confiança mútua.
2. Criar entendimento compartilhado.
3. Fornecer uma Intenção do Comandante clara.
4. Exercer a iniciativa disciplinada.
5. Usar as ordens de missão.
6. Aceitar o risco prudente.

Formar equipes coerentes com base na confiança mútua.

No início da guerra, para qualquer que seja o objetivo padrão, os alemães eram bem treinados e liderados — apesar de não terem participado em uma grande guerra por mais de 40 anos. Isso ficou claramente evidente na resistência e na disciplina das tropas que

conseguiram marchar por grandes distâncias por longos períodos e, ao chegar aos seus destinos, lutar e vencer engajamentos consecutivos. Junto com isso, existia um alto grau de confiança mútua e de entendimento compartilhado do ambiente operacional entre os oficiais, conspicuamente feito pelo emprego de ordens de missão pela finalidade, como rotina. Assim, tanto no nível tático quanto no operacional, sem dúvida, os alemães tinham formado equipes coesas, compartilhando um alto grau de confiança mútua entre vários escalões de comando que, juntos, acreditavam na doutrina desenvolvida pelo Estado-Maior Geral, no período pré-guerra. Essa doutrina operacional e tática, baseada na sua apreciação do efeito das armas modernas na guerra — principalmente a artilharia pesada, artilharia de campanha de tiro rápido e metralhadoras — provaram ser

geralmente apropriados até que a guerra de trincheira transformou a frente oeste em um cerco em massa.

Um alto nível de confiança mútua e coesão, também, era evidente na estrutura descentralizada do exército alemão pré-guerra, onde comandantes de corpo de exército geralmente tinham a liberdade de treinar as suas tropas como julgavam melhor. Nesse treinamento, havia duas escolas de pensamento tático. A primeira era o mais novo estilo Comando de Missão para conduzir operações, promovido por Moltke, o Velho, que estendeu oficialmente o conceito até o nível tático, dirigindo a infantaria a atacar usando avanço por lanços e enfatizando "fogo e movimento". A segunda era a escola do "velho prussiano" — semelhante ao conceito francês do ímpeto — que acreditava que a infantaria alemã possuía uma superioridade moral inerente que poderia

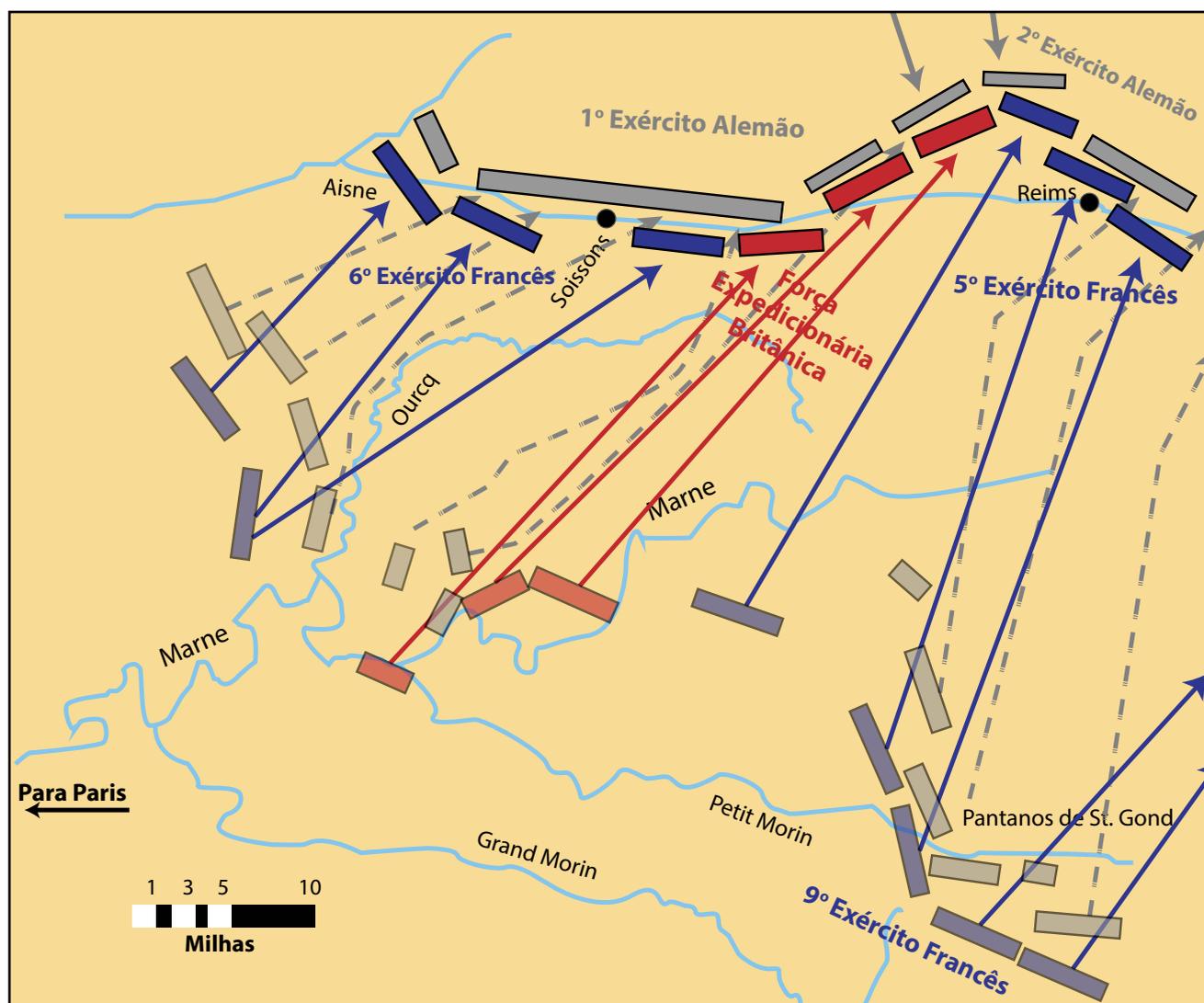


Figura 4. Disposição Final das Forças



O Coronel General Alexander von Kluck, do Exército Imperial Alemão, 30 Mar 1915

(Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

superar os efeitos das armas modernas por meio da coragem e da audácia. O último conceito tendia a enfatizar o emprego de formações cerradas, em que as tropas avançavam ombro a ombro, acreditando que isso melhoraria o controle. Assim, no nível tático da campanha, as unidades alemãs, às vezes, usavam formações mais abertas (separadas) e táticas de fogo e movimento, e em outros momentos empregaram formações mais cerradas, embora a maioria dos tradicionalistas logo mudasse para a abordagem descentralizada, tendo em vista que as táticas mais antigas provaram ser muito custosas, em termos de baixas, ao encararem armas modernas, como metralhadoras. No final, as forças alemãs adotariam universalmente o estilo Comando de Missão no nível tático, com a adesão às táticas de infiltração e à criação de unidades especialmente treinadas de *Sturmtuppen* (tropas de assalto), mais tarde na Primeira Guerra Mundial. No entanto, em cada caso, os alemães enfatizavam a coordenação estreita entre a infantaria e a artilharia de campanha.

Uma combinação de excelente organização, instrução militar e trabalho de estado-maior era essencial

para a criação de unidades coesas. Essas unidades desempenharam bem nos níveis tático e operacional durante a campanha do Marne, como exemplificado pelas manobras que os Corpos de Exército e as Divisões de Kluck conduziram quando ele mudou a frente do seu exército do sul ao leste e o deslocou 30km ao nordeste, mantendo contato com o inimigo. No entanto, o fator mais importante nessa equação era a liderança. A confiança mútua entre os comandantes de todos os escalões garantiu que Kluck não pedisse o impossível — apenas o quase impossível.

Criar Entendimento Compartilhado

No nível operacional, comandantes compartilhavam um entendimento do ambiente operacional previsto e das capacidades das suas tropas. O Cel Gen Alexander von Kluck, o Comandante do 1º Exército, em particular, exibiu um grande entendimento das capacidades dos seus soldados, marchando-os inexoravelmente na campanha durante o avanço, as deslocações a novas frentes e, no final, a retirada organizada. Apesar do esforço físico extremo, as tropas de Kluck nunca deixaram de satisfazer as suas expectativas.

Contudo, considerando que era a primeira operação alemã usando tais grandes exércitos, antes do final do avanço, 8 e 9 de setembro, o entendimento mútuo necessário para a execução apropriada do controle estilo Comando de Missão falhou entre o quartel-general de Moltke e os comandantes em campanha. Os diversos entendimentos sobre a situação operacional e as capacidades das tropas desvendaram um desacordo, que resultou na ordem de uma retirada alemã controversa que muitos reclamariam amargamente mais tarde que era desnecessária².

Fornecer uma Intenção do Comandante Clara

Relacionado estreitamente a esse desacordo de percepção da situação, os comandantes alemães falharam no modelo moderno do Comando de Missão ao não conseguir de forma efetiva prover uma intenção do comandante clara. Isso foi devido a uma combinação do ambiente de comando do Exército alemão, da falta de tecnologia de comunicação adequada para o avanço de um exército em massa e da personalidade indecisa do comandante superior, Comandante do Exército Moltke.



O Gen Karl von Bülow, do Exército Imperial Alemão, 1915

(Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

O ambiente de comando. Moltke era o comandante de campanha das forças alemãs — com o Kaiser como o comandante nominal. O tio de Moltke, Marechal-de-Campo Helmut von Moltke (o Velho), liderara a Prússia à vitória nas Guerras de Unificação Alemã (1864-71) e inventara praticamente o conceito de Comando de Missão, que ele promoveu junto com o sistema alemão singular de duplo comando. Sob esse sistema, um oficial do Estado-Maior Geral (chefe de estado-maior) especialmente treinado foi emparelhado com cada comandante superior acima de nível brigada. Esse oficial compartilhava responsabilidade pelas decisões de comando com o comandante, que raramente ia contra a opinião do parceiro do Estado-Maior. Isso criava um ambiente de comando que permitia o emprego extensivo das ordens de missão porque era esperado que os oficiais do Estado-Maior Geral soubessem o que precisava ser feito em situações conhecidas com base no treinamento, experiência e participação contínua no planejamento de contingências, que reduzia a necessidade por instruções detalhadas.

O efeito da estratégia nas operações. Durante o período pré-guerra, o quartel-general do Estado-Maior Geral, em Berlim, tinha se dedicado principalmente ao estudo de soluções e de contingências para um problema militar específico que os políticos tinham lhes dado — a alta probabilidade de uma guerra de duas frentes. A agressiva política externa da Alemanha no final do século XIX alienara várias outras potências, que resultara na criação de alianças militares planejadas para contrabalançar o potencial aventureiro militar alemão. Contudo, em um turno de eventos irônico, já em 1914, as Forças Armadas alemãs, lideradas por Moltke, o Jovem, estavam tão dedicadas ao seu plano altamente arriscado de vencer uma guerra de duas frentes que até as decisões políticas de Estado, tratando de assuntos não militares, foram tomadas com base na primazia das considerações militares, antecipando tal guerra. Dessa forma, quando as paixões nacionalistas latentes estouraram no continente, a guerra de duas frentes se tornou uma realidade — não porque foi inevitavelmente necessária, mas, principalmente, porque foi planejada.

A liderança superior alemã. O Kaiser Guilherme II escolheu Moltke para liderar o Exército Alemão Imperial principalmente devido a sua afabilidade, em vez da sua perícia militar. Em 1914, o Kaiser, embora tecnicamente o Comandante em Chefe das Forças Armadas, escolheu deixar seus altamente treinados profissionais militares fazer o seu trabalho com interferência mínima, oferecendo apenas comentários de bom senso — os quais, em geral, foram ignorados.

Por sua parte, Moltke também confiava na descentralização da autoridade de execução. Como resultado, sua fé na abordagem tipo Comando de Missão o levou a planejar por meio de prover apenas a direção mínima sobre as atividades dos seus comandantes de exército subordinados, mas ele não imaginava quão mínimo o seu controle se tornaria conforme a campanha progrediu³. Um fraco sistema de comunicações tecnológico, junto com uma organização de difícil manejo, eram vulnerabilidades que ajudaram a criar um ambiente de comando e controle que saiu, em grande parte, fora de controle.

A tecnologia de comunicações. Organizacionalmente, oito exércitos de campanha reportaram diretamente a Moltke e ao seu quartel-general, o *Oberste Heeresleitung*, sem a intervenção de qualquer quartel-general de grupo de exército. O enorme desafio de manejar tal grande extensão de controle

foi exacerbado pela fraca tecnologia de comunicação, bem como a decisão de Moltke de não avançar o seu quartel-general para ficar mais perto dos subordinados, o que facilitaria o fornecimento da sua orientação pessoal em momentos críticos, quando as capacidades da comunicação tecnológica falhassem.

A tecnologia de comunicação em 1914 incluía o telefone, o telégrafo e o rádio. Em caso de emergência, mensageiros aéreos ou terrestres também podiam ser usados. Tipicamente, em 1914, muitos exércitos nacionais usavam o telefone para comunicações locais, e o telégrafo para distâncias mais longas. No entanto, o exército alemão abandonara o telégrafo em 1910, planejando, em vez disso, depender de uma combinação do telefone e do rádio. Como resultado, no começo da guerra, em 1914, supostamente, o telefone ia ser o meio principal de comunicação, com tropas de comunicações montando linhas semipermanentes para todos os quartéis-generais de exército de campanha.

Contudo, as manobras e o planejamento em tempos de paz não proveram uma apreciação adequada sobre as dificuldades extremas que unidades, movendo-se rapidamente durante o combate — avanços sob fogo de armas modernas através de terreno estrangeiro —, enfrentariam usando o telefone em circunstâncias onde os sistemas civis existentes não seriam disponíveis. A experiência logo mostrou que as tropas com fios duplos telefônicos não podiam montar as linhas com tanta rapidez quanto o avanço do exército, e dentro de seis dias, o rádio se tornou o meio principal. Contudo, o rádio, por sua vez, provou ter falhas significativas no emprego real. O enorme volume das transmissões de rádio que resultaram de ele ter se tornado o meio principal de comunicação entre escalões, combinado com a necessidade de codificar e decifrar cada emissão, levaram a um adiamento de até 26 horas por cada mensagem. Esses adiamentos significavam que atualizações da situação e ordens se cruzaram em transmissão, e ambas foram obsoletas antes de chegar ao destinatário⁴. Além disso, os rádios contemporâneos eram volumosos, sensíveis e tendentes a avarias, e foram apenas distribuídos em quantidades limitadas ao nível de exército para cima⁵. Como substituto do sistema eletrônico, mensageiros estavam disponíveis, mas o emprego deles levava muito tempo. Além disso, um número limitado de aeronaves estava disponível para o transporte de mensagens entre os quartéis-generais, mas o potencial de usá-las dessa forma foi descartado⁶.

As vulnerabilidades e limitações tecnológicas, frequentes falhas de equipamento e o fracasso de empregar meios alternativos para comunicar instruções essenciais combinaram para desorganizar consideravelmente a rotina do comando de campanha alemão, que se baseava em reuniões noturnas, onde subordinados produziam relatórios da situação e os comandantes planejavam as operações do dia seguinte. A paralização sistêmica afetou Moltke em particular. Os relatórios adiados significavam que Moltke emitiu ordens que já eram obsoletas, compelindo os seus subordinados a usarem a sua discricção e iniciativa, na tentativa de adivinhar a situação operacional e o conceito atuais.

Não obstante, apesar dessas óbvias e sérias falhas do sistema, Moltke permaneceu firmemente no seu quartel-general, bem longe do campo de batalha. Supostamente, isso era para manter o Kaiser, que teria insistido em acompanhá-lo na campanha, longe do perigo, mas também era porque isso era o estilo de comando de Moltke.



O Marechal Joseph Joffre, Comandante do Exército francês, emite ordens em campanha.

(Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

Exercer a Iniciativa Disciplinada e Usar Ordens de Missão

Como consequência dos impedimentos tecnológicos e organizacionais, e de um comandante superior com um estilo de comando altamente questionável, a incerteza da guerra estava onipresente na cadeia de comando alemã. Visto que Moltke podia exercer controle apenas de uma forma muito deficiente, os comandantes dos exércitos de campanha na ala direita alemã tinham de interpretar, por si só, a intenção do general proveniente das comunicações vagas e desatualizadas.

Embora essa situação permitisse que os comandantes exercessem a iniciativa, essa estava limitada ao alcance das operações de cada exército individualmente, faltando um conceito operacional atualizado e geral dentro da força. Como consequência, as forças alemãs, como um todo, não sincronizavam as suas atividades, uma à outra, para realizar a eficácia operacional. Por exemplo, enquanto Kluck continuou avançando a cada dia, Bülow descansou as suas tropas, colocando-as um dia de marcha atrás. A reorientação por parte de Kluck da maioria do seu exército na frente do rio Ourcq, ao mesmo tempo em que deixou apenas uma força de cobertura de cavalaria na grande brecha, demonstrou que lhe faltou a prudência que a sincronização disciplinada com outros exércitos (especialmente o de Bülow) teria mitigado. Mas nessa situação, ele sentiu que o risco era justificável.

Da mesma forma, as falhas nas comunicações tinham efeitos adversos em ambas as direções. Frustrado pela falta de informações em tempo hábil, Moltke desenvolveu uma visão excessivamente pessimista sobre as suas operações, no início de setembro. Da sua perspectiva, as forças aliadas não estavam sendo destruídas em nível adequado, como indicado pelos poucos prisioneiros enviados à retaguarda, e as forças inimigas derrotadas, como um todo, ainda pareciam manter a coesão de unidade. O que Moltke não entendeu era que os exércitos em massa tinham mudado as condições operacionais. Agora era muito difícil para um exército atacando em marcha destruir um exército derrotado em movimento, salvo por cerco, devido ao fato de que a letalidade e o alcance à distância das armas, bem como a mobilidade de unidades, tinham se tornado grande demais.

Estrategicamente, o objetivo principal de Moltke era cercar completamente as forças aliadas e empurrá-las

contra as forças alemãs no flanco esquerdo dele. Embora tal manobra provavelmente fosse além das capacidades do exército alemão, com base na quantidade de tropas disponível, Moltke perdeu visão disso e teve medo de uma armadilha inimiga. O resultado era que o comandante alemão ficou muito pessimista e logo acreditou que a sua ala direita estava em muito mais perigo do que era na realidade.

De qualquer forma, antes do final da campanha a intenção do comandante proveniente de Moltke apenas chegou aos seus comandantes de forma esporádica, baseada em atualizações da situação feitas uns dias antes. Considerando que os eventos geralmente sobrepujaram essas ordens antes do tempo recebidas, os comandantes em campanha, que foram instruídos em um sistema que enfatizava a iniciativa, responderam ao tomar a sua própria iniciativa.

Devido à ausência de informações e à falta aparente de reação por parte dos seus comandantes, Moltke emitiu novas ordens que não necessariamente refletiam as realidades no campo de batalha, mas em vez disso, resultaram em respostas à notícia da contraofensiva de Joffre com ações que aumentaram, de forma contraproducente, a probabilidade de sucesso aliado.

Para responder à situação, já que ele se recusou pessoalmente a ir à frente, Moltke enviou seu igualmente conservador e pessimista oficial de Inteligência, Hentsch, que, com base em pouca informação precisa, sentiu que a situação estava desesperadora. Subsequentemente, ele manipulou Bülow para retirar-se enquanto ainda estava atacando — uma ação que forçou Kluck a fazer o mesmo.

Contudo, a situação enfrentado pelos alemães em 8 de setembro não era, nem de longe, tão precária como Hentsch, Moltke e, depois, Bülow acreditavam. Kluck derrotara o 6º Exército francês no Ourcq e tinha, no mínimo, destruído as suas capacidades defensivas. A força de cobertura de cavalaria na brecha entre Kluck e Bülow adiou muito o avanço britânico. Por outro lado, enquanto a ala esquerda de Bülow cedeu gradualmente ao avanço do 5º Exército francês, a direita se desintegrou contra o 9º Exército francês. Em vez de uma retirada, uma reorganização simples das forças alemãs poderia ter permitido que o avanço alemão continuasse, enquanto Moltke mandaria forças do seu flanco esquerdo para a frente. Em vez disso, os alemães, sob os conselhos de Hentsch, apoiado pelo aval de Moltke,

escolheram ceder a iniciativa e retiraram-se. O resultado foi que os alemães nunca realmente reconquistaram a iniciativa, até 1918.

Aceitar o Risco Prudente

A agressividade emergente por parte da liderança superior, exibida na vontade de aceitar o risco prudente, parece ter sido o principal fator discriminatório que levou ao resultado final. Embora ambos, os alemães e os franceses, advogassem por essa assertividade durante a campanha, ela foi moderada pela incerteza da guerra. Durante a primeira campanha do Marne, o conhecimento incompleto do desdobramento do inimigo, nos dois lados, levou ao temor de ser cercado. Esse receio reprimiu agressividade e criou cautela excessiva entre os alemães e ocasionou retiradas longas, como no caso dos aliados. Até Kluck ficava, às vezes, com medo de deixar seu flanco esquerdo exposto, o que parcialmente explica por que transferiu tantas tropas à frente do Ourcq. No outro lado, o Comandante do 5º Exército francês, Gen Charles Lanrezac, um oficial intelectual e bem-conceituado em tempos de paz, perdeu toda a sua agressividade uma vez encarando as incertezas da guerra. Ele provou ser um subordinado deficiente que Joffre teve de substituir.

No escalão mais alto, o próprio Joffre demonstrou ser muito agressivo, em comparação a Moltke. Embora as suas ações pudessem ter resultado em catástrofe, e apesar de fracassos anteriores, a agressividade compeliu Joffre a atacar, em 6 de setembro, ao longo das frentes do Marne e do Ourcq, quando o inimigo ainda estava avançando com sucesso ou tinha repellido os

contra-ataques anteriores. A grande e arriscada contraofensiva francesa foi tão cheia de êxito que forçou os alemães a retirarem-se a uma distância de 65km porque a sua agressividade espantou o alto comando alemão.

É provável que os alemães pudessem ter reorganizado as suas forças e repellido a contraofensiva. Porém, a essa altura, estavam essencialmente travando batalhas distintas e separadas no nível Exército de Campanha, e não como um todo. Assim, uma resposta coordenada contra o avanço aliado provavelmente não seria possível, salvo uma retirada para reagrupar.

Outros Impactos

As atitudes, personalidades e estilos de liderança nos dois lados do conflito tinham um impacto significativo no resultado da campanha.

Atitudes contrárias. Moltke ficou muito pessimista ao primeiro sinal que não seria uma vitória rápida apesar de ter uma força grande, bem organizada e bem abastecida à sua disposição que vencera uma impressionante série sucessiva de conquistas táticas. Por outro lado, seu equivalente francês, Joffre, permaneceu otimista apesar de um mês contínuo de derrotas e retiradas. Ao fazer isso, tanto Joffre quanto

as suas tropas exibiram grande resistência psicológica durante a campanha, ao contrário do Alto Comando alemão.

Por exemplo, apesar do cansaço geral, as tropas alemãs continuaram a apresentar um bom desempenho. Isso foi claramente evidente na sua capacidade de abrandar os efeitos de um grande contra-ataque francês que poderia ter sido catastrófico para os alemães, que, em vez disso, responderam com uma retirada relativamente curta e bem ordenada. Não obstante, Joffre



O Comandante do Exército Imperial Alemão Helmuth von Moltke

(Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

transformou publicamente o fato de que os aliados tinham forçado os alemães a tomar a defensiva e retirar-se, em uma grande vitória — nas mentes dos seus soldados, da população civil e, também, provavelmente do Alto Comando alemão.

Como consequência, dada a situação estratégica, a falta de uma vitória rápida era para a Alemanha uma grande, se não imediatamente aparente, derrota psicológica e moral. Ironicamente, embora os alemães atuassem usando o que é hoje quase universalmente considerado ser o modo superior de comando (Comando de Missão) para vencer taticamente todas as batalhas da campanha, em termos do número de baixas infligidas, perderam estrategicamente porque a sua liderança superior decidiu que fosse assim. O suposto adágio napoleônico que sustenta que "a moral é para o físico, como três é para um" evidentemente aplicou-se à situação dos alemães e dos franceses em 9 de setembro de 1914, como ainda é válido para as forças militares atuais.

O impacto da personalidade. Com certeza as personalidades dos comandantes individuais exerceram o maior papel levando ao resultado da campanha. Os exemplos mais marcantes são revelados nas relações de Moltke, Kluck e Bülow.

As diversas personalidades são evidentes nas reações comparativas dos dois comandantes de Exército de Campanha, Kluck e Bülow, à profunda fadiga resultante de um mês de marchas, batalhas intermitentes e da incerteza da situação inimiga. Embora, no início de setembro, os dois comandantes reconhecessem a fadiga das suas forças, Kluck continuou a avançar, atravessando o Marne e depois transferindo a maioria do seu exército por meio de marchas forçadas até a frente do Ourcq. Depois de lutar nesse local por cinco dias, marchou com as suas tropas 65km para novas posições no Aisne, onde logo repulsaram ataques aliados. Kluck era capaz de liderar as suas forças com um esforço extraordinário, mesmo depois de terem chegado à exaustão extrema.

Entretanto, Bülow descansou as suas tropas por um dia e meio e adiou o seu avanço para investir sobre a pequena fortaleza de La Fere, que os franceses logo evacuaram. A cautela de Bülow resultou no ganho inadvertido de um dia de marcha por Kluck entre os dois, que contribuiu para a brecha que abriu entre as duas forças. Apenas a ala esquerda de Bülow continuou a atacar até o começo da retirada para o Aisne.

Kluck era capaz de colher mais das suas tropas do que Bülow porque sua agressividade otimista manteve o moral elevado. Além disso, parece que havia um entendimento claro do que as suas tropas eram capazes de fazer e a confiança de que ele e os seus subordinados pudessem conseguir o que foi pedido. Contudo, a agressividade de Kluck irritou ambos, Moltke e Bülow, compelindo que Moltke colocasse Kluck sob o comando de Bülow, duas vezes.

A importância duradoura da liderança. A lição mais óbvia da primeira campanha do Marne com relevância não apenas ao Comando de Missão, mas também para o conceito de comando em geral, é a importância duradoura da liderança em todos os níveis. No início da guerra, a Europa desfrutou um período de mais de 40 anos de paz geral, embora testemunhasse um aumento simultâneo de grandes exércitos de conscritos. As antigas identidades nacionais misturadas solidificaram-se em Estados nacionais com profunda desconfiança entre si. Exércitos maciços emergiram como nunca antes. Como resultado, no continente europeu, nenhum oficial superior em qualquer das alianças, que no final lutariam umas contra as outras, tinha experiência prática no comando de tais grandes forças, salvo em exercícios, embora muito da teoria fosse escrita sobre isso. Na Grã-Bretanha, os comandantes sequer tinham a experiência de exercícios de manobras, já que o exército britânico apenas organizava os seus grandes comandos no caso de mobilização, em resposta a uma crise emergente devido às grandes despesas envolvidas.

Conclusão

No papel, a noção alemã pré-guerra sobre o Comando de Missão advogava conceitos semelhantes com os princípios discutidos anteriormente. No entanto, uma combinação de inexperiência na liderança de grandes massas de tropas (que frequentemente levou à cautela, quando a audácia era necessária), personalidades excessivamente pessimistas e facilmente desencorajadas no nível mais alto do comando alemão e a tecnologia de comunicação inconfiável da época, levaram ao emprego deficiente dos princípios do Comando de Missão e a retirada posterior das forças alemães para as linhas fixas.

No início da guerra, o Exército Alemão Imperial era o proponente principal do conceito que hoje reconheceríamos como Comando de Missão no nível

operacional⁷. Contudo, na primeira campanha do Marne, parece que o emprego de Comando de Missão é uma das grandes razões para o fracasso alemão, porque foi conduzido deficientemente. Ao mesmo tempo, os franceses foram bem-sucedidos no final, empregando um método de comando que não era semelhante ao modelo Comando de Missão, mas, em comparação, era altamente disciplinado por um comandante superior agressivo.

Em geral, os exércitos bem-sucedidos na era moderna adotaram os conceitos tipo Comando de Missão, a não ser que tivessem uma grande vantagem de números ou de tecnologia sobre os seus adversários. Assim, uma razão pelo estudo da primeira campanha da Primeira Guerra Mundial é o paralelismo de alguns dos seus aspectos relevante para os tempos atuais. Por exemplo, em artigos militares recentes, vemos muito debate sobre a teoria e a filosofia relacionado com a condução da guerra (i.e., O que é o Comando de Missão? O que é o centro de gravidade? O que é a contrainsurgência? A contrainsurgência deve ser centrada na população ou no inimigo? Qual é a abreviatura ou a designação certa para a contrainsurgência?).

Da mesma forma, os debates acirrados referentes às teorias militares sobre a estratégia e as táticas durante o período anterior a agosto de 1914 eram diversos e abstratos, e a guerra — antes da própria guerra — tinha se tornado muito teórica. Muitas teorias pré-guerra foram provadas durante as primeiras semanas após o início das hostilidades, resultando no aparecimento da realidade — que, às vezes, fora ignorada durante os debates anteriores ao conflito.

Na idade tecnológica e moderna, esses debates teóricos também podem levar a conclusões enganosas. Por exemplo, a incerteza da guerra é frequentemente minimizada em importância, mitigada teoricamente pelo conceito de "conhecimento da situação" com base na premissa que a coleta de informações, com a ajuda de meios tecnológicos, pode quase completamente dissipar a dúvida. No entanto, tal dissipação é provavelmente uma ilusão, e a incerteza estará sempre presente, tanto quanto guerras são travadas entre seres humanos que tomam decisões de formas imprevisíveis.

Em 1994, da mesma forma, havia expectativas errôneas sobre como as armas seriam empregadas e como o inimigo reagiria a elas, da mesma forma que havia quando as Forças Armadas dos EUA iniciaram

operações no Iraque e no Afeganistão. Nossas experiências nesses lugares demonstram que premissas enganosas continuam a ser uma característica contínua da guerra.

Além disso, os paradoxos da campanha do Marne, em 1914, quando comparados com os dos conflitos mais recentes, parecem confirmar um padrão recorrente de necessidades. Os combatentes precisam de um conceito geral sobre a condução das operações para orientar as suas ações — pelo menos uma avaliação minimamente precisa das capacidades inimigas — e de um planejamento que se mantenha fiel aos princípios consagrados da guerra que necessitam de ser seguidos, especialmente quando o conhecimento da situação seja incompleto ou o inimigo responda de forma inesperada.

Epílogo

Nos escalões mais altos, o Kaiser alemão ficou decepcionado com seus assessores durante a campanha — apesar de confiar neles —, resultando na perda da guerra juntamente com a sua coroa, ao final. Com a derrota, as severas condições de paz impostas na Alemanha exerceram um papel-chave na incitação da Segunda Guerra Mundial. Assim, a quase esquecida derrota alemã de um século atrás não apenas exerceu um papel principal na formação do mundo moderno, mas também retém importantes lições para os profissionais militares atuais.

Embora a Primeira Batalha do Marne tenha ocorrido há mais de 100 anos, recentemente uma reflexão sobre a campanha foi evocada indiretamente na mídia, quando a polícia francesa conduziu uma grande busca por dois terroristas sanguinários pelas aldeias e rios que marcaram o campo de batalha de 1914. A cidade de Dammartin, onde a caçada terminou, é localizada, de fato, diretamente atrás do campo de batalha de Ourcq que quase foi capturada pelos alemães em 1914 — pouco antes deles se retirarem. Hoje a batalha é lembrada na consciência pública, de algum modo, principalmente pelo comboio lendário de táxis civis parisienses que levaram tropas até a frente para supostamente transformar a batalha em vitória — e pelo surgimento de uma brecha nas linhas alemãs que foi subsequentemente preenchida pelos aliados. De fato, os táxis exerceram apenas um papel menor na campanha, considerando que as tropas transportadas por eles não lutaram até o dia seguinte, e a brecha alemã estava frente a frente de

uma brecha do mesmo tamanho nas linhas aliadas, a qual os alemães não conseguiram explorar.

Não obstante, tal lenda mítica — por mais que seja assunto de fatos históricos — ressalta metaforicamente o papel decisivo que a psicologia desempenhou na própria campanha do Marne. Essa campanha, agora antiga, levanta muitas questões para análise, que podem produzir lições duradouras que transcendem o simples interesse antiquário. Se os alemães foram tão bem-sucedidos, por que fracassaram no final? E, como é que os franceses, no início considerados incompetentes operacionalmente, conseguiram mudar a situação?

É útil observar que os alemães venceram todas as batalhas no nível tático — mas, de forma estratégica e operacional, perderam a campanha. Isso parece ser consequência, principalmente, das incertezas da guerra que se infiltraram na psicologia da liderança alemã, resultando em indecisão e oportunidades perdidas. No final das contas, a ameaça da brecha entre as suas unidades, devido às suas falhas de comunicação, estava principalmente nas mentes dos comandantes alemães. Ironicamente, essa brecha mental era mais decisiva para a campanha do que a brecha literal entre as unidades. ■

John J. McGrath é historiador do Exército no Instituto de Estudos de Combate, no Forte Leavenworth, Kansas. É autor ou editor de 11 publicações históricas do Exército e colaborador de várias mais. É bacharel pelo Boston College, mestre pela University of Massachusetts em Boston e atualmente candidato de doutorado pela Kansas State University. A sua obra mais recente sobre a Primeira Batalha do Marne deve ser publicada em 2015.

Referências

1. Army Doctrine Publication 6-0, *Mission Command* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2012), p. 2.
2. Martin Sonnenberger, "Mission Command During the War of Movement in World War I—Initiative and Synchronization of the German Right Wing in August and Early September 1914," (monograph, U.S. Army School of Advanced Military Studies, 2014), p. 41-43.
3. Mark Osborne Humphreys e John Maker, eds., *Germany's Western Front: Translations from the German Official History of the Great War. 1914: Part 1 The Battle of the Frontiers and Pursuit to the Marne* (Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2013), Kindle loc. 2877.
4. *Ibid.*; Bradley John Meyer, "Operational Art and the German Command System in World War I" (PhD diss., Ohio State University, 1988), p. 133-137.
5. Paul Evans, "Strategic Signal Communications—A Study of Signal Communications as Applied to Large Field Forces, Based on the Operations of the German Signal Corps During the March on Paris in 1914," *Signal Bulletin* 82 (January-February 1935), p. 24-58.
6. *Ibid.*, p. 46-47.
7. Dennis E. Showalter, "The Retaming of Bellona: Prussia and the Institutionalization of the Napoleonic Legacy, 1815-1876," *Military Affairs* 44 (April 1980): p. 57-63; Antulio J. Echevarria II, *After Clausewitz: German Military Thinkers before the Great War* (Lawrence, KS: Kansas University Press, 2002), p. 13-14.



Uma torre do Avenger multimiçã da Boeing, montada acima de uma viatura QT (qualquer terreno) de proteçã contra emboscadas e de resistêcia às minas, é exibida em um simpósio de defesa, em 28 Sep 10. A Boeing desenvolveu o sistema de armas como uma opção econômica para modernizar o Avenger atual do Exército dos EUA.

(Foto cortesia da empresa Boeing)

Como Equilibrar a Defesa Antiaérea para Melhor Apoiar às Manobras

Cap Vincent R. Wiggins Jr., Exército dos EUA

Um exército vitorioso ganha primeiro e luta depois, um perdedor luta primeiro e tenta obter a vitória depois.

—Sun Tzu

O Exército dos Estados Unidos da América (EUA) está modernizando e cultivando escalões específicos de defesa antiaérea (DAAe) em resposta às ameaças aéreas em desenvolvimento. Segundo o Cel Robert Lyons, ex-Diretor das Operações Militares de Defesa Antiaérea, do Departamento do Exército, a força de ameaça prevista será um adversário sofisticado, consistindo em capacidades assimétricas de vários escalões¹. No Exército, as atualizações e as ampliações das unidades de sistemas de Defesa Antiaérea de Grande a Média Altura (*HIMAD*, na sigla em inglês), como o *Patriot* e o *Terminal High Altitude Area Defense* ["Defesa Aérea de Grande Altura Terminal", em tradução livre], defendem os meios críticos e ajudam os Estados Unidos e os seus aliados a manterem uma vantagem estratégica por todo o mundo. Esses meios — para as finalidades deste artigo, chamados de DAAe de engajamento estático, ou simplesmente DAAe fixa, — capacitam a Defesa Antiaérea a partir de posições imóveis². No entanto, o Exército prioriza os meios DAAe fixa às custas do ritmo das manobras agressivas, resultando em uma execução desequilibrada da estratégia de Defesa Antiaérea do Exército. Por exemplo, a Artilharia Antiaérea (AAAe) do Exército inclui 15 batalhões *Patriot*, que provêm DAAe fixa, mas apenas quatro baterias *Avenger* no Serviço Ativo e sete batalhões na Guarda Nacional do Exército, em agosto de 2015. Essas 11 unidades *Avenger* são as únicas formações restantes de engajamento não estático, ou móvel, da Defesa Antiaérea³. Essa situação reflete uma lacuna nas capacidades protetivas da Força, por meio do apoio deteriorado às manobras.

A brigada de combate foi planejada para missões que englobam toda a gama de operações militares, sendo a força principal do combate aproximado do Exército dos EUA⁴. No entanto, não existem meios orgânicos de engajamento DAAe na brigada de combate, e isso limita a sua eficácia porque restringe a integração. O Gen Bda John G. Rossi, Comandante do Centro de Excelência de Fogos do Exército dos Estados Unidos e, também, do Forte Sill, em Oklahoma, ofereceu uma perspectiva viável durante o painel "A Transformação da Força DAAe", da Association of the U.S. Army, em fevereiro de 2015. Segundo o repórter do Exército David Vergun, Rossi explicou que os elementos de DAAe devem melhorar a comunicação com outras unidades, incluindo as brigadas de combate, porque

"Além de existir ameaças não apenas aos comandantes combatentes, as brigadas de combate, também, informam que precisam de vocês de volta ao jogo"⁵. A estratégia da Defesa Antiaérea do Exército enfatiza o desenvolvimento dos meios e formações de DAAe fixa, mas a solução para preencher a crescente lacuna entre a exposição às ameaças aéreas e a defesa aérea para as forças de manobras é modernizar, ampliar e integrar os meios de DAAe móvel, como o *Avenger*, à brigada de combate.

A Defesa Antiaérea e o Ritmo Agressivo das Manobras

A defesa antiaérea de curto alcance protege as unidades contra ameaças como sistemas de veículos aéreas não tripulados (VANT), aeronaves de asa rotativa, aviões de asa fixa e mísseis de cruzeiro. Tradicionalmente, as forças têm realizado a defesa antiaérea de curto alcance por meio da DAAe móvel. Alguns dos meios *HIMAD* (DAAe de Grande a Média Altura) podem, também, defender contra esses tipos de ameaças, mas não possuem uma capacidade de apoiar um ritmo agressivo de manobras — por meio da mobilidade tática acelerada e de tiros em movimento. As forças do Exército precisam dos meios DAAe que lhes ajudam a manobrar mais rápido do que seus inimigos. Segundo a Publicação de Referência Doutrinária do Exército 3-0, *As Operações Terrestres Unificadas* (ADRP 3-0, *Unified Land Operations*), "Durante as operações dominadas pelas manobras de armas combinadas, os comandantes, geralmente, buscam manter um ritmo mais elevado do que o inimigo, sendo que isso pode superar a capacidade inimiga de enfrentar as ações impostas. É a solução para obter uma vantagem temporária durante as manobras de armas combinadas"⁶. Os sistemas de armas *HIMAD* são meios de DAAe fixa, cujo posicionamento leva bastante tempo. Os comandantes de manobras que dependem desses meios têm de correr riscos relacionados à proteção e à iniciativa quando atuam fora da estreita zona de cobertura fornecida.

Além disso, os sistemas de armas *HIMAD* não podem identificar, rastrear e engajar alvos sem emissões de radar adentrando a área operacional. Em comparação, os *Avengers* são melhorados pelo radar, em vez de serem dependentes dele. Os seus operadores podem engajar manualmente os alvos pela aquisição visual (linha de visada) ou de forma remota pela seleção de alvos

automatizada via radar. O poder da linha de visada do *Avenger* complementa a sua capacidade para disparar em movimento e possibilita que o sistema funcione por toda a área de operações das manobras.

Desenvolvido nos anos 90, o *Avenger* é um sistema de baixo peso que lança foguetes em movimento e que proporciona a crítica defesa antiaérea móvel de curto alcance. Da mesma forma, o Exército desenvolveu a Viatura de Combate *Bradley Stinger* (Bradley Stinger Fighting Vehicle), o "Linebacker", para acompanhar as suas formações mecanizadas. Segundo o fabricante da *Bradley*, a Raytheon, "O [míssil] *Stinger* mantém uma taxa de sucesso acima de 90% em confiabilidade e em provas de treinamento contra alvos de ameaças avançadas"⁷. O sistema de armas *Avenger*, que pode disparar o *Stinger*, capacita à defesa antiaérea, protegendo a partir de uma configuração motorizada e embarcada e, também, facilitando as operações desembarcadas após o descarregamento da arma e empregando os mísseis em lança-foguetes portáteis.

Limitações da Força

As unidades de engajamento móvel estão desaparecendo do Exército. Com base na redução contínua das unidades, a implantação da estratégia DAAe diminui a distribuição do *Avenger*, em vez de ampliar seu emprego em apoio às manobras⁸. A estratégia enfatiza a *HIMAD* e os meios de contrabateria de DAAe fixa, como o programa Antifoguete, Antiartilharia e Antimorteiro (*C-RAM*, na sigla em inglês)⁹. De acordo com a estratégia, a "Defesa Antiaérea permanece uma função principal do Exército, essencial para as competências centrais das manobras de armas combinadas e para a segurança de área ampla"¹⁰. Ironicamente, o *Avenger* é a essência da capacidade da Defesa Antiaérea de facultar os comandantes de manobras a capturar, reter e explorar a iniciativa com a proteção em movimento — nenhum outro meio de DAAe possui essa capacidade. Sem o *Avenger*, a Defesa Antiaérea não pode efetivamente facilitar as manobras.

As Capacidades Transicionais da Defesa Antiaérea

A virtuosidade transicional da DAAe fixa interliga a Defesa Antiaérea e as forças de manobras pelo aspecto mais fundamental da guerra — o combate. Embora os elementos *HIMAD* defendam e dissuadam, eles



Um atirador do *Avenger* do 4º Regimento de Artilharia Antiaérea fornece segurança aérea e terrestre a partir de uma posição de combate deliberada em apoio à 1ª Brigada de Combate, da 82ª Divisão Aeroterrestre, durante um exercício de instrução, no Forte Polk, Louisiana, 20 Abr 15.

(Foto cortesia do Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto)

são fixos e limitados à execução da defesa antiaérea convencional. Faltam a capacidade de desdobramento rápido, e atuam independentemente da força de armas combinadas. Segundo Carl Von Clausewitz, "Uma súbita e vigorosa transição para a ofensiva ... é o maior momento para a defesa"¹¹. Na ausência de uma missão tradicional de defesa antiaérea, as forças de DAAe móvel transformam as suas capacidades para apoiar às manobras, servindo como um multiplicador de combate de dupla função. Em 2005, Stanley Davis, o então *sergeant major* [praça mais antigo] da Arma de Artilharia Antiaérea do Exército, resumiu, de forma perspicaz, a transformação das forças de DAAe móvel no Iraque e no Afeganistão:

Nossos militares do *Bradley Linebacker* e do *Avenger* lutaram a caminho de Bagdá e de Cabul ao lado das nossas Divisões blindadas e de infantaria. Após o redesdobramento da força *Patriot* proveniente da zona de combate, nossos Romeos [tripulantes do *Linebacker*] e Sierras [do *Avenger*] permaneceram para lutar contra insurgentes e rebeldes do Talibã, estabelecendo as fundações para as democracias iraquiana e afegã. Enfrentaram o impacto de combate e demonstraram, de forma convincente, as qualidades combatentes dos militares de AAAe para as armas combinadas¹².

O *Avenger* se provou em combate. Desde que o Exército começou a usá-lo, pela primeira vez, nos anos 90, atualizações acrescentaram capacidades suplementares, diversificando e aprimorando a sua eficácia. Além do *Stinger*, o *Avenger* possui uma metralhadora calibre .50 (*M3P*) e um sistema óptico de radar infravermelho de visada dianteira (*FLIR*). Segundo ao Ten Cel Rick Starkley, ex-Diretor do Gabinete do Comandante da Escola de AAe, os defensores antiaéreos tiraram proveito dessas capacidades no Iraque para conduzir patrulhas de combate, como segurança de comboio, incursões, reconhecimento blindado, cerco e vasculhamento¹³.

A combinação da *M3P* e do *FLIR* permite que a DAAe obtenha e engaje alvos aéreos e terrestres. Em muitos casos, os comandantes de manobras pediram apoio da defesa antiaérea para melhorar as suas operações devido a essas capacidades. O Cap Scott Dellinger descreve efetivamente a sua relevante experiência de combate no Iraque:

Os militares da artilharia antiaérea ficaram tão proficientes na identificação de posições inimigas e de dispositivos explosivos improvisados (*IED*, na sigla em inglês) com o *FLIR*

que as viaturas de DAAe foram enviadas em frente dos comboios para limpar rotas e identificar *IEDs* ou outras ameaças por toda a área da 1ª Divisão Blindada¹⁴.

Percepções Errôneas sobre a Defesa Antiaérea

Há um claro desentendimento entre as comunidades de Manobras e de Defesa Antiaérea. Os estudantes que frequentam o Curso de Carreira de Capitães de Manobras (Maneuver Captain's Career Course — MCCC) são ensinados uma aplicação conceitual falsa sobre a proteção contra as ameaças aéreas porque o currículo incorpora doutrina antiga sobre a defesa antiaérea. Os cenários do MCCC incluem ameaças aéreas que requerem que os estudantes recebam meios de DAAe fixa, como *Linebackers*, que já não são distribuídos, e *Avengers*, que são disponíveis em quantidade muito limitada. Além disso, a plataforma atual do *Avenger* é o veículo militar multitarefas de alta mobilidade (high-mobility multipurpose wheeled vehicle — HMMWV, ou simplesmente o "Humvee"), que já não satisfaz os padrões de proteção, assim fazendo que o sistema se

torne obsoleto e imprestável para operações de combate sem esforços deliberados de modernização. Como resultado, os comandantes de manobras são ensinados o emprego de capacitadores inexistentes da Defesa Antiaérea.

De acordo com a estratégia sobre o assunto, "As capacidades de DAAe são essenciais para a força do futuro e para a missão do Exército"¹⁵. Quando uma força faz manobras, e quando a obtenção de acesso exige a captura de terreno-chave, como pode a Defesa Antiaérea apoiar o comandante de manobras sem capacidades de DAAe móvel? Em uma edição, de 2013, de *Fires*, o Gen [de uma estrela] Donald Fryc, Comandante do 32º Corpo de Defesa Antiaérea do Exército, disse que o sistema *C-RAM* "não é adequado para



Dois militares do 62º Regimento de Artilharia Antiaérea fazem vigilância acima de um *Avenger* durante a cerimônia de abertura da instalação da Equipe de Reconstrução Provincial Ghazni, em Ghazni, Afeganistão, 4 Mar 04.

(Sgt Christopher Kaufmann/ Câmera de Combate Conjunta Afeganistão)

mover-se e [não pode] proteger os elementos de apoio de uma brigada de combate quando não está no local fixo"¹⁶. Essa declaração se aplica a todos os meios HIMAD — as prioridades da estratégia da Defesa Antiaérea do Exército.

Por mais de 10 anos, essa estratégia tem enfatizado a redução da DAAe móvel. Como parte da transformação do Exército, em 2005, a Arma de Defesa Antiaérea anunciou a desmobilização dos batalhões de DAAe de Divisão, a eliminação do *Linebacker Bradley* e a redução da força *Avenger*¹⁷.

Entretanto, as forças de manobras continuam a solicitar meios *Avenger* para apoiar aos conjuntos de força de resposta global e para ampliar seus exercícios no Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto (JRTC, na sigla em inglês) e no Centro Nacional de Treinamento (NTC). Em 2013, uma bateria DAAe proporcionou nove equipes *Avenger* para fortalecer o rodízio No 13-01 do JRTC¹⁸. Outra bateria forneceu três equipes *Avenger*, em abril de 2015, para acrescentar ao rodízio No 15-06 do JRTC, ao mesmo tempo em que estava designada à força de resposta global da 82ª Divisão Aeroterrestre.

Durante os rodízios do JRTC e do NTC, os cenários de adestramento incorporam meios aéreos não tripulados, como o Raven — um VANT leve de alta mobilidade planejado para observação e reconhecimento de baixa altura, para simular a crescente ameaça desses sistemas¹⁹. Em um artigo da revista *Infantry*, de 2013, o Cap Jeremy Phillips proveu uma perspectiva bem discernida sobre as preocupações de um infante relativas às unidades precisando de meios capazes de enfrentar os sistemas VANT. O artigo, "Training for the Enemy UAV Threat" ("Como Treinar para a Ameaça do VANT Inimigo", em tradução livre), enuncia uma conclusão interessante:

Um meio capaz de destruir a capacidade do inimigo de controlar as plataformas não tripuladas, quer seja por meio do bloqueio dos sinais a partir de um sistema VANT, incapacitando as câmeras integradas, ou por meio da destruição física deles, será um meio inestimável para os comandantes de combate terrestre²⁰.

Ironicamente, o Cap Phillips chegou a essa conclusão depois de completar um rodízio no NTC com um batalhão de armas combinadas que foi reforçado com uma equipe *Avenger*.

De acordo com o manual de campanha 3-01, *Operações de Defesa Antiaérea do Exército dos EUA* (FM 3-01, *U.S. Army Air and Missile Defense Operations*), "O *Avenger* foi planejado para enfrentar sistemas de veículos aéreos não tripulados de baixa altura, aeronaves de asa rotativa e fixa de alta velocidade e os meios de reconhecimento, Inteligência, observação e aquisição de alvos"²¹. No entanto, os comandantes de manobras não estão familiarizados com as capacidades do *Avenger* porque há menos formações disponíveis. Em 2013, Shirley Dismuke, então Editora-Chefe da revista *Fires*, escreveu, "O sistema *Avenger* ... será distribuído em fases às unidades da Guarda Nacional ... [embora] seja atualmente o único sistema viável contra a observação aérea não tripulada. Não obstante, o oficial auxiliar Wes Dohogn (Comando de Missão de Brigada, Grupo de Operações do JRTC) enfatiza as capacidades idiossincráticas do *Stinger* e do *Avenger* em "Airspace Management with SHORAD [short-range air defense] Integration"²² ("A Gerência do Espaço Aéreo com a Integração da Defesa Antiaérea de Curto Alcance", em tradução livre):

Os *Stingers* e os *Avengers* são a defesa do Exército contra essa ameaça aérea do inimigo [em referência aos sistemas VANT]. Têm uma capacidade singular não possuída por qualquer outro meio de DAAe. Fornecem uma resposta mais rápida contra a ameaça e são capazes de serem inseridos cedo no campo de batalha moderno, proporcionando liberdade de manobra, ao mesmo tempo que expandem e ampliam a cabeça-de-ponte ou a posição segura²³.

Já que os *Avengers* não são orgânicos da brigada de combate, os comandantes de manobras raramente têm acesso às suas capacidades antes de um rodízio no JRTC ou no NTC ou de um desdobramento de combate. A modernização, a expansão e a integração das formações atualizadas do *Avenger* em forças de manobras iria resolver essa deficiência tática e melhor apoiar aos comandantes, como o Cap Phillips. Dohogn acrescenta esse ponto ao analisar o benefício dos meios de DAAe móvel incorporados à estrutura das manobras. Ele oferece aplicações práticas aprendidas no rodízio No 13-01 do JRTC:

O objetivo é colocar, estrategicamente, unidades de DAAe entre a ameaça e o meio

protegido, obtendo assim uma fórmula simples que seja a melhor maneira de aumentar a probabilidade de engajar uma aeronave antes dela poder atacar ou enxergar um alvo defendido. Esse esforço de planejamento deliberado pode resultar em equipes de *Stinger* que conduzem emboscadas em vias de acesso ou em *Avengers* que avançam com outros elementos embarcados²⁴.

A Modernização do Avenger para Combates Futuros

A estratégia de modernização do Exército, como descrita no *Relatório de Situação do Exército*, de 2015, declara, "Embora as limitações de financiamento forcem para que o Exército adie novos desenvolvimentos de sistemas e investimentos na próxima geração de capacidades, executaremos atualizações incrementais para aumentar as capacidades e modernizar os sistemas existentes"²⁵. Coerente com essa estratégia, a Boeing oferece uma opção operacionalmente sólida e de baixo custo para a modernização do *Avenger* em uso atual como uma arma "multimissão" que garantiria que a Defesa Antiaérea e os comandantes de manobras permanecessem na vanguarda da proteção contra ameaças aéreas por várias gerações vindouras de conflito²⁶.

As inovações do lança-foguetes *Avenger* Multimissão reduzem o tempo de desdobramento e o custo ao modificar o sistema existente com novas capacidades: mísseis intercambiais *Stinger*, mísseis *Longbow Hellfire*, foguetes com e sem sistema de direção, mísseis *Accelerated Improved Interceptor Initiative (AI3)* ["A Iniciativa de Intercepção Acelerada e Ampliada" — N. do T.], lasers de alta energia, um canhão de 25mm e outras armas. O *Avenger* atualizado pode ser montado nos sistemas principais de mobilidade do Exército, além dos "Humvees"²⁷.

O AI3 proporciona capacidades de proteção aprimorada ao *Avenger* porque localiza e destrói foguetes, morteiros, sistemas VANT e mísseis de cruzeiro em voo²⁸. Em 19 Ago 13, o AI3 "interceptou e destruiu, com êxito, um foguete 107mm no baixo ângulo de elevação, durante um teste de voo de capacidades"²⁹.

A solução da Defesa Antiaérea para o avanço da cobertura de curto alcance é o desenvolvimento do programa DAAe móvel chamado Indirect Fire Protection Capability Increment 2–Intercept ("2º Incremento

da Capacidade de Proteção contra Fogos Indiretos — Intercepção", em tradução livre). De acordo com uma divulgação ao público, de 2012, do Gabinete Executivo do Programa Mísseis e Espaço, a missão do sistema de Proteção contra Fogos Indiretos "é prover uma forte e móvel capacidade de proteção aos meios críticos dentro de posições fixas e semifixas contra sistemas VANT, mísseis de cruzeiro e RAM [foguetes, artilharia e morteiros]"³⁰. Esse sistema inclui um mecanismo que "substituirá o *Avenger*" com um meio de lançamento multitarefa — que não deve ser confundido com o *Avenger* multimissão da Boeing. Uma vez desenvolvido e distribuído, o novo meio de lançamento da Capacidade de Proteção contra Fogos Indiretos será montado permanentemente acima de um caminhão utilitário de 10 toneladas, e terá a capacidade de ser carregado com uma variedade de interceptores³¹.

Diferente do *Avenger*, o meio de lançamento proposto não é adequado para o ritmo agressivo de manobras — principalmente porque é desprovido de uma capacidade de emprego tático imediato, não dispara em movimento e falta um sistema de autodireção dos mísseis. Em vez disso, como a *HIMAD* fixa, o sistema de armas proposto depende exclusivamente de identificação via radar e de direção de intercepção por meio de uma posição fixa. Da mesma forma, o meio de lançamento proposto não incorpora as armas de defesa orgânicas baseadas no terreno. Assim, dependeria de muitos conjuntos de proteção da força para prover segurança às suas operações, e isso não deixará que a defesa antiaérea transforme as suas capacidades em apoio aos comandantes de manobras.

Reforçando a Brigada de Combate com Meios da Defesa Antiaérea

Atualmente, as brigadas de combate apenas possuem alocações de elementos subordinados de defesa antiaérea e de gerenciamento do espaço aéreo. Essas ligações ajudam no planejamento, mas não possuem meios de intercepção. Para integrar os capacitadores da DAAe fixa de forma efetiva, os comandantes de manobras precisam de unidades orgânicas atualizadas do *Avenger* incorporadas no seu adestramento, para que as suas unidades possam aprender e desenvolver táticas, técnicas e procedimentos integrados antes do próximo conflito. O Cap Winston Marbella exprime de modo habilidoso a importância de

ensinar os comandantes de manobras sobre as capacidades do *Avenger* para melhorar as operações:

Durantes as patrulhas de combate noturnas, o *Avenger* é principalmente designado aos papéis de vigilância atenta ou de apoio de fogos. Com o *FLIR* [sistema óptico de radar infravermelho de visada dianteira] aprimorado, é a melhor visão noturna disponível para uma força-tarefa (FT) de infantaria leve. Ensinamos os comandantes de FT sobre a capacidade incrível que a metralhadora calibre .50 *M3P* — quando combinada com o *FLIR* e a torre de 360° — traz ao combate. O cano mais comprido da *M3P* proporciona alcance maior, e militares podem dispará-la embarcados na plataforma *Avenger* proveniente de uma posição remota. Com o [seu] sistema avançado de aquisição de alvos, as capacidades combinadas da *M3P* são superiores à metralhadora calibre .50 *M-2* da Infantaria. Ressaltar a capacidade do *Avenger* à liderança da força-tarefa melhorou muito a contribuição do nosso pelotão ao êxito da FT³².

As brigadas de combate consistem em uma ampla gama de capacitadores de combate orgânicos de virtualmente todas as Armas do Exército, com exceção da Defesa Antiaérea. Contudo, a visão do Exército para as Manobras da Força 2025 oferece uma oportunidade de resolver os problemas por meio de antecipar um aumento de capacidades da brigada de combate do futuro, inclusive medidas contra antiacesso/negação de área (*A2/AD*, na sigla em inglês)³³.

A próxima geração da brigada de combate deve integrar uma bateria modernizada do *Avenger*, configurada para combinar com a estrutura de cada unidade — a qual capacitaria a brigada de combate a enfrentar o *A2/AD*, ao mesmo tempo que mantém vantagens de combate singulares. As brigadas de combate pesadas devem possuir uma bateria *Bradley* ou *Avenger* montada acima de veículos táticos médios para derrotar as ameaças aéreas enquanto continuam a operar com "choque e velocidade"³⁴. As brigadas de combate de infantaria terão uma bateria *Avenger* acima de viaturas de proteção contra emboscadas e de resistência às minas para eliminar as ameaças aéreas enquanto atuam no seu ambiente ideal: o terreno



Um militar do 44º Regimento de Artilharia Antiaérea mostra um dos primeiros foguetes abatidos com o C-RAM (Antifoguete, Antiartilharia e Antimorteiro), na Base Conjunta Balad, Iraque, 4 Mar 09. O C-RAM pode identificar, rastrear e abater granadas de morteiro e foguetes antes de se detonarem.

(Cb Brian Barbour, 123º Destacamento Móvel de Relações Públicas)

fechado³⁵. Finalmente, as brigadas de combate *Stryker* devem possuir uma bateria *Avenger* montada na família de veículos *Stryker*, para ampliar a sua proteção intencionada e a potência de fogo para enfrentar ameaças aéreas enquanto mantêm "mobilidade tática e operacional"³⁶.

A integração dos meios *Avenger* modernizados capacitaria as brigadas de combate a derrotar a ameaça aérea e, simultaneamente, obter acesso forçado a uma área de operações sem o sacrifício de ímpeto. No espírito de uma análise publicada, em 2011, pelo Gen Ex Robert Cone, então Comandante do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA, as unidades *Avenger* atualizadas capacitariam a "execução habilidosa das manobras de armas combinadas" que "surpreendem o inimigo ao atacar de uma direção e tempo inesperados ou ao empregar poder de combate em formas imprevistas"³⁷.

As formações de *Avenger* têm provado a sua capacidade de adaptar-se em combate, fornecendo defesa antiaérea ao mesmo tempo que apoiam às forças terrestres. Sem a integração dos *Avengers* atualizados na brigada de combate, as unidades de manobras permanecerão expostas de forma desnecessária ao ataque aéreo, em especial devido à rápida e crescente ameaça da tecnologia dos sistemas VANT por todo o mundo, sob o pretexto que os capacitadores da DAAe móvel são configurados para derrotá-los.

Dinheiro e a Modernização

Os argumentos comuns para a eliminação gradual da DAAe móvel foram baseados nos cortes orçamentários militares e na falta de uma missão. Com toda a certeza, o Exército está passando por uma redução em resposta a uma combinação de exigências políticas e do término próximo de duas guerras³⁸. Os recentes cortes orçamentários criaram, sem dúvida, algum atrito entre a estrutura da força tradicional e a modernização das Forças Armadas. No entanto, a história ensina que a Defesa Antiaérea começou a eliminar gradualmente os meios de DAAe móvel já em 2005 — bem antes das drásticas reduções nos gastos militares.

Ironicamente, independente dos desafios fiscais atuais, a estratégia da DAAe introduz a produção do sistema Capacidade de Proteção contra Fogos Indiretos, que teria um custo-benefício muito menor do que a atualização do *Avenger*, que já foi provado em combate. O *Avenger* atualizado excederia as capacidades do sistema de Capacidade de Proteção contra Fogos Indiretos, daria um melhor apoio às forças de manobra, manteria o desdobramento rápido e ficaria disponível à Força com mais rapidez, por uma fração do custo.

A missão da DAAe móvel permanece acoplada com o Exército do futuro. O design da Força do Exército além de 2025 "será mudado de forma fundamental, capacitado de modo singular e organizado para conduzir manobras expedicionárias de forças operacionalmente significativas"³⁹. No passado, as formações de DAAe móvel melhoraram as manobras ao mesmo tempo que diminuíram a exposição à ameaça aérea. O Exército deve equilibrar a execução da estratégia ao inverter a tendência para o desenvolvimento da DAAe fixa às custas do ritmo agressivo de manobras.

A Solução da Defesa Antiaérea

Para estabelecer equilíbrio na estratégia de DAAe, o Exército deve desenvolver uma prioridade e um cronograma para atualizar cada formação *Avenger* dentro do conceito *Avenger* multimissão e

incorporá-las na brigada de combate. Segundo o Gen Bda Rossi, "A Defesa Antiaérea precisa ser incorporada melhor ao esquema de combate das manobras"⁴⁰. Essa abordagem melhoraria mais o aprestamento para o combate, a capacidade e a letalidade das brigadas de combate, enquanto reduz custos. Os relatos históricos sobre as unidades de DAAe fixa fornecem uma base sólida para a projeção da gama completa do poder de combate aumentado que o *Avenger* multimissão traria ao combate.

Imagine um componente de DAAe que poderia enfrentar e derrotar ameaças avançadas como sistemas de VANT, mísseis de cruzeiro, aeronaves de asa fixa e rotativa, foguetes, artilharia e morteiros e, ao mesmo tempo, empregar capacidades como o *FLIR* (equipamento ótico infra-vermelho), uma metralhadora calibre .50 e um canhão de 25mm — tudo com uma torre de 360° — para contribuir às capacidades de manobras terrestres da brigada de combate. O propósito de fornecer essas capacidades aprimoradas faz com que o *Avenger* multimissão incorporado na brigada de combate seja um multiplicador de combate do próximo nível que seria essencial para a agilidade, prontidão e direção do Exército modernizado.

Conclusão

A manobra é uma prioridade fundamental do Exército. Contudo, a defesa antiaérea não é organizada para facilitar o ritmo agressivo das manobras. Com poucas unidades *Avenger* em serviço, e nenhuma delas atualizada disponível, a ameaça aérea inimiga pode, com o tempo, limitar as manobras no campo de batalha e reprimir as forças operacionais. Sem uma capacidade de DAAe móvel modernizada na brigada de combate, o adversário astuto, oportunista e assimetricamente propenso, que o Exército prevê enfrentar no futuro, exporia as forças de combate desnecessariamente a desafios graves e letais, os quais a prudência e o planejamento com bom senso, neste momento, poderiam evitar. ■

O Cap Vince R. Wiggins Jr., do Exército dos EUA, é Comandante da Bateria de Comando e Serviço, da 108a Brigada de Artilharia Antiaérea, no Forte Bragg, Carolina do Norte. É bacharel pela Academia Militar dos EUA e possui o Curso Básico de Defesa Antiaérea para Oficiais e o Curso de Carreira de Capitães de Manobras. Serviu no Afeganistão em apoio à Operação Enduring Freedom entre 2010 e 2011.

Referências

Epígrafe. Sun Tzu, *The Art of War*, trad. Lionel Giles (London: Arcturus, 2008), p. 44. Para a versão em português, consulte, Sun Tzu, *a Arte da Guerra*, trad. André da Silva Bueno (São Paulo: Jardim dos Livros Ltda., 2012), p. 50.

1. Robert W. Lyons, "2012 Army Air and Missile Defense Strategy", *Fires: Fires 2020*, (March–April 2013): p. 59-63, acesso em 17 jul. 2015, http://sill-www.army.mil/firesbulletin/2013/Mar-Apr/mar_apr.pdf.
2. Field Manual (FM) 3-01, *U.S. Army Air and Missile Defense Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 15 Apr. 2014), p. 1-3, acesso em 17 ago. 2015, disponível apenas aos órgãos e terceirizados do governo dos EUA por meio de um login em <http://armypubs.army.mil>, "Terminal High Altitude Area Defense (THAAD) ... fornece uma capacidade de engajar e abater mísseis balísticos de curto, médio e longo alcance, dentro e fora da atmosfera. ... o Patriot é um sistema de direção de mísseis com capacidades de longo alcance, de média a alta altura e de todas as condições meteorológicas, projetado para enfrentar mísseis balísticos táticos, mísseis de cruzeiro, foguetes de grande calibre, sistemas VANT e aeronaves de asa fixa e rotativa".
3. Force Management System Web Site (FMSWeb), modified table of organization and equipment (MTOE), acesso em 4 ago 2015, <https://fmsweb.army.mil> (exige um "common access card" [CAC], um cartão inteligente do Departamento de Defesa).
4. FM 3-90.6, *Brigade Combat Team* (Washington, DC: U.S. GPO, September 2010), p. 1-6.
5. O Gen Bda John G. Rossi, parafrazeado e citado in David Vergun, "Air, Missile Defense Effectiveness Transcends Materiel Solutions", website do Exército dos EUA, 13 Feb. 2015, acesso em 17 jul. 2015, <http://www.army.mil/article/142901>.
6. Army Doctrine Reference Publication (ADRP) 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, May 2012), p. 4-7.
7. Raytheon, "Stinger Weapon System", website da empresa Raytheon, acesso em 17 jul. 2015, <http://www.raytheon.com/capabilities/products/stinger>.
8. Air and Missile Defense Directorate, *2012 Air and Missile Defense Strategy*, 2012, p. 21, acesso em 17 July 2015, <https://www.us.army.mil/suite/doc/44668368>. A estratégia da DAAe estabelece uma linha de esforço para identificar um substituto para o *Avenger* antes de 2020 (exige o "CAC", cartão inteligente do Departamento de Defesa).
9. FM 3-01, *U.S. Army Air and Missile Defense Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2014) (exige o "CAC", cartão inteligente do Departamento de Defesa) p. 1-4, "O sistema C-RAM [Antifoguete, Antiartilharia e Antimorteiro] é usado para detectar e destruir foguetes e granadas de morteiro advindos no ar antes de atingirem seus alvos terrestres ou, simplesmente, prover alerta precoce".
10. Air and Missile Defense Directorate, *2012 Air and Missile Defense Strategy*, p. 5.
11. Carl Von Clausewitz, *On War*, ed. e trad. Michael Howard e Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989), p. 370. Para a tradução do inglês para o português deste mesmo livro, consulte, Carl Von Clausewitz, *Da Guerra*, CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle.
12. Stanley L. Davis, "Stripes", *Air Defense Artillery Magazine* (April–June 2005): p. 6, acesso em 17 jul. 2015, http://sill-www.army.mil/ada-online/pb-44/docs/2005/4-6/ADA_MAG%20April-June%202005.pdf.
13. Rick Starkey, "Divisional Air Defense Artillery Units Learn Keys to Survival and Victory in Iraq and Afghanistan", *Air Defense Artillery Magazine* (April–June 2005): p. 12, acesso em 17 jul. 2015, http://sill-www.army.mil/ada-online/pb-44/docs/2005/4-6/ADA_MAG%20April-June%202005.pdf.
14. Scott Dellinger, "Task Force 1-4: 1-4 ADA Soldiers Defend Bagdad International Airport", *Air Defense Artillery Magazine* (April–June 2005): p. 22, acesso em 7 jul. 2015, http://sill-www.army.mil/ada-online/pb-44/docs/2005/4-6/ADA_MAG%20April-June%202005.pdf. O Cap Dellinger comandou a Bateria B, 1º Batalhão da 4ª Artilharia Antiaérea, 1ª Divisão Blindada, no Iraque. Também serviu como instrutor de pequeno grupo na Escola de Artilharia Antiaérea do Exército dos EUA.
15. Air and Missile Defense Directorate, *2012 Air and Missile Defense Strategy*, p. 10. A estratégia DAAe esboça os fins (defender a terra natal, defender a Força, proteger os meios críticos e garantir acesso), métodos e meios.
16. Don Fryc, "Air Defense Artillery: Fires 2020" *Fires: Fires 2020* (July–August 2013): p. 11, acesso em 17 jul. 2015, <http://sill-www.army.mil/firesbulletin/2013/Jul-Aug/July-August.pdf>. O Gen [de uma estrela] Fryc é o antigo Comandante da Artilharia Antiaérea e, também, da Escola de Artilharia Antiaérea do Exército dos EUA.
17. "Air Defense Artillery School/Fort Bliss Updates: Office, Chief of Air Defense Artillery", *Air Defense Artillery* (April–June 2005): p. 44–45.
18. Wes Dohogn, "Airspace Management with SHORAD Integration", in Center for Army Lessons Learned (CALL) Lessons and Best Practices newsletter no. 13-13, *Operations in the Decisive Action Training Environment at the JRTC, Volume I: The Brigade Combat Team*, (Fort Leavenworth, KS: CALL, May 2013): p. 115 (exige o "CAC", cartão inteligente do Departamento de Defesa).
19. "UAS: RQ-11B Raven", website da AeroVironment Incorporated, acesso em 17 jul. 2015, http://www.avinc.com/uas/small_uas/raven.
20. Jeremy M. Phillips, "Training for the Enemy UAV Threat", *Infantry* (May–June 2013): p. 47, acesso em 17 jul. 2015, <http://www.benning.army.mil/infantry/magazine/issues/2013/May-June/pdfs/May-June.pdf>.
21. FM 3-01, *U.S. Army Air and Missile Defense Operations*, p. 5-1.
22. Shirley Dismuke, "The 2013 State of Fires," *Fires: Fires 2020* (July–August 2013): p. 14.
23. Wes Dohogn, "Airspace Management with SHORAD Integration", p. 120.
24. *Ibid.*, p. 117.
25. John M. McHugh e Raymond T. Odierno, *U.S. Army Posture Statement 2015, submitted to the Committees and Subcommittees of the United States Senate and the United States House of Representatives*, March 2015, 25, acesso em 4 ago. 2015, <http://usarmy>.

vo.llnwd.net/e2/rv5_downloads/aps/aps_2015.pdf.

26. Boeing Defense, Space, & Security, "Background: Avenger Derivatives", June 2013, acesso em 31 ago. 2015, http://www.boeing.com/assets/pdf/defense-space/space/avenger/docs/Avenger_overview.pdf.

27. Ibid.

28. "Accelerated Improved Interceptor Initiative (AI3)", website da empresa Raytheon, acesso em 17 jul. 2015, <http://www.raytheon.com/capabilities/products/ai3/>.

29. News Release, "US Army, Raytheon Achieve First Inflight Lethal Intercept of Low Quadrant Elevation Rocket", website da empresa Raytheon, 19 August 2013, acesso em 17 jul. 2015, <http://investor.raytheon.com/phoenix.zhtml?c=84193&p=irol-newsArticle&ID=1848385&highlight=>.

30. Program Executive Office Missiles and Space, "IFPC Inc 2-1" (Public Release Capability Briefing, Redstone Arsenal, AL, 2013), p. 1-6, acesso em 17 jul. 2015, http://www.msl.army.mil/Documents/Briefings/CMDS/CMDS%20Public%20Release%20Brief_27%20Aug%202013_IFPC%20Inc%202-1.pdf.

31. Ibid. O Program Executive Office Missiles and Space divulgou mais um relatório geral sobre o programa IFPC Increment 2-Intercept Block 1, em 1 Apr. 2014, acesso em 17 jul. 2015, http://www.msl.army.mil/Documents/Briefings/CMDS/CMDS%20SS%20198%20IFPC%20Inc%202-1%20Product%20Overview_25%20Mar%202014.pdf. Consulte, também, Aviation and Missile Research Development Engineering Center (AMRDEC), "Multi-mission launcher preliminary design review successful", www.army.mil, 16 Jul. 2015, acesso em 31 ago. 2015, http://www.army.mil/article/152399/Multi_Mission_Launcher_Preliminary_Design_Review_successful/?from=RSS.

32. Winston M. Marbella e Benjamin Quesada, "A Maneuver

Air and Missile Defense Battery Adapts to Ground Combat in Iraq: Tropic Lightning Air Defenders Learn to Fight, Survive and Win in the Contemporary Operational Environment", *Air Defense Artillery* (April-June 2005): p. 32.

33. U.S. Army Capabilities Integration Center, *Force 2025 Maneuvers*, White Paper (23 Jan. 2014), p. 2, acesso em 17 jul. 2015, http://www.arc.army.mil/app_Documents/USArmy_WhitePaper_Force-2025-Maneuvers_23JAN2014.pdf.

34. "Medium Tactical Vehicles", website da Oshkosh Defense LLC, acesso em 17 jul. 2015, <http://oshkoshdefense.com/products/medium-tactical-vehicles/>.

35. FM 3-90.6, Brigade Combat Team, 1-10; "Mine Resistant Ambush Protected (MRAP)", website da Oshkosh Defense LLC, acesso em 17 jul. 2015, <http://oshkoshdefense.com/products/mine-resistant-ambush-protected-mrap/>.

36. "Stryker Family of Vehicles", website do Program Executive Office Ground Combat Systems, acesso em 17 jul. 2015, <http://www.peogcs.army.mil/documents/FMS-Stryker.pdf>.

37. Robert W. Cone, "Shaping the Army of 2020", *Army*, October 2011, p. 72, acesso em 17 jul. 2015, http://www.ausa.org/publications/armymagazine/archive/2011/10/documents/cone_1011.pdf.

38. Nick Simeone, "Hagel Outlines Budget Reducing Troop Strength, Force Structure", website da Department of Defense News, 24 Feb. 2014, acesso em 17 jul. 2015, <http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=121703>.

39. U.S. Army Capabilities Integration Center, *Army Vision—Force 2025*, White Paper (23 Jan. 2014), p. 2, acesso em 27 ago. 2015, http://www.arc.army.mil/app_Documents/USArmy_WhitePaper_Army-Vision-Force-2025_23JAN2014.pdf.

40. David Vergun, "Air, Missile Defense Effectiveness".



Militares designados ao 2/1º Regimento de Cavalaria Blindada, avançam com cautela em uma área de casamata conforme conduzem uma incursão no Complexo de Armas Hateen, em Babil, Iraque, 26 Mar 05. A incursão foi coordenada para interromper os refúgios insurgentes e limpar *cachés* de armas na área de operações.

(Marinha dos EUA/ Suboficial Edward Martens)

A Leve e a Pesada

Como Adaptar a Arma de Cavalaria para as Exigências da Força 2025 e Além

1º Ten Matthew J. McGoffin, Exército dos EUA

O maior perigo aparece no momento da vitória.

—Napoleão Bonaparte

O livro branco que declara a visão mais atualizada da *Força 2025* delinea três principais linhas de esforço: Primeiro, o *emprego da força* é definido como “As forças do Exército, em 2025,

conduzindo operações descentralizadas, distribuídas e integradas para evitar, formar e vencer por meio do uso de capacidades ágeis, responsivas e inovadoras das armas combinadas e das forças de Operações Especiais”¹. Segundo, a *ciência, a tecnologia e a otimização do desempenho humano* se concentram na capacitação de unidades combatentes efetivas por meio da aplicação eficaz e

eficiente da ciência e da tecnologia². Terceiro, o *design da Força* desenvolve e valida novos conceitos operacionais e organizacionais para que o Exército possa realizar as suas missões³.

Seriam essas linhas de esforço suficientes para preparar o Exército para lidar com as ameaças em 2025 e além? Da perspectiva da guerra de mobilidade, esse artigo recomenda que essas linhas de esforço sejam avaliadas com mais profundidade para determinar a suficiência, no contexto de ameaças emergentes, com as quais os regimentos de cavalaria serão solicitados a lidar. Considere essa perspectiva alternativa sobre as operações do Exército conduzidas durante as últimas décadas: nosso êxito na [Operação] *Desert Storm*, embora fosse notável, de fato se tornou a sentença de morte para as batalhas de posições fixas, de grande escala. O resultado das cem horas de combate terrestre não apenas provou ao mundo nossa capacidade de absolutamente superar nosso inimigo em uma luta convencional, mas também ressaltou aos nossos inimigos a necessidade de adaptar as suas forças para evitar tal conflito no futuro — o que eles têm feito.

A nossa experiência durante a *Desert Storm* nos tranquilizou e nos levou à acomodação e à desconsideração da natureza adaptável dos nossos inimigos. Isso ficou evidente conforme nossos sucessos iniciais na invasão do Iraque em 2003 (com planejamento baseado principalmente nas premissas retiradas da *Desert Storm*) provaram, na realidade, não ser uma vitória, mas sim um

grande fracasso ao não antecipar a ameaça principal — a insurgência que logo se seguiu.

A consequência do ambiente de segurança transformado após a Operação *Iraqi Freedom* (OIF) e a Operação *Enduring Freedom* é que as competências centrais do Exército dos EUA são agora, e devem continuar a ser, baseadas na guerra assimétrica para que possam lidar com as ameaças futuras mais prováveis. O conflito convencional foi redefinido porque nossos inimigos prospectivos reconheceram que não podem enfrentar e lutar contra as forças dos EUA em um combate de posições fixas. Igualmente importante, nossos inimigos deduziram que não há necessidade de igualar nossa enorme despesa em programas de defesa, considerando que podem combater efetivamente em outro nível, explorando os nossos pontos fracos. Um artigo da American Forces Press Service relata que o Gen Ex Martin Dempsey, ex-Comandante do Exército dos EUA, disse no final de 2013 que “o risco do conflito Estado-contra-Estado *declinou*, [itálico acrescentado] ... mas devido à proliferação global da tecnologia, a capacidade dos atores não estatais de travar a guerra para prejudicar ou destruir *nunca foi tão grande* [itálico acrescentado]”⁴.

O livro *Out of the Mountains: The Coming of Age of the Urban Guerrilla* (“Saído das Montanhas: a Futura Era da Guerrilha Urbana”, em tradução livre), de David Kilcullen, descreve como uma combinação da globalização, da urbanização, da proliferação de armas e dos Estados fracassados irão contribuir para os conflitos



Militares da 1ª Brigada de Combate, 1ª Divisão de Cavalaria, manobram carros de combate *M1 Abrams* no Centro Nacional de Treinamento, no Forte Irwin, durante um exercício de ação decisiva, 15 Fev 14.

(Exército dos EUA/ Cb Randis Monroe, Gabinete de Relações Públicas do Centro Nacional de Treinamento)

travados dentro de cidades contra um inimigo bem financiado, de astúcia tecnológica, e que pode rapidamente se adaptar à medida necessária para lidar com as nossas táticas, técnicas e procedimentos com a ajuda de material e tecnologia comercial de prateleira⁵. Segundo o Manual de Campanha 2-91.4, *O Apoio de Inteligência para as Operações Urbanas* (FM 2-91.4, *Intelligence Support to Urban Operations*), esses inimigos “podem considerar [o conflito urbano] como a sua melhor chance de neutralizar as vantagens tecnológicas e de poder de fogo dos oponentes modernos”⁶. O Centro de Pesquisa da Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço (NASA), em Langley, confirma essa ideia, segundo uma apresentação de *slides*, do cientista-chefe Dennis Bushnell, que declara que “o combate se tornará cada vez mais robótico e provavelmente de preços mais acessíveis, [e] é uma realidade admitida que serão *colmeias* de sensores/atiradores”⁷. É necessário apenas considerar os sucessos da Rússia, com a guerra híbrida na Ucrânia e na Geórgia — combinando as operações de informações de dissimulação com as operações especiais e das forças paramilitares —, ou dos sucessos semelhantes do Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS, na sigla em inglês), com o seu emprego de *colmeias* contra forças tradicionais no Iraque e na Síria, para se observar exemplos de ameaças vindouras.

Modificando o Papel da Cavalaria

Como o ambiente de segurança se transformou, o requisito principal do regimento de Cavalaria também se modificou: de destruição em massa dos meios tradicionais de reconhecimento do inimigo, para o fornecimento eficaz de reconhecimento, observação e seleção de alvos. Isso proporciona ao comandante superior das forças terrestres uma melhor oportunidade para: avaliar os ambientes culturais, as ameaças e as oportunidades; complementar as forças de operações especiais; e neutralizar o inimigo. Melhorar as capacidades dos nossos regimentos para satisfazer essa exigência não é tão simples quanto acrescentar uma nova arma, sistema de pontaria ou veículo; em vez disso, torna-se necessário introduzir mudanças fundamentais à estrutura e ao emprego das forças de Cavalaria.

A Adaptação da Estrutura

Vários profissionais de Cavalaria já escreveram sobre esse assunto, inclusive os Capitães Joshua Suthoff e Michael Culler. Em seu excelente artigo “Ideas on

Cavalaria” (“Ideias sobre a Cavalaria”, em tradução livre), eles escreveram: “Se a cavalaria for ser preservada, as ideias para manter a Arma relevante não podem ser descartadas como perigosas ou fora das nossas capacidades”⁸. Eu acrescento, dizendo que, primeiro, devemos adaptar nossa estrutura, reconhecendo que o Exército de 2025 e além terá várias exigências para os regimentos de Cavalaria.

O primeiro requisito para as forças de reconhecimento leves e descentralizadas é melhor tipificado pelo crescente emprego de operadores especiais pelo Exército, combinado com plataformas não tripuladas e estratégicas, em papéis especiais de reconhecimento em segurança de área ampla. A segunda exigência, desenvolvida com base em experiências passadas, recomenda uma força expedicionária de manobras das armas combinadas que provavelmente enfrentará blindados inimigos nas incursões iniciais nos países estrangeiros. Reconhecer que cada uma das formações atuais dos regimentos de cavalaria se destaca em certas áreas, o cumprimento dessas duas missões exige a harmonia e o aperfeiçoamento das nossas capacidades existentes. Embora outros tenham escrito sobre a necessidade de reconhecer os fatos estruturais atuais usados em campanha e mudar a Arma de Blindados para a Arma de Cavalaria, eu proponho mais uma coisa, dividir a nova força de Cavalaria em partes leve e pesada, com as características distintas mencionadas abaixo⁹:

A Cavalaria Leve —

- ◆ inclui a brigada de combate de infantaria atual, a brigada de combate *Stryker* (SBCT, na sigla em inglês) e os remanescentes regimentos de cavalaria de brigada de vigilância do campo de batalha;
- ◆ desempenha reconhecimento, vigilância e seleção de alvos, e assim provendo segurança;
- ◆ melhora a capacidade para a destacamento descentralizado de nível pelotão para baixo a outras formações, principalmente da Infantaria;
- ◆ é provida com veículos para qualquer tipo de terreno, com sensores complementares e tecnologia de pontaria, que lhes permitam atuar efetivamente, empregando grupos de combate e equipes descentralizados; e
- ◆ conduz instrução militar que inclui o Curso de Comandantes de Reconhecimento e de Observação, o Curso de Reconhecimento do Exército, a Escola de Assalto Realizado por Unidades Aeromóveis, a Escola

de Destacamento Precursor, o Curso de Observador de Fogos Conjuntos, a Escola de Atirador de Elite e o Curso de Rastreador de Combate.

A cavalaria pesada —

- ◆ inclui tripulantes atuais de carros de combate e de reconhecimento blindado das brigadas de combate blindadas (ABCT, da sigla em inglês);
- ◆ desempenha tarefas ofensivas e defensivas e fornece reconhecimento avançado e funções tradicionais de segurança para a força de manobras de armas combinadas;
- ◆ atua como equipes de caça e destruição orientadas ofensivamente, devido a uma combinação de formações de carros de combate e de reconhecimento blindado; e
- ◆ conduz instrução militar que inclui o Curso de Atirador-Mestre e o Curso de Reconhecimento do Exército.

Essa proposta de divisão em unidades leves e pesadas, que incluiria qualificações militares independentes para cada tipo de Cavalaria, mas apenas um campo de controle para oficiais da Arma, se baseia em duas premissas:

- ◆ (1) Uma força de Cavalaria bem definida, equipada e adestrada responde mais efetivamente contra inimigos adaptáveis e inovadores.
- ◆ (2) A mentalidade, a instrução e a experiência necessárias para militares das formações leves e pesadas de Cavalaria se diferenciam amplamente, um fato que só vai aumentar com a chegada de novas tecnologias e de diferentes exigências de missão, a partir de agora.

A separação das qualificações militares em dois elementos permitirá a retenção de pessoal bem treinado e o conhecimento organizacional. Além disso, evitará a curva de aprendizado muito pronunciada e a dificuldade em entender o emprego, fato este que acompanha muitas vezes o militar que faz transição de um tipo de especialização para outro.

Com a separação estabelecida dos tipos especializados de Cavalaria, precisamos de mais do que apenas a mudança estrutural, mas também necessitamos mudar o “como” lutamos.

Adaptar o Emprego

Além de adaptar a estrutura das unidades de Cavalaria, o Exército precisa modificar a forma como as emprega. Seguem várias recomendações sobre o emprego da Cavalaria Leve e Pesada.

A Cavalaria Leve descentralizada. Em suas configurações atuais, nossos regimentos de Cavalaria Leve possuem uma

multidão de problemas bem documentados, resumida em uma única questão oferecida por Suthoff e Culler: “O que torna um regimento de Cavalaria diferente do associado batalhão de Infantaria dentro de uma IBCT (brigada de combate de infantaria) ou de uma SBCT (*Stryker*) além de uma reduzida tabela modificada de organização e de equipamento?”¹⁰

Da forma como nossa Força se encontra atualmente, a recente história dos regimentos de Cavalaria mostra que são empregados de outras formas, além de meios de reconhecimento. Em vez disso, têm sido considerados formações equipadas similarmente, menos capazes e ocupantes de terreno que parecem redundantes ao lado da Infantaria, dentro do contexto da segurança de área ampla e do combate assimétrico. À luz desse ambiente atual, nossa Força precisa adaptar-se ou vai perecer. Ao invés de competir contra a Infantaria por um propósito, a Cavalaria deve complementar a outra ao acrescentar valor singular junto com, e ao lado, das formações de Infantaria — da mesma forma como atuava no passado.

Infelizmente, parece haver uma falta de sincronização de esforço e de comunicação das tarefas e dos propósitos entre os regimentos de Cavalaria e as unidades de manobras baseadas na Infantaria. Nossos regimentos não são formados para a descentralização. De fato, a convicção geral tende a ir na direção oposta, consolidando mais meios orgânicos dentro do regimento de Cavalaria Leve e fazendo com que seja uma fraca força de manobra (em comparação com a Infantaria).

Em vez de consolidar uma superabundância de meios dentro dessas formações leves, devemos nos concentrar em nossas competências centrais de reconhecimento e de vigilância e adaptar esses regimentos, removendo meios — ou seja, que sejam capazes de operar como elementos descentralizados. Devem ser adestrados, equipados e facultados para destacamento nos níveis pelotão, grupo de combate e equipe, de acordo com a visão do Exército para a Força 2015 e os ambientes futuros da guerra assimétrica. Devemos cumprir isso pela simples razão de que as crescentes ameaças híbridas e de colmeia exigem uma resposta orientada ao propósito.

Conforme os inimigos futuros tornarem-se progressivamente mais urbanizados, dispersados e conectados em redes, precisamos avaliar como nossos regimentos de Cavalaria continuarão a prover o máximo valor ao Exército. Deve-se considerar que os institutos de pesquisa, os blogs militares e a visão estratégica do nosso Exército sobre a Força 2025 têm ressaltado a importância

das capacidades das operações especiais e da descentralização. Para esse efeito, temos um meio não utilizado como os batedores da tropa de Cavalaria e, também, do regimento de Cavalaria Leve, especialmente considerando que “um inimigo assimétrico exige batedores capazes de conduzir um reconhecimento *desembarcado, em pequenas equipes*, [itálico acrescentado] para serem efetivos”¹¹.

Os requisitos modulares exigem uma Cavalaria flexível.

Quando destacado do seu regimento-sede e trabalhando dentro das formações de Infantaria, as pequenas equipes de batedores com capacidades técnicas e treinamento específico podem agir como nódulos de informação em uma área operacional urbana, fornecendo dados atualizados e informações sobre os alvos, por meio de reconhecimento e observação de acesso aproximado. Essas equipes podem trabalhar com uma capacidade de reconhecimento e observação como “caçadores”, apoiando os “destruidores” da infantaria, ou eles podem preencher uma função de segurança semelhante à metodologia bem-sucedida das pequenas unidades de destruidores da Operação *Iraqi Freedom*, onde pequenas equipes de emboscada visavam as células de colocação de dispositivos explosivos improvisados dentro de áreas urbanas e ao longo das rotas logísticas principais¹². Se fossem empregadas de forma ativa ou passiva, essas equipes descentralizadas seriam profissionalizadas por meio de cursos em escolas, como o Curso de Comandantes de Reconhecimento e de Observação. Podem tornar-se especialistas no combate aproximado e na coberta, aproveitando — ao contrário de simplesmente fingir aproveitar — as lições do Iraque e do Afeganistão para conduzir a infiltração e a exfiltração dissimulada quando destacados às unidades de Infantaria, executando operações como cerco e vasculhamento. Essas equipes então seriam muito mais efetivas quando complementadas com tecnologias emergentes.



Conceito de artista do novo Ground-X Vehicle (GXV-T)

(Cortesia da DARPA)

A Força 2025 descreve a ciência e a tecnologia — em particular os materiais disponíveis em prateleira — como integrantes para o futuro do combate. Isso é um bom augúrio para nossos regimentos de Cavalaria porque, como especialistas em missões de reconhecimento no Exército,

eles estão posicionados singularmente para demandar essas capacidades e não simplesmente esperar e ver quais tecnologias serão desenvolvidas em outros setores e passadas para o seu nível. Os sensores baratos e onipresentes podem revolucionar o emprego da Cavalaria Leve, conforme expandem amplamente a profundidade potencial do reconhecimento, da vigilância e a área de cobertura, especialmente quando

combinados com uma estrutura de pequenas unidades de batedores descentralizadas.

Esses grupos seriam equipados e adestrados para empregar os sensores disponíveis atualmente, como os sistemas Close-Access Target Reconnaissance (Reconhecimento de Alvo de Acesso Aproximado, em tradução livre) e Unattended Ground Sensor (Sensor Terrestre Autônomo, em tradução livre)¹³. Esses são dispositivos que capacitam a identificação, o rastreamento e a localização de alvos — em particular, mas não exclusivamente, em ambientes urbanos — e aumentam, de forma fácil e relativamente barata, as capacidades para a coleta de informações para toda a formação de combate. Os grupos seriam equipados, também, com sistemas de aquisição de alvos móveis atualmente disponíveis, como os binóculos de localização de distância VECTOR que, quando combinados com um receptor do sistema de posicionamento global (GPS), permitem que o operador gere quadriculados de localização de alvos com tanta precisão quanto, e com muito mais liberdade de emprego do que, o Long-Range Advance Scout Surveillance System — LRAS3 (Sistema Avançado de Observação de Longa Alcance, em tradução livre), que é pesado e de difícil manejo, em alcances comuns nos ambientes urbanos¹⁴.

Essas tecnologias são ensinadas atualmente nas escolas militares, mas ainda não estão designadas a todas as

tabelas modificadas de organização e de equipamento dos regimentos de Cavalaria no papel de esclarecedor. Como o Ten Cel Eric Lowry escreveu em um artigo, de 2014, “Dez anos de guerra no Oriente Médio, lutando contra um inimigo que pode se misturar bem entre o povo, já demonstrou a necessidade para uma capacidade mais eficiente de encontrar e identificar o inimigo de forma positiva. A identificação e a destruição das redes de apoio do inimigo ... [é um] aspecto essencial que apoia ao Exército de 2020”¹⁵.

Os sensores mencionados anteriormente e outras tecnologias de observação não tripuladas são exemplos das capacidades disponíveis que permitirão que os destacamentos dos regimentos de Cavalaria Leve identifiquem e visem mais efetivamente essas redes inimigas. Além disso, aprimorariam, em grande medida, a capacidade da unidade de Cavalaria de cumprir os requisitos de informações em ambientes futuros da guerra assimétrica.

Os regimentos de Cavalaria do futuro. O regimento de Cavalaria Leve ideal do futuro seria preparado para atuar de modo descentralizado, colocando destacamentos de equipes de facilitadores de reconhecimento em unidades de Infantaria relativamente fortes. Essa recomendação se encaixa bem no modelo de forças alinhadas regionalmente e de desdobramentos de pequenas unidades para a defesa interna em países no exterior. As equipes e grupos de batedores de Cavalaria Leve equipados com sistemas de controle de observação e viaturas leves especializadas — como por exemplo, talvez, o veículo QT (qualquer terreno) tático leve atualmente empregado por certas unidades aeroterrestres, ou mais no futuro, o proposto Ground X Vehicle (“Veículo Terrestre X”) da Defense Advanced Research Projects Agency — pode acrescentar valor singular às companhias de Infantaria, como atualmente fornecido pelas muitas cobiçadas equipes de atiradores de elite¹⁶. Essas equipes, em vez de simplesmente operar um LRAS3 (tipicamente usado em um veículo da Infantaria como o *Stryker* ou viaturas de proteção contra emboscadas e de resistência às minas [*MRAP*, na sigla em inglês]), incluiriam pessoas qualificadas como observadores conjuntos de fogos, com o Curso de Reconhecimento do Exército, na Escola de Destacamento Precursor e nas Escolas de Assalto Realizado por Unidades Aeromóveis. Com veículos leves e a tecnologia emergente, essas equipes podem prover uma capacidade além dos meios da Infantaria. Em vez de consumir passivamente as informações de sensores por

meio de terminais de visada, essas equipes podem usar sistemas de controle de plataforma não tripulados e de sensores para aumentar a cobertura de reconhecimento e produzir observação complementar.

Com uma nova tabela modificada de organização e de equipamento, nossos regimentos de Cavalaria Leve podem adestrar e preparar essas equipes junto com outros meios de coleta de informações, como o pelotão de observação aérea não tripulada, uma equipe de inteligência humana e intérpretes — todos disponíveis para serem destacados às companhias de infantaria. No entanto, nossas formações leves atuais tendem a ser demasiadamente empregadas de forma contígua e pesada para atuarem ao longo dessas linhas. A descentralização dos regimentos de Cavalaria Leve permitiria que as capacidades de treinamento e de tecnologia acima mencionadas fossem distribuídas por toda a força de manobras, ao invés de serem concentradas dentro de uma formação. Enquanto isso, o Exército de 2025 também exige uma capacidade de manobras das armas combinadas — uma que é melhor fornecida pela Cavalaria Pesada.

A Cavalaria Pesada das armas combinadas. Os atuais regimentos de cavalaria equipados para prover capacidades de combate blindadas incluem os regimentos orgânicos das brigadas de combate blindadas e as *Stryker Brigade*. Contudo, o regimento orgânico da cavalaria de brigada de combate *Stryker* é mais leve, sendo menos efetivo nesse papel por várias razões. Primeiro, como a experiência prática tem mostrado, a função desse regimento no exercício do reconhecimento à distância como a ponta de lança para as brigadas de combate *Stryker* e as brigadas de combate blindadas suplementares, não sobrevive ao primeiro contato com inimigos de padrão comum. Empregados em vários tipos de terreno, o canhão e os sistemas de direção de mísseis anticarro de até um pequeno número de sistemas soviéticos remanescentes, como a viatura de combate de Infantaria BMP-2, contêm alcance e poder de fogo suficientes para desgastar um regimento inteiro de Cavalaria *Stryker* e, assim, diminuir o ritmo operacional das forças blindadas suplementares.

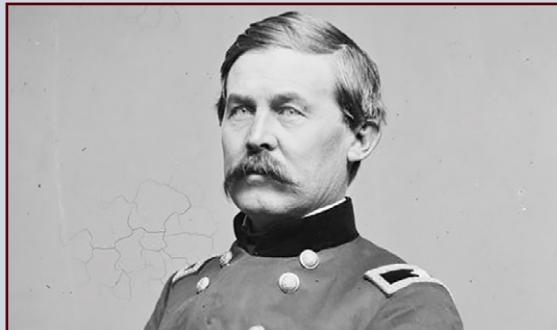
Esse dilema sobre o emprego faz lembrar a invalidação semelhante do conceito de tropas de reconhecimento de brigada antes da Operação *Iraqi Freedom*, quando os batedores de Cavalaria Leve equipados com veículos militares multitarefas de alta mobilidade (high-mobility multipurpose wheeled vehicle — HMMWV, ou

simplesmente o “Humvee”) não conseguiram manter o ritmo operacional da brigada de combate pesada devido às baixas inaceitáveis¹⁷. Segundo, essa falta de capacidade de sobrevivência da Cavalaria *Stryker* junto com a ausência de fortes capacidades de manutenção orgânica ou de ressurgimento de combustível — como as fornecidas por uma companhia de apoio avançada — faz com que seja improvável que a formação consiga manter o ritmo operacional em um combate futuro de entrada forçada.

Seria muito mais efetivo estabelecer prioridades não ambíguas, integrar essa força funcional de Cavalaria Leve em missões de segurança de área ampla e dispersa e empregar mais brigadas de combate blindadas pesadas em missões de caça e destruição na vanguarda. Dessa forma, os batedores de Cavalaria equipados com *Bradleys* e os tripulantes de carros de combate da brigada de combate blindada adotariam, juntos, o único papel de Cavalaria Pesada.

Dentro da Cavalaria Pesada, o desenvolvimento e o emprego efetivos da força exigem preparação específica dentro de uma típica lista de tarefas essenciais para a missão que se concentra na defesa e na ofensiva. No entanto, uma década de emprego geral significa que as preparações para as missões de ação decisiva de grande escala têm sofrido. Além disso, como observado pelo *Sergeant Major* [praça mais antiga no Exército — N. do T.] (da Reserva) Derek McCrea, “a prioridade da brigada de combate blindada ao longo da última década não incluía treinamento repetitivo e tradicional de pontaria, manutenção e manobras devido aos desdobramentos consecutivos em veículos não padrões (viaturas de proteção contra emboscadas e de resistência às minas, etc.)”¹⁸. Ao turvar as águas entre a Cavalaria Leve e a Pesada, temos criado formações amplamente concentradas e menos proficientes tecnicamente. Para formar e manter uma mentalidade de Cavalaria Pesada concentrada nas características da ofensiva — surpresa, concentração, audácia e ritmo — precisamos, necessariamente, empregar os regimentos de Cavalaria Leve e Pesada em papéis específicos para a sua composição e competências centrais. Nosso problema, reforçado pela doutrina atual, é que temos a tendência de assumir que as capacidades são praticamente as mesmas, através todos os tipos de regimentos de Cavalaria.

Como visto na tabela na página 86, os perfis atuais de missão dos regimentos de Cavalaria não se diferenciam entre a maioria das várias formações compostas de forma



Retrato do Gen [de uma estrela] John Buford (Gen Bda a partir de 01 Jul 1863), oficial do Exército da União

(Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

O Papel Decisivo da Cavalaria na Batalha de Gettysburg

A 1ª Divisão de Cavalaria do Exército da União nos proporciona um exemplo clássico do emprego eficaz da Cavalaria quando cumpriu de forma bem-sucedida missões tradicionais durante a Batalha de Gettysburg. Em meados de junho, de 1863, o Comandante de Divisão, Gen [de uma estrela] John Buford foi designado para encontrar, impedir e coletar informações sobre o Exército Confederado, liderado pelo Gen Ex Robert E. Lee.

As forças confederadas tinham passado ao norte da fronteira do Estado da Pensilvânia, mas a sua localização foi desconhecida. No entanto, em 30 de junho de 1863, cavaleiros da força de Buford descobriram a vanguarda do exército de Lee, a oeste da pequena cidade de Gettysburg, na Pensilvânia. Buford relatou isso imediatamente por meio de mensageiro ao comandante superior da área, o Gen Bda John Reynolds, que determinou que o grosso das forças da União começasse a mover-se rapidamente para Gettysburg. Nesse meio tempo, ordenou que a sua força de aproximadamente 3.000 cavaleiros ocupassem o terreno elevado acima das entradas da cidade, antes das forças confederadas. Inicialmente, a Cavalaria de Buford, lutando como Infantaria Leve, forçou o Exército de Lee a desdobrar-se prematuramente em formações de combate, antes de concentrar-se completamente. Isso ajudou, de forma bem-sucedida, a adiar o progresso do exército confederado até que o complemento integral das forças da União chegasse, sob o comandante superior Gen Bda George Meade. Subsequentemente, a Cavalaria de Buford conduziu implacáveis missões de reconhecimento montadas que forneceu aos chefes superiores da União informações precisas e detalhadas sobre os movimentos e formações dos confederados.

Muitos historiadores consideram as ações da Cavalaria de Buford no início do engajamento como, talvez, o fator singular mais importante que formasse a situação e capacitasse o Exército da União a vencer a Batalha de Gettysburg. Apesar do decorrer dos anos e de grandes avanços em equipamentos e tecnologia, é fácil visualizar como a Cavalaria, tanto a Leve quanto a Pesada, pode exercer um papel central nos engajamentos travados sob as condições dos ambientes operacionais atuais.

Tipo de Regimento	Blindado Regimento de Cavalaria de Brigada de Combate	Stryker Re- gimento de Cavalaria de Brigada de Combate	Infantaria Regimento de Cavalaria de Brigada de Combate	Brigada de Observação do Campo de Batalha Regimento de Cavalaria
Tarefas de Reconhecimento				
Reconhecimento de Zona	F	F	F	P
Reconhecimento de Área	F	F	F	F
Reconhecimento de Eixo	F	F	F	P
Reconhecimento em Força	P	P	P	X
Tarefas de Segurança				
Varredura	F	F	F	P
Guarda	P	P	P	X
Cobertura	X	X	X	X
Segurança de Área	F	F	F	R
Segurança Local	F	F	F	F
Tarefas Ofensivas				
Ataque	P	P	P	X
Marcha para o Combate	P	P	P	X
Tarefas Defensivas				
Defesa de Área	P	P	P	X
Defesa Móvel	P	P	P	X
Movimento Retrógrado	P	P	P	X
Tarefas de Estabilização				
Segurança Civil	F	F	F	R
Controle Civil	F	F	F	R
Restauração dos Serviços Básicos	R	R	R	R
Apoio ao Governo	R	R	R	R
Apoio ao Desenvolvimento Econômico e de Estrutura	R	R	R	R
Tarefas de Apoio Civil				
Apoio aos Desastres / Ataques Terroristas	A capacidade depende das missões específicas designadas. Dependendo da missão, o regimento talvez precise de reforços.			
Apoio à Manutenção da Ordem Pública				
Outro Apoio				
F-Completamente Capaz	R-Capaz quando reforçado			
P-Capaz quando as capacidades inimigas não arriscam o cumprimento da missão	X-Não capaz			

Matriz das Capacidades dos Regimentos de Cavalaria



Dois militares do 1/61º Regimento de Cavalaria observam a área de cima de uma montanha, com visão do desfiladeiro Towr Gahr, na Província de Nangarhar, Afeganistão, 6 Nov 10. Os dois subiram o monte de mais de 1.200 metros de altura para visitar a aldeia de Gurem, pela primeira vez.

(Sgt Ryan C. Matson/ 210º Destacamento Móvel de Relações Públicas)

diferente, promovendo assim o emprego para os mesmos tipos de missões¹⁹. Em vez disso, podemos melhorar a nossa força ao reconhecer e harmonizar as capacidades e limitações atuais e fazer com que a cavalaria pesada da brigada de combate blindada seja nossa principal *Cavalaria combatente* — uma força de caça e destruição, capaz de ficar engajada de forma decisiva quando necessário e de ser a ponta da lança, em uma luta de entrada forçada em outro país. Ao limpar o terreno de ameaças blindadas, essa força seria seguida por outra brigada de combate *Stryker* ou de Infantaria e as unidades da Cavalaria Leve em um papel principal de segurança de área ampla, com batedores descentralizados obtendo alvos urbanos e de baixa intensidade, coletando informações e esclarecendo a situação para os seus irmãos da Infantaria e da Cavalaria Pesada concentradas na ofensiva.

Conclusão

Seria bom o Exército lembrar os cavaleiros franceses em Agincourt que se montaram altos, com orgulho e confiança, apenas para serem destruídos pelos arcos longos dos ingleses — sobre os quais tinham consciência antes da batalha, mas não consideravam uma ameaça urgente, merecendo reflexão crítica e reformas do

emprego da força. Da mesma forma, a Arma de Cavalaria precisa adaptar-se — em vez de apenas revisitar antigas ideias. Ao mesmo tempo, o Exército precisa adaptar-se, por meio da reconstituição da força, devendo incluir a reforma do emprego da Cavalaria para enfrentar as ameaças principalmente urbanas, descentralizadas e em redes horizontais, de 2025 e além. Para essa finalidade, o Exército precisa reconhecer que a guerra assimétrica não é uma capacidade colateral — é o futuro. Assim, faz-se necessário melhorar a Força, de acordo com duas recomendações: o desenvolvimento de regimentos de Cavalaria Leve especializados e descentralizados, capazes de serem destacados para desempenhar funções de reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos; e o desenvolvimento de regimentos de Cavalaria Pesada de manobras das armas combinadas que sejam adestrados e estruturados para conduzir operações ofensivas e defensivas audaciosas e com funções de reconhecimento e de segurança mais tradicionais, especialmente em situações de entrada forçada. Acima de tudo, devemos lembrar de sermos lógicos taticamente e não limitados doutrinariamente — em resumo, sermos inovadores e não como aqueles cavaleiros franceses em Agincourt. ■

O 1º Ten Matthew J. McGoffin, Exército dos EUA, é o Oficial Administrativo da Companhia de Comando e de Apoio do Batalhão do Comando, da 1ª Divisão de Cavalaria, no Forte Hood, Texas. É bacharel em Geografia pela Academia Militar dos EUA, em West Point, sendo ainda graduado no Curso Básico de Oficiais de Blindados e no Curso de Reconhecimento do Exército, tendo servido anteriormente como Oficial de Informações Táticas e como Comandante de Pelotão de Esclarecedores. Serviu em apoio da Força Multinacional e de Observadores, no Sinai, Egito, e trabalhou como analista do Oriente Médio e da África do Norte para a Agência de Inteligência de Defesa.

Referências

Epígrafe. Herbert Edward Law e Charles Lincoln Rhodes, *Napoleon In His Own Words* (Chicago: A.C. McClurg & Co, 1916), p. 119. A tradução em português foi retirado do site: quemdisse.com.br.

1. Army Capabilities Integration Center (ARCIC), *Army Vision—Force 2025*, white paper (Washington, DC: ARCIC: 23 Jan. 2014), p. 2, acesso em: 13 jul. 2015, http://www.arcic.army.mil/app_Documents/USArmy_WhitePaper_Army-Vision-Force-2025_23JAN2014.pdf, p. 2-3.
2. *Ibid.*, p. 3.
3. *Ibid.*
4. Gen. Martin E. Dempsey, citado in Jim Garamone, "Dempsey: Military Battles Against Fiscal Uncertainty," *American Forces Press Service*, 16 Nov. 2013, acesso em: 13 jul. 2015, <http://www.defense.gov/news>.
5. David Kilcullen, *Out of the Mountains: The Coming Age of the Urban Guerrilla* (New York: Oxford University Press, 1 Jul. 2015), p. 16 e 176.
6. Field Manual (FM) 2-91.4, *Intelligence Support to Urban Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], March 2008), p. vi, distribuição autorizada apenas aos órgãos do governo dos EUA.
7. Dennis M. Bushnell, "Future Strategic Issues/Future Warfare [Circa 2025]" (PowerPoint presentation, National Aeronautics and Space Administration, Langley Research Center, Hampton, VA, 23 May 2001), acesso em 13 jul. 2015, <https://www.metabunk.org/attachments/future-strategic-issues-and-warfare-pdf.3295/>; para informações sobre "colmeias", consulte John Arquilla e David Ronfeldt, *Swarming and the Future of Conflict* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 19 Dec. 2000), acesso em 27 jul. 2015, http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/documented_briefings/2005/RAND_DB311.pdf.
8. Joshua T. Suthoff e Michael J. Culler, "Ideas on Cavalry," *ARMOR* (October–December 2013), p. 64, acesso em 13 jul. 2015, <http://www.benning.army.mil/armor/earmor/>.
9. Nathan A. Jennings, "Cavalry Branch: a Redesignation for the 21st Century," *ARMOR*, (January–February 2014), p. 23, acesso em 13 jul. 2015, http://www.benning.army.mil/armor/earmor/content/issues/2014/JAN_FEB/jennings.html.
10. Suthoff e Culler, "Ideas on Cavalry," p. 62.
11. *Ibid.*, p. 63.
12. Ken Segelhorst, "Small-Unit Kill Teams," *ARMOR*

(January–February 2008), p. 26-33.

13. Para informações sobre o sistema Close-Access Target Reconnaissance, consulte Eric Lowry, "Tagging, Tracking, and Locating: Intelligence-Gathering in Support of Army 2020," *ARMOR* (March–June 2014), acesso em 14 jul. 2015, http://www.benning.army.mil/armor/eARMOR/content/issues/2014/MAR_JUN/Lowry.html; para informações sobre o sistema Unattended Ground Sensor, consulte Defense Update, "Unattended Ground Sensors," *International Online Defense Magazine*, 2006(1), acesso em 24 ago. 2015, <http://defense-update.com/features/du-1-06/feature-ugs.htm>.

14. Para informações sobre os binóculos de localização de distância VECTOR, consulte "VECTOR 21: The Typical Forward Observer Device," Vectronix website, acesso em 24 ago. 2015, <http://www.vectronix.us/handhelds/rangefinders-day/binocular/vector-21>; for informações sobre o Long Range Scout Surveillance System, consulte Michel Jones e Christopher Wagner, "Long Range Scout Surveillance System (LRAS3)," *ARMOR* (November–December 1998), p. 22–24, acesso em 24 ago. 2015, http://www.benning.army.mil/armor/eARMOR/content/issues/1998/NOV_DEC/Armor-NovemberDecember1998web.pdf.

15. Lowry, "Tagging, Tracking, and Locating," p. 71.

16. Para informações sobre o veículo QT (qualquer terreno) tático leve, consulte Jason Hull, "New Equipment Makes Global Response Force More Mobile, Lethal," *Army.mil* website, 30 Oct. 2014, acesso em 24 ago. 2015, http://www.army.mil/article/137311/New_equipment_makes_Global_Response_Force_more_mobile_lethal/; para informações sobre o Ground X Vehicle, consulte Defense Advanced Research Projects Agency, "New Ground X-Vehicle Technology (GXV-T) Program Aims to Break the 'More Armor' Paradigm for Protection," DARPA website, 18 Aug. 2014, acesso em 24 ago. 2015, <http://www.darpa.mil/news-events/2014-08-18>.

17. Stephen E. Bruch, "Did Force XXI Validate the Brigade Reconnaissance Troop?" (tese de mestrado, U.S. Army Command and General Staff College, 1998), p. iii, acesso em 14 jul. 2015, <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a350081.pdf>.

18. Derek D. McCrea, "TCM-ABCT Identifies Gaps in Bradley Training," *INFANTRY* (July–September 2013), p. 22, acesso em 14 jul. 2015, <https://www.benning.army.mil/infantry/magazine/issues/2013/Jul-Sep/pdfs/McCrea.pdf>.

19. FM 3-20.96, *Reconnaissance and Cavalry Squadron* (Washington, DC: U.S. GPO, March 2010), p. 1–4, distribuição apenas autorizada aos órgãos do governo dos EUA e aos seus terceirizados.



Emilio Meneses

Emilio Meneses assumiu a função de Assistente de Tradução da revista *Military Review* em 27 de julho de 2015, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas.

Emilio nasceu em Havana, Cuba, e imigrou para os Estados Unidos aos 13 anos de idade. Obteve o bacharelado em Ciências Políticas e em Português e uma especialização em Estudos Latino-Americanos pela University of Florida. Depois de se formar, trabalhou como representante de credenciamento na Associação

Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês) em Miami, na Flórida. Após sua curta passagem pela IATA, foi admitido no programa de pós-graduação em Português da Ohio State University. Durante os dois anos em que cursou o programa, uma de suas atribuições foi ensinar cursos básicos de espanhol e português a alunos da graduação. Em seguida, aceitou o cargo de Assistente de Tradução da *Military Review*.

Em seu tempo livre, Emilio gosta de aprender novas línguas e jogar futebol.